

REBANI

Revista Brasileira de Assuntos Interdisciplinares

ISSN: 2526-2572 vol. 10, n. 2 - Jul/Dez

**Pedra-Grande que deu
origem ao nome da
Cidade de Pedreiras-MA**



Coordenação de Pós-Graduação,
Pesquisa e Extensão



**Faculdade de Educação
São Francisco**

Ensino • Pesquisa • Extensão



REBAI

Revista Brasileira de Assuntos Interdisciplinares

ISSN: 2526-2572 vol. 10, n. 2 - Jul/Dez

**Pedra-Grande que deu
origem ao nome da
Cidade de Pedreiras-MA**



Coordenação de Pós-Graduação,
Pesquisa e Extensão



**Faculdade de Educação
São Francisco**

Ensino • Pesquisa • Extensão





CONSELHO EDITORIAL

Editora-Chefe

Dra. Samara Raquel de Sousa – FAESF – MA

Editores Associados

Ma. Dália Rayssa da Costa Carneiro – FAESF – MA
Dra. Lélia Lilianna Borges de Sousa – FAESF – MA
Ma. Márcia Daiane Ferreira da Silva – FAESF – MA
Ma. Sângela Medeiros de Lima Carvalho – FAESF – MA

Conselho Editorial e Corpo Editorial Científico

Me. Leonardo da Rocha Brito – FAESF – MA
Ma. Enedina Gizeli Albano Moura – FAESF – MA
Me. Ernani Eugênio dos Santos Neto – FAESF – MA
Ma. Tereza Cristiny Morais Nogueira – FAESF – MA
Ma. Ester da Silva Caldas – FAESF – MA
Ma. Joyce Cristine Silva Lopes – FAESF – MA
Ma. Edjane Mayara Ferreira Cunha – FAESF – MA

Editor Ad-Hoc

Me. Antonio César da Silva Pinheiro, UESPI – PI
Me. Boris Timah Acha – UFPI – PI
Dra. Claucenira Bandeira da Silva – IFPI – PI
Dra. Deylane Menezes Teles e Oliveira – UFPI - PI
Dra. Enayra Silva Sousa – IFMA – MA
Dra. Evânia Carvalho dos Santos – IFPI - PI
Dr. João Pedro Alves de Aquino – CTF/UFPI – PI
Ma. Layana Karinne Farias Lima – UFPI – PI
Ma. Regina Carvalho Calvo de Faveri, MACKENZI/PMC - SP
Dra. Ruth Raquel Soares de Farias – UESPI – FAESPI
Ma. Vanessa Fernanda da Silva Sousa – UFPI – PI
Dr. Vicente Paulo da Costa Neto – UFPI – PI

Diagramação e Arte:

Marketing FAESF-MA

A447b de Sousa, Samara Raquel

REBAI, Revista Brasileira de Assuntos Interdisciplinares /
Samara Raquel de Sousa, *et.al.* – Pedreiras, REBAI, 2021.

170 f.

Semestral

ISSN: 2526-2572

Revista Brasileira de Assuntos Interdisciplinares (REBAI) –
Semestral vol.10 n.2 (Julh/Dez,2020-2021) –

Pesquisa em Educação. 2. Saúde. Pedreiras – Faculdade de
Educação São Francisco - FAESF.

CDD 370.19

Sumário

| | | |
|----|---|-----|
| 1 | A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL | 9 |
| 2 | BENEFÍCIOS DA HIDROGINÁSTICA NA PREVENÇÃO DE QUEDAS E MELHORIA DO EQUILÍBRIO EM IDOSOS..... | 33 |
| 3 | BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO FÍSICO SOBRE A ÁREA EMOCIONAL DE ALUNOS DO COLÉGIO SÃO FRANCISCO EM PEDREIRAS-MA..... | 46 |
| 4 | DE EDUCANDA A EDUCADORA: MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DAS NORMALISTAS NOTURNAS DE TERESINA (1960 -1988)..... | 63 |
| 5 | DÉCADAS DE ALTERAÇÕES E SÉCULOS PARA O PROGRESSO | 75 |
| 6 | FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ESTADO DO PIAUÍ E OS IMPACTOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA: DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS..... | 84 |
| 7 | GESTÃO DO CONHECIMENTO NA PERSPECTIVA DA MEMÓRIA ORGANIZACIONAL | 98 |
| 8 | INTERNAÇÃO E MORTALIDADE POR QUEDAS EM IDOSOS EM PEDREIRAS – MA DE JANEIRO DE 2008 A MARÇO 2021 . | 109 |
| 9 | O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA EM UMA ESCOLA PÚBLICA EM JOSÉ DE FREITAS-PI..... | 128 |
| 10 | TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA E TEORIA SUBSTANTIVA COMO REGENTES DE UMA NOVA GESTÃO PÚBLICA | 156 |

Apresentação

É com imensa satisfação que, apresentamos à comunidade acadêmica da Faculdade de Educação São Francisco - FAESF a 10^a edição da Revista Brasileira de Assuntos Interdisciplinares – REBAI.

Esse dossiê intitulado, Educação, Saúde, Interdisciplinaridade e Diversidade: diálogos e saberes docentes, tem como objetivo primordial divulgar a produção científica e o compromisso de assegurar e incentivar, de forma sistemática e permanente, a produção e divulgação do saber para as áreas de Graduação e Pós- Graduação da Faculdade de Educação São Francisco – FAESF e de outras Instituições de Ensino Superior, Nacional ou Internacional.

Além de, promover o fomento e o intercâmbio de informações e experiências, com outras instituições nacionais ou estrangeiras, congêneres e dessa forma contribuir para a produção e socialização do conhecimento junto a sociedade.

Convidamos todos à leitura.

Pedreiras - MA, 30 de Setembro de 2021.

Profa. Dra. Profa. Dra. Samara Raquel de Sousa
Editora Chefe da Revista Brasileira de Assuntos Interdisciplinares – REBAI

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

THE IMPORTANCE OF CHILD DEVELOPMENT ASSESSMENT IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Bruna Vieira de Sousa¹
Francisca Flavia Mendes de Sousa²
Karine Samia Soares Pereira³
Lohane Carvalho Silva⁴
Maria do Socorro de Oliveira Gomes⁵
Samara Campelo dos Santos⁶
Gilberto Sousa Silva⁷

RESUMO

Com base na literatura analisada sobre a importância da avaliação do desenvolvimento da criança na educação infantil, esta teve como fundamento a necessidade de aprofundar pesquisas sobre o preparo e capacitação docente perante as práticas avaliativas na contemporaneidade. Contudo, ao levar em consideração os desafios e impactos da Covid-19 na educação, é de suma importância discutir sobre a avaliação na educação infantil para que, através disso, sejam construídas avaliações mais criativas e

¹ Acadêmica em Pedagogia pela Faculdade de Educação São Francisco – FAESF, Pedreiras – MA. Professora EF anos iniciais/ CEEFM O Pequeno Príncipe. E-mail: bvs@faesf.com.br / brunnasousa1309@gmail.com.

² Acadêmica em Pedagogia pela Faculdade de Educação São Francisco – FAESF, Pedreiras – MA. Professora na escola de reforço Meire Xavier em Trizidela do Vale – MA. E-mail: ffms@faesf.com.br.

³ Acadêmica em Pedagogia pela Faculdade de Educação São Francisco – FAESF, Pedreiras – MA. E-mail: kssp@faesf.com.br / Karinesamia@icloud.com.

⁴ Acadêmica em Pedagogia pela Faculdade de Educação São Francisco – FAESF, Pedreiras – MA. Professora da Ed. Infantil na escola Benilde Nina – Zona rural. E-mail: lcs1@faesf.com.br / lohanecarvalho83@gmail.com.

⁵ Acadêmica em Pedagogia pela Faculdade de Educação São Francisco – FAESF, Pedreiras – MA. E-mail: msog@faesf.com.br / Oliveirasocorro07@gmail.com.

⁶ Acadêmica em Pedagogia pela Faculdade de Educação São Francisco – FAESF. Pós-graduanda em Psicopedagogia Clínica e Institucional FAESF, Pedreiras – MA. Professora na escola de reforço Meire Xavier em Trizidela do Vale – MA. E-mail: mayramaysacampelo@gmail.com / scs@faesf.com.br.

⁷ Licenciado em Pedagogia – FAESF; Licenciado em História – UNIMES; Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional – FAESF; Especialização em Docência do Ensino de História para Educação Básica – FEMAF; Especialização em Docência do Ensino Superior – FAESF; Pós-graduando em Informática na Educação – IFMA; Orientador de TCC Universidade Estadual do Maranhão – UEMANET; Docente no curso de Pedagogia Faculdade de Educação São Francisco – FAESF. E-mail: gilberto.sousa.060994@gmail.com / gss@faesf.com.br.

inovadoras, com o objetivo de superar as atuais dificuldades encontradas no processo avaliativo. O problema levantado por este estudo baseia-se em identificar quais as contribuições da avaliação mediadora e escuta sensível no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil, quais os desafios encontrados para se estabelecer uma avaliação mediadora e quais as concepções de avaliação que norteiam a prática docente na contemporaneidade. Objetivou-se analisar a importância da avaliação do desenvolvimento da criança na educação infantil levando em consideração a avaliação mediadora. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de cunho bibliográfico, e se constitui em método qualitativo com abordagens descritivas e explicativas. Buscou-se uma amostragem da literatura, a partir da qual foram encontrados 200 artigos em potencial, aparentemente aptos a serem incluídos no estudo. Porém, após a utilização dos critérios de inclusão, restaram somente 05, que foram utilizados. Foi possível, através do estudo, discutir sobre o histórico, conceitos e funções da avaliação, seus aspectos legais e conceituais, além de identificar os principais instrumentos de avaliação adequados à educação infantil.

Palavras- chave: Avaliação. Educação Infantil. Criança. Desenvolvimento. Mediadora.

ABSTRACT

Based on the literature analyzed on the importance of the evaluation of child development in early childhood education, it is based on the need for further research on the preparation and training of teachers in the face of evaluative practices in contemporary times. However, taking into account the challenges and impacts of Covid-19 in education, it is of utmost importance to discuss the evaluation in early childhood education so that more creative and innovative evaluations can be built, aiming to overcome the current difficulties found in the evaluation process. The problem raised by this study is based on identifying the contributions of mediating assessment and sensitive listening in the teaching and learning process in early childhood education, what are the challenges encountered to establish a mediating assessment and what are the conceptions of assessment that guide teaching practice in contemporary times. The aim was to analyze the importance of child development assessment in early childhood education taking into account the mediating assessment. The study is characterized as a bibliographic research, constituted by a qualitative method with descriptive and explanatory approaches. A sampling of the literature was sought, and 200 potential articles were found, which were apt to be included in the study; however, after using the inclusion criteria, 05 articles remained, which were used. It was possible through the study to discuss the history,

concepts and functions of evaluation, its legal and conceptual aspects, in addition to identifying the main evaluation instruments suitable for early childhood education.

Keywords: Evaluation. Early Childhood Education. Child. Development. Mediator.

INTRODUÇÃO

O processo avaliativo dentro da educação infantil é muito desafiador, pois é a partir de então que vai se fazer uma análise do entendimento, e, diante disso, elaborar estratégias para o desenvolvimento cognitivo.

Muito se tem discutido sobre os métodos avaliativos na educação, e este artigo vem elucidar algumas questões acerca da importância da avaliação na educação infantil, tendo em vista que a avaliação é um método de verificação do conhecimento e/ou desenvolvimento da criança. Entretanto, durante esse processo muitas vezes não é levado em consideração as particularidades cognitivas e psicológicas da criança.

Esse documento foi elaborado em forma de pesquisa para analisar as diversas formas de avaliações na educação infantil, buscando esclarecer a melhor forma de avaliar essa categoria, pois sabe-se que nessa etapa não é possível usar os mesmos critérios de avaliações estipulados para as outras crianças.

Destaca-se assim a grande importância do preparo e capacitação do docente em colocar em prática à lei nº9.394/1996, que é o educar e cuidar, ressaltando as necessidades que essa faixa etária tem, e como poderia serem trabalhadas em prol do seu desenvolvimento cognitivo e psicomotor, em busca de alcançar os objetivos estipulados pelas instituições e diversas leis a elas relacionadas.

Perante tais afirmativas, surgem os seguintes questionamentos: Quais as contribuições da avaliação mediadora e escuta sensível no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil? Quais os desafios encontrados para se estabelecer uma avaliação mediadora? Quais as concepções de avaliação que norteiam a prática docente na contemporaneidade? E quais os instrumentos de avaliação adequados à educação infantil?

A avaliação na educação infantil é importante, pois através dela é possível acompanhar o desempenho cognitivo e emocional de cada aluno. Dessa forma, o educador compreenderá a necessidade de cada aluno, bem como suas dificuldades, permitindo ao professor solucioná-las, abordando,

com mais ênfase, os conteúdos em que os alunos apresentam mais dificuldades, facilitando a compreensão. Além disso, facilita a autoavaliação de sua prática pedagógica, e o modo como o professor conduz sua turma e incentiva os alunos no seu desenvolvimento.

Principiando da opinião de que a educação deve estar sempre direcionada ao desenvolvimento social e integral do aluno, é necessário que o educador esteja totalmente preparado para saber a forma adequada de avaliar e interferir no desenvolvimento, levando sempre em conta os benefícios adquiridos através desta. A partir daí, o processo avaliativo torna-se de suma importância, pois visa proporcionar ao educador o acompanhamento e observação da evolução desses discentes.

A discussão levantada em torno desse trabalho tem como objetivo geral analisar a importância da avaliação do desenvolvimento da criança na educação infantil levando em consideração a avaliação mediadora. Como objetivos específicos, temos: identificar os principais desafios atrelados aos processos avaliativos na educação infantil; refletir sobre os principais instrumentos avaliativos utilizados pelos professores na educação infantil; e demonstrar que a avaliação pode ser encarada como parte do processo de ensino e aprendizagem, podendo ser desenvolvida com criatividade e inovação, sendo esta essencial para a eficácia e a qualidade da educação.

HISTÓRICO, CONCEITOS E FUNÇÕES DA AVALIAÇÃO

A educação brasileira, historicamente, cresceu e aumentou ao longo dos anos. Com o aumento de mulheres no mercado de trabalho, surge a necessidade de deixar seus filhos de pouca idade na escola, fazendo com que a escola pública e gratuita ganhe forma e se amplie pelo mundo.

De acordo com a historiografia, a ideia de avaliação surgiu com uma concepção de medida. A ideia de medir o que não foi absorvido em relação ao ensino aprendizagem é uma concepção histórica que ainda interfere na avaliação. Avaliar é um ato comum a todos os seres humanos, principalmente no ambiente escolar, o qual possui técnicas exigidas para efetivação do processo de avaliação.

A avaliação da aprendizagem é inclusiva, ou seja, ela é para todos, ela é uma tomada de decisão. A avaliação da aprendizagem é um método utilizado para avaliar a evolução dos alunos ao longo do processo de ensino e aprendizagem.

Quanto à avaliação na educação infantil, trata-se de uma questão que vem ganhando forma no Brasil, especialmente a partir de 1996, quando foi criada uma lei para inserir a educação infantil na primeira etapa da educação

básica. A avaliação assume um papel importante, pois na primeira etapa é possível considerar os aspectos e intuição que educa e cuida de criança de 0 a 5 anos. Nesse aspecto, é segurado por lei que toda criança nessa faixa etária esteja devidamente matriculada na escola. A avaliação nesse contexto ainda é um desafio no Brasil, ainda que já tenha melhorado muito a educação infantil.

Quando o professor avalia seu aluno automaticamente ele está fazendo uma análise de seu trabalho em sala de aula. A avaliação já leva o termo prova, exame, sucesso ou fracasso, o que deve ser mudado, pois a avaliação vai além disso. Basicamente, a avaliação está dividida em três fases; diagnosticar, controlar e classificar. Diante disso, Haydt (2008, p. 8) fala que “as abordagens, que identificamos avaliação como medida, logo deixou transparecer sua limitação: e que nem todos os aspectos da educação podem ser medidos”.

Relacionada às fases, há três modalidades dentro da avaliação: a diagnóstica, a formativa e a somativa. Primeiro devemos identificar e conhecer cada uma para, diante disso, entender o nível de aprendizagem do aluno, ou seja, o que ele realmente aprendeu. Diante do texto, a avaliação da aprendizagem indica uma verificação qualitativa, colocando em pauta o que o aluno aprendeu dentro dos conteúdos abordados, trazendo um feedback.

Avaliação nós não precisamos julgar, necessitamos isto sim, de diagnosticar, tendo em vista encontrar soluções mais adequadas e mais satisfatórias para os impasses e dificuldade. Para isso, não é necessário nem ameaçar, nem castigar, mas sim acolhimento e confrontação amorosa (LUCKESI, 2005, p. 33).

A avaliação tem, como função, avaliar os conhecimentos prévios dos alunos, função diagnóstica do dia a dia, trazendo em vista os conhecimentos adquiridos em séries passadas. Sendo assim, segundo Haydt (2008, p. 7), “cabe ao professor reconhecer as diferenças na capacidade de aprender dos alunos, para poder ajudá-los a superar suas dificuldade e avançar na aprendizagem”, tendo o aluno como chave principal no ensino aprendizagem, levando em consideração que a avaliação tem como função avaliar o aluno ao longo de sua evolução, bem como revisar os instrumentos que o professor usa ao repassar suas aulas. Este conhecimento leva o professor a conhecer seu aluno e se autoavaliar como professor, vendo no que pode melhorar, ou seja, analisando se o conteúdo está sendo repassado de maneira adequada, ou se os alunos estão passando por dificuldade na hora do ensino aprendizagem.

ASPECTOS LEGAIS E CONCEITUAIS SOBRE A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O termo avaliação nos remete à escola, a teste e à educação. Mas o conceito de avaliação não está ligado apenas à área da educação, ele sempre fez e se faz presente no nosso cotidiano, pois vivemos em um mundo onde somos observados e avaliados constantemente, mas quando essa avaliação acontece no âmbito escolar, o educador deve garantir que essa criança desenvolva habilidades que venham contribuir para seu conhecimento e desenvolvimento na aprendizagem.

O ato de avaliar, portanto, exercido em todos os momentos da vida diária dos indivíduos, é feito a partir de juízos provisórios, opiniões assumidas como corretas e que ajudam nas tomadas de decisões esses posicionamentos são definidos pelas pessoas com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade (KENSKI, 1996. p.132).

Na educação infantil, o ato de avaliar se torna mais complexo, pois a criança é vista como um ser social dotada de capacidade emocional, afetiva e cognitiva. Mas nem sempre foi assim. A criança, até pouco tempo atrás, não era considerada como cidadão e nem tampouco tinha direitos e, portanto, não tinha tratamento especializado. Essa conscientização de infância aconteceu há bem pouco tempo.

Diante dessas e de outras concepções, a avaliação na Educação Infantil deve ser feita por um educador, exigindo assim que o mesmo tenha um olhar mais atento e criterioso, respeitando os estágios de aprendizagem da criança, levando em consideração sua diversidade e respeitando cada etapa desse processo. Dentro desse contexto, a avaliação na educação infantil não tem caráter classificatório ou de promoção, mas de garantir o pleno desenvolvimento dessa criança, direito esse garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, seção I, Art.31 (BRASIL, 1996).

Nesse contexto didático-pedagógico, vale destacar a necessidade de se aprender avaliar, tendo como base o planejamento pedagógico e sua implementação, devendo ter acompanhamento constante dessas atividades, para que se tenha êxito nos seus objetivos. Deste modo, a avaliação deve ter os registros das experiências e descobertas vivenciadas pelas crianças.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) preconiza uma inovação na organização do currículo, priorizando a criança, colocando-a no centro desse processo de aprendizagem. Com a aprovação da BNCC em

2017, houve algumas mudanças significativas na educação infantil. Esse documento vem auxiliar os educadores em suas práticas pedagógicas, e garantir que todas as escolas brasileiras tenham um padrão de qualidade equivalente, especialmente as escolas públicas (BRASIL, 2017).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) tem como objetivo dar ênfase à criança com todo seu histórico, ou seja, traz uma série de reflexões sobre objetivos, conteúdos e orientações educacionais para a Educação Infantil. Esse Referencial Curricular Nacional visa uma educação democrática e transformadora, orientando os educadores que trabalham com crianças de 0 a 5 anos, respeitando sua diversidade cultural (BRASIL, 1998).

A avaliação nessa etapa exige alguns instrumentos normativos para identificação das possíveis deficiências das crianças, pois estes estão ligados ao seu meio cultural e social. Sabe-se que nem toda criança se desenvolve da mesma forma, pois seu desenvolvimento sofre alterações decorrente do meio no qual ela está inserida.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI) determinam que a avaliação deve ser um processo sem objetivo de promoção ou classificação, mas de observação, no qual deve ser contemplada a criatividade desenvolvida nas atividades e interação com os demais (BRASIL, 2009). Mediante as colocações acima, o ato de avaliar se faz necessário não somente para medir o conhecimento dos alunos, mas também para o docente se autoavaliar dentro de todo o seu processo de ensino e aprendizagem, no sentido de se questionar em relação a sua didática.

OS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO ADEQUADOS À EDUCAÇÃO INFANTIL

A avaliação é a soma da observação e dos registros feitos pela e da criança. Sendo assim, a escola deve conhecer e respeitar o conhecimento de cada aluno e o seu tempo de se desenvolver, pois o meio escolar deve conhecer a vida do aluno seu meio social e ajudá-lo com o seu desenvolvimento físico, intelectual, psicológico, e social.

Nesse contexto, é importante avaliar o aluno para que assim se saiba o seu grau de aprendizagem, seus erros, suas dificuldades e o seu desenvolvimento escolar. Diante disso, de acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, os principais instrumentos avaliativos são a observação e o registro, através dos quais o professor pode fazer a abordagem contextualizada dos processos de aprendizagem da

criança, das qualidades de interação e acompanhar os processos de desenvolvimento a partir das experiências das crianças. As formas de registro das observações podem ser: escritas, gravações, produções das crianças e até mesmo fotografia (BRASIL, 1998).

É mister salientar a relevância do processo avaliativo, registrar o comportamento das crianças em ambiente escolar, identificar quais as preferências em questão de brinquedos, brincadeiras, alimentos, o que não gostam de fazer, os conhecimentos adquiridos, as dificuldades, o seu desenvolvimento, como se relacionam com os demais alunos e com professor. Fazendo essas observações, é interessante registrar, também, o desenvolvimento da criança durante o momento de execução das atividades, avaliando de modo individual cada aluno, sem comparações com as outras crianças. Por isso, é de grande importância avaliar diariamente, acompanhar todo o processo, e não somente o resultado final.

Não obstante, ao avaliar uma criança deve-se sempre ter em mente que a criança ainda não desenvolveu determinadas habilidades para controlar seus impulsos e cumprir regras. Dessa forma, a instituição deve decidir qual método avaliativo escolher para registrar as observações e avaliações. Kramer (2003) sugere o caderno de anotação da turma, no qual os registros são feitos pelo professor de forma livre, englobando os acontecimentos, mudanças, conquistas e interpretações, inclusive sobre as atitudes e sentimentos do próprio professor. Segue aqui a descrição de alguns instrumentos:

- **Diário de Campo ou de Bordo** – Citado por Zabalda (2002), é um instrumento opcional e pessoal do professor para registro da sua ação pedagógica.
- **Calendários mensais** – especificam as atividades e oficinas e, após a realização das atividades, escreve-se o nome ou desenha-se um símbolo para compor o quadro de preferências, dificuldades, etc.
- **O Portfólio** – Instrumento de registro construído coletivamente durante período de realização do projeto de aprendizagem, sem a necessidade de estar na sequência cronológica. Conforme Vagula (2009, p. 16 *apud* RAIZZER, 2009, p. 23), caracteriza-se pela comunicação escrita entre a professora e a criança, objetivando a percepção das conquistas individuais e coletivas no processo de desenvolvimento das crianças.
- **Relatório** – texto escrito que registra a ação da criança durante a realização de atividades propostas, contextualizando nos objetivos

dos projetos de aprendizagem e na intencionalidade pedagógica daquele período, na ficha de registro de cada criança. As informações do relatório devem ser discutidas com a supervisão pedagógica para que sejam apresentadas, de fato, as conquistas e as dificuldades das crianças, para que intervenções sejam planejadas melhor, suprimindo as curiosidades e necessidades destas. Barbosa (2004) destaca a importância desse instrumento, por expressar a memória do trabalho realizado com a turma e a formação da referência para o planejamento e avaliação do trabalho.

- **Anedotários** – anotações das experiências e vivências de cada aluno, contendo as cenas descritas, as expressões linguísticas, o envolvimento com os colegas, com os adultos, com as atividades, com os brinquedos, etc. Neste tipo instrumento, pode-se acompanhar as fotografias (BARBOSA, 2004).
- **Livro da vida da turma** – este instrumento é confeccionado pelas próprias crianças, com diferentes linguagens, tendo como foco registrar aspectos significativos da vida em grupo. Nele são impressas as experiências vividas, as aprendizagens realizadas, os problemas solucionados, e os dramas vivenciados. Enfim, ele contém todo o convívio social na instituição (BARBOSA, 2004).

Tais instrumentos de avaliação na educação infantil podem ajudar o professor a acompanhar e anotar o desenvolvimento do aluno em sala de aula, desde o dia em que entra até o fim do ano letivo. Desta forma, o professor sabe em que sua prática pedagógica deu certo e em que falhou, quais as dificuldades das crianças, e em que ela se desenvolveu mais. Vale ressaltar, novamente, que é de grande importância avaliar cada aluno individualmente, pois cada aluno se desenvolve e aprende de forma diferente.

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO MEDIADORA E ESCUTA SENSÍVEL NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil se desenvolve de diferentes formas em sua base, tendo como um de seus meios o RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. A partir desse referencial, o desenvolvimento das crianças será avaliado de várias formas, como: observação, registro, planejamento e documentação.

A existência da avaliação mediadora na educação infantil não tem caráter de promoção nem retenção. Nessa etapa, a avaliação ocorre para diagnosticar como esse desenvolvimento pode ocorrer e qual a melhor maneira de ação. Embora Vigotski (1995) compreenda o desenvolvimento infantil como uma unidade entre as linhas de desenvolvimento biológico e cultural, a diferenciação entre os planos natural e cultural se faz necessária, em análise, para que não se incorra em interpretação biológica dos processos psicológicos superiores. Vale ressaltar que o indivíduo é formado a partir dos meios culturais vividos e compartilhados com eles.

O desenvolvimento da criança acontece no brincar, pois é a partir do brincar que elas começam a desenvolver o raciocínio, a ter noção de espaço, a distinguir as cores, a desenvolver a autonomia, junto ao desenvolvimento cognitivo e psicomotor. Assim sendo, a avaliação mediadora não acontece de qualquer jeito, tem todo um preparo, organização e planejamento para que a criança se adapte e se desenvolva física, social e culturalmente.

Segundo Bondioli e Ferrari (2004), a avaliação se dirige à realidade particular e aos sujeitos institucionais pertencentes aquele contexto educativo, levando em consideração os níveis organizativos da sala de referência (planejamento, organização espacial e temporal, rotinas, oferta de elementos, brinquedos, etc.), da instituição em um todo (regimentos, Projeto Político-Pedagógico, relatórios, etc.), à legislação municipal, estadual e nacional.

É através do professor qualificado e de uma instituição preparada que todo esse processo acontece, pois este irá se comprometer, junto à direção, para que este desenvolvimento aconteça, e a avaliação favoreça o conhecimento do professor em relação ao aluno, visando um melhor desempenho desse profissional e superação dos seus próprios limites, pois conhecer melhor o outro faz com que se conheça também, e o autoconhecimento se torna um gatilho a mais a favor da educação.

Em todo o processo de ensino e aprendizagem na educação infantil, existe um fator muito importante a ser trabalhado e entendido para que se pratique de maneira fundamental, e este ocorra dentro da sala de aula, denominando de escuta sensível, que acontece entre a criança que fala e o adulto que ouve. Isso possibilita uma maior aproximação entre eles, de forma que influencia ainda mais no desenvolvimento integral do sujeito através de uma relação recíproca, ou seja, o reconhecimento do outro a partir de si mesmo ou do que se escuta dele.

É fundamental que ocorra essa relação entre adulto e criança, pois o desenvolvimento e aprendizagem da criança estão extremamente ligados. Cardoso (2012) relata um pouco da fala de Vigotski:

A obra de Vigotski apresenta sua concepção de que é na interação com o outro que acontece a comunicação. Isso ocorre porque a transição do pensamento para a palavra tem de passar pelo significado e, como sempre, há algo oculto no que dizemos (vontades, necessidades, emoções); a compreensão envolve o verbal e o não verbal, que se encontram somente na interação com o outro (CARDOSO, 2012, p. 11).

Nesse trecho, ele remete e afirma a tamanha importância de a escuta ser realmente fundamental dentro da sala de aula, e de como saber trabalhá-la de forma adequada no ambiente, pois através dela é viável se construir um elo com o aluno, para que aos poucos se possa ir suprindo e entendendo as suas vontades, necessidades e emoções. Tal escuta pode ocorrer de várias maneiras, não apenas da fala, mas de demonstrações, como gestos ou expressões. Sendo assim, é viável reafirmar que se deve observar a criança em todos os seus aspectos, como diz Rinaldi (2012, p. 127):

A criança recém-nascida vem ao mundo, dotada de um eu alegre, expressivo e pronto para experimentar e pesquisar, utilizando objetos e se comunicando com outras pessoas. Desde o princípio, as crianças demonstram uma notável exuberância, criatividade e inventividade diante de tudo que as rodeia, assim como uma consciência autônoma e coerente.

Com isso, já se pode imaginar e esperar que no ambiente escolar não seria diferente. A criança é um ser refletor de indagações às coisas e ações que ocorrem ao seu redor, e dentro da sala de aula ela busca justamente ao professor para tirar as suas dúvidas e se espelhar no que ela o vê fazer, até mesmo no que ele diz. Isso faz com que o vínculo afetivo fique cada vez maior.

Entretanto, é comum ver, às vezes, uma criança, em seu meio familiar, repetindo várias vezes a mesmas ações, palavras, e atos. Na maioria das vezes ela faz isso por não saber o que significa, ou para chamar a atenção dos adultos para que lhe explique. Por isso, é fundamental “Escutar as vozes das crianças como forma de melhor as conhecer e melhor identificar e responder as suas necessidades, interesses, competência e direitos” (OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2008, p. 7).

Isso se adequa também à sala de aula, ou melhor, ao ambiente educacional ao qual ela será inserida. O professor, na visão da criança, será o adulto mais próximo que ela terá como referência para pedir explicações ou tirar dúvidas. Por causa disso, ele deve sempre procurar formas de diálogos ou gestos para que se possa entender e escutar da melhor maneira cada um de seus pequenos alunos. O escutar e entender as crianças significa

estar ao lado delas e estimular a sua autoestima, incentivando-as a opinarem, favorecendo suas ideias e reconhecendo as suas contribuições e intenções.

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A avaliação tem ganhado seu espaço de vida e notoriedade, mostrando suas facetas e peculiaridades, desmitificando-a apenas com fins classificatório, e enaltecendo a sua importância quando se faz de forma contínua e significativa. Na sondagem, a avaliação se apresenta como diagnóstica, ou seja, ela traz a tona os conhecimentos prévios dos alunos, facilitando na correção dos faltantes. Como já afirmava Melchior (1998, p. 74) “Não basta identificar que o aluno não sabe, o rótula-lo como aluno fraco, é necessário saber o que cada um não sabe em que ponto estão aqueles que conseguem acompanhar de forma satisfatória o que está sendo trabalhado”.

Quanto a isso, Libâneo (1994) propõe uma avaliação com fins de informação acerca do conhecimento, não só ao final, mas durante todo o ano letivo, para que tenha o seu progresso acompanhado, facilitando o realinhamento do processo de ensino aprendizagem, fazendo assim com que o professor pense estratégias para atingir as suas expectativas e as expectativas dos alunos.

Segundo Libâneo (1994), avaliação é comumente vista pelo educador somente como medida, reduzida a números, quando na verdade a avaliação é a principal ferramenta para facilitar o desenvolvimento das capacidades e habilidades dos alunos, e melhor desenvoltura do professor.

A sondagem é um dos instrumentos que ajuda o professor a reconhecer seus alunos, baseada em hipótese alfabética e relacionada à escrita, em seu contexto geral. Nesse contexto, Hoffmann (2005, p.24) acrescenta que: “o desafio está em prestar atenção em cada um, buscando uma visão mais ampla possível”. Em sala de aula com oferta de ensino multisseriado, com uma grande quantidade de alunos, o professor se prende ao contexto coletivo, deixando a essência e individualismo de cada aluno, criando, assim, uma barreira no processo educativo.

Faz-se necessário um olhar cauteloso e programado durante esse processo de aprendizado, levando em conta a peculiaridade de cada aluno. Para Carvalho (1987, p. 50), “O ver o aluno, o distinguir quem está entendendo daquele que está em dúvida e principalmente olhar para aquele aluno que quer falar, quer perguntar, mas não está com coragem, são comportamentos primordiais de um bom professor”.

A UTILIZAÇÃO CORRETA DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA E OS OBJETIVOS DAS SONDAGENS

Para que a sondagem possa ser utilizada de maneira eficaz na educação infantil, se faz necessário que ela seja utilizada como recurso para investigar hipóteses da criança partindo de atividades significativas, nas quais a criança se encontra em contato aos desafios da aprendizagem. É importante ressaltar que, nos últimos anos, a definição de ser professor na educação infantil se ampliou para além de meros cuidadores de criança, sendo projetado apenas como assistência, o que era totalmente refletido em suas remunerações (SANTOS, 2010).

Com essa nova versão, o professor de educação infantil ganhou muito mais protagonismo. Em contrapartida, sua atuação em sala de aula lhes impôs metodologias ativas e práticas participativas que possibilitem uma desenvoltura pedagógica, humana e profissional (SANTOS, 2010). Alguns exemplos podem ser citados nessas novas ações avaliativas em contexto de sondagem que são as adaptações das crianças, relacionamento entre escola/pais, o sono da criança, alimentação, uso de chupetas, o choro e a retirada das fraldas (CRAIDY, 2001). A assistência ao professor também se faz necessária nesse processo avaliativo, uma vez que Antunes (2007, p. 145) convalida:

É necessário que a prática esteja presente na preparação do futuro profissional não apenas para cumprir uma determinação legal no que se refere a carga horária, mas no preparo do futuro profissional é fundamental a interação com a realidade e/ou com as situações similares aquelas de seu campo de atuação, tendo os conteúdos como meio e suporte para a construção das habilidades e competências, isto é, levando-se em conta a indissociabilidade teoria-prática como elemento fundamental para orientação do trabalho.

Fornecer os instrumentos necessários para o processo também é chave de uma boa sondagem. Tornar a avaliação como mediadora desse processo de ensino aprendizagem, no qual a criança tem seu caminho instruído, sinalizando conquistas, solicitações de apoio, permite ao educador melhores possibilidades de ensino, considerando o individualismo e a especificidade de cada aluno. Constatar as hipóteses das crianças acerca de uma proposta considerável, partindo de uma sequência de data, torna possível para a criança perceber e aprender o porquê de escrever e para que, dando uma funcionalidade social.

A partir do momento em que é só observar, ações físicas são executadas, guardadas e colecionadas, abre-se a oportunidade para que seja feita a avaliação com base nesse material, fazendo acompanhamento a partir do estado real em comparação ao passado desse percurso de ensino aprendizagem da criança, com a formulação de indicadores que explicitem as hipóteses de escrita ao longo desse processo.

Ferreira (1985; 1987) fala de seus estudos sobre essa aquisição, e informa que a criança passa por vários passos antes que entender uma lógica do nosso sistema alfabético de escrita. No que se refere às sondagens, um dos seus objetivos é fazer esse mapeamento acerca do conhecimento prévio das crianças em relação à escrita. Lucchesi (2005) aponta que:

A avaliação é diagnóstica e processual, ao admitir que, aqui e agora, este educando não possui um determinado conhecimento ou habilidade, mas, depois, se ele for cuidado, poderá apresentar as qualidades esperadas. A avaliação opera com resultados provisórios (sempre há a possibilidade de um novo estado de qualidade, melhor e mais satisfatório) e sucessivos (o estado mais satisfatório, ainda não foi atingido, mas poderá sê-lo).

A sondagem na Educação Infantil também vem com o objetivo de reorientar os professores acerca da prática pedagógica, trabalhando esse conhecimento como um todo, por meio de conteúdo, aprimoramento de significativas aprendizagens, acompanhando a vastidão entre o cuidar e o educar. Nesse cenário, o RCNEI (1998, p.23) destaca:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagem orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Faz-se necessário, também, que o educador tenha seu material de apoio/pesquisa para possíveis intervenções. Para Vigotski (apud MEIRA, 2008), essa mediação sem planejamento pode se tornar prejudicial a criança. Faz parte da rotina do educador planejar suas intervenções para que essa aquisição de conhecimento repassada seja definitivamente apropriada.

Na elaboração do plano de aula, o professor deve propor situações que façam intermédio dessa aquisição de aprendizagem das crianças, partindo dessa fundamentação de pensar em uma ação educacional intencionalmente planejada:

Refletir sobre a educação pré-escolar implica levar em consideração a criança, como sujeito desejante, ativo, cognoscente, filiado à determinado grupo social e familiar e, portanto um sujeito histórico condicionado a determinantes socioculturais. Um sujeito singular em sua maneira de estar no mundo e de adaptar-se, ao mesmo tempo que precisa instrumentalizar-se para modificar e reconstruir sua própria realidade. (AROEIRA; SOARES; MENDES, 1996).

A sondagem na Educação Infantil também tem como objetivo a obtenção de registros e dados sobre o processo de ensino aprendizagem de cada criança. Da mesma maneira em que se diferencia de uma criança para outra os surgimentos das percepções como o falar, o andar, pegar, apontar, também não é igual o processo de alfabetização. Partindo disso, é preciso que o professor tenha esse controle de resultados, conteúdos diferenciados e retorno das crianças, sempre respeitando o tempo de cada uma. Interpretar essas observações, atribuindo significados a como as crianças respondem ou fazem um estímulo específico, contribui de maneira direta para a contemplação de suas vivências e experiências:

Através da observação e da documentação, de fato, o adulto tem a possibilidade de compreender e conhecer os processos das crianças, para depois narra-los por meio de palavras e imagens. Observar e documentar as experiências de uma criança ou de um grupo representam, assim, instrumentos imprescindíveis para o conhecimento das potencialidades e das competências das crianças e do grupo (PAGNI, 2011, p. 39).

Ainda que apresente como resultado o alcance de objetivos relacionados à memorização e à comunicação, o primordial ainda serão às estruturantes do processo, e é nesse detalhe específico que a documentação sustenta o planejamento, pois quanto mais conhecimentos adquiridos acerca das crianças, seus interesses e conhecimentos, suas perguntas, e sobre as demais expressões que utilizam, mais componentes haverá para um planejamento significativo, que as auxilie a progredir em suas presunções, para potencializar esse processo de ampliação de linguagens, como apoio, e para estimular suas buscas e também formas de agir e imaginar.

PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS DA PESQUISA

O estudo se caracteriza como uma pesquisa de cunho bibliográfico, com a utilização de livros, revistas, artigos e outros materiais anteriormente publicados por autores conceituados no que tange à discussão sobre a

importância da avaliação do desenvolvimento da criança na educação infantil. Boccato esclarece que “a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas” (BOCCATO, 2006, p. 266). A autora afirma ainda que “esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica” (BOCCATO, 2006, p. 266).

Sendo assim, ainda de acordo com Boccato (2006, p. 266) “é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição da temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação”. Nesse contexto, percebe-se o valor de um estudo bibliográfico para se compreender os contextos históricos apontados pelos autores que evidenciam o desenrolar daquilo que se deseja pesquisar, que, no caso deste estudo, está pautado em analisar a importância da avaliação do desenvolvimento da criança na educação infantil.

É essencial lembrar que a pesquisa se constitui em um método qualitativo com abordagens descritivas e explicativas que, segundo Godoy (1995) (*apud* Zanette, 2017, p. 154), “quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento de fenômeno como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada”.

Não obstante, é possível compreender que, para Lakatos e Marconi (2003, p. 83), “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo”. Sendo assim, pode-se observar que o método nada mais é do que todos os procedimentos utilizados para efetivação das etapas que foram tomadas, para então alcançar os objetivos da pesquisa. Em um trabalho como este, os métodos permitem maior seriedade nas abordagens e confiabilidade na execução das etapas e nos resultados alcançados.

Desse modo, para efetivação da análise bibliográfica, buscou-se uma amostragem da literatura encontrada sobre a temática, realizando assim revisões para seleção dos artigos a serem utilizados no estudo. Para realização da busca literária, utilizou-se questionamentos norteadores que também estão presentes na introdução desta pesquisa, tais como: Descrever a importância da avaliação na educação infantil; Observar o desenvolvimento da avaliação na criança; Aplicar estratégias avaliativas para se observar o desenvolvimento da criança na educação infantil. Vale ressaltar que durante a busca da amostragem da literatura utilizada na

construção da análise, que é a proposta desse estudo, procurou-se delimitar os artigos a serem utilizados e assim atingir os objetivos iniciais do estudo.

Por fim, utilizou-se diversos critérios, dentre os quais a utilização de palavras chaves e outros critérios de inclusão, como análise das temáticas, leitura do resumos e introdução. Foram utilizadas diversas bases de dados de extrema confiabilidade, como SciELO (Scientific Electronic Library Online), Periódicos CAPES/MEC e a ferramenta de pesquisa Google Acadêmico. Para isso, os principais critérios para inclusão no estudo foram a busca de artigos de cunho científico de origem brasileira e traduzidos em português, disponibilizados de forma completa e em PDF. Vale destacar que as palavras chaves utilizadas na busca foram: Avaliação, Educação Infantil, Criança e Desenvolvimento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É mister salientar que, após as buscas realizadas nas bases de dados necessárias para construção e efetivação da presente pesquisa, foi realizada a etapa de fundamental importância, que é a revisão, delimitação e seleção dos artigos a serem de fato utilizados na análise bibliográfica. Nessa perspectiva, foram avaliados os temas e resumos dos artigos encontrados sobre a importância da avaliação do desenvolvimento da criança na educação infantil.

É possível dizer que durante o processo de busca foram encontrados 200 artigos em potencial, estando aptos a serem inclusos no estudo. Nesse contexto, após a apuração e retirada de artigos previamente duplicados (70), restaram 130 artigos para serem analisados pelas temáticas, e assim 119 foram descartados visto que não se encaixavam no que a pesquisa propõe, restando 11 para leitura e análise dos resumos e introduções.

Após tal leitura e análise, restaram apenas 05 artigos para serem incluídos e analisados por este estudo bibliográfico. Por meio dos dados coletados nos artigos incluídos na pesquisa, foi possível analisar a importância da avaliação do desenvolvimento da criança na educação infantil. Desse modo, os dados foram analisados, avaliados e organizados em um quadro com o conteúdo principal da literatura incluída.

Quadro 1 - Referência de acordo com os objetivos e resultados

| Artigos encontrados (Referência) | Quais aspectos estão estruturados (Objetivo) | Análise geral sobre os trabalhos (Resultados) |
|--|--|--|
| REBELO, Aline Helena Mafra <i>et al.</i> 2021. | A obra pautou-se em construir argumentos para uma avaliação em larga escala dos contextos da Educação Infantil (EI), defende o desenvolvimento de instrumentos que levem em consideração o acesso a conhecimentos, as desigualdades e as interações, sob a perspectiva da garantia dos direitos das crianças a uma educação de qualidade. Sendo assim, o estudo apresentou um breve histórico da Educação Infantil no Brasil, com ênfase no acesso a conhecimentos e dentre outros assuntos. | Dentre os resultados alcançados pelo estudo notou-se então a necessidade de debates e estudos na área da avaliação da EI que considerem tais aspectos e o intuito de produzir informações nacionais sobre a prática pedagógica no cotidiano da EI que reforça ou combate às desigualdades na educação. A pesquisa ainda buscou evidenciar em suas discussões sobre a garantia do direito à educação de qualidade em uma sociedade tão desigual e estruturalmente marcada pelo racismo. |
| CASTRO, Joselma Salazar de; SOUZA, Fabrício Zimmermann, 2017. | O estudo objetivou-se em discutir sobre a avaliação na Educação Infantil e as implicações que esse processo traz ao direito das crianças em viver suas infâncias. A pesquisa buscou apresentar a concepção de Educação Infantil, infância e criança, na qual nos aportamos, assim como um breve histórico do processo de avaliação na Educação Infantil, no momento em que ela se torna importantíssima, visto ser a primeira etapa da Educação Básica. | Concluiu-se que avaliação de contexto na Educação Infantil sugere aprofundar as temáticas emergidas da prática pedagógica, na relação direta com as crianças, sujeitos principais do processo educativo, formando uma “consciência pedagógica”. Através do estudo afirma-se ainda que o processo de avaliação se constitui como processo dialógico vinculado aos demais procedimentos educativos, o planejar, observar, registrar e documentar. São necessário recursos que representam a materialização dos acontecimentos vivenciados no cotidiano da Educação Infantil capazes de elucidar as condições para uma avaliação voltada ao percurso que a instituição educativa vem trilhando. |

NEVES, Vanessa
Ferraz Almeida;
MORO, Catarina.
2013.

A pesquisa objetivou contribuir com as discussões acerca dos processos de avaliação na educação infantil, visto que o tema é pouco presente na produção acadêmica. Buscou ainda evidenciar a necessidade de pesquisas sobre este assunto. Para isso, utilizaram-se pesquisas e documentos nacionais que enfocam a avaliação na Educação Infantil.

O estudo concluiu que, nos momentos de avaliação, as práticas educativas dos docentes tornam-se ainda mais visíveis, assim também como suas concepções a respeito das crianças e seus direitos. O estudo deixou claro um desafio que é o de buscar dar sentido à avaliação na Educação Infantil. O estudo evidenciou ainda que é de suma importância a construção de formas avaliativas que sejam mais eficazes e que permitam a orientação de práticas educativas mais eficientes.

JOAQUIM,
Rayane;
BRESSAN,
Luiza Liene;
CARDOSO,
Alcionê
Damasio,
ASCARI,
Giovani
Alberton, 2016.

A pesquisa tem como objetivo analisar se os professores fazem práticas avaliativas voltadas à classificação ou se aplicam avaliação de caráter formativo. O estudo utilizou teóricos como Hoffmann, Luckesi, Libâneo, e Perrenoud, dentre vários outros. O estudo procurou também apresentar algumas considerações sobre dois tipos de avaliação: a avaliação classificatória e avaliação formativa.

Conclui-se que é necessário compreender a importância de repensar as práticas avaliativas, pois quando bem utilizada é uma ferramenta importante para obtenção das aprendizagens significativas. A pesquisa aponta para dados promissores, apesar de ainda aparecerem contradições. O grupo docente se preocupa em fazer uma avaliação que forme para a vida e não apenas que classifique os alunos em bons ou ruins.

FARIA, Ana
Paula;
BESSELER,
Lais Helena,
2014.

O estudo objetivou apresentar fundamentos, instrumentos e práticas acerca da avaliação pedagógica no âmbito da Educação Infantil, bem como o relato de experiências avaliativas vivenciadas pelas autoras, em seus estágios supervisionados, durante a graduação em Pedagogia. A pesquisa tem como referência metodológica a abordagem qualitativa de pesquisa e teve como

Concluiu-se que os estudos realizados permitem considerar que o processo avaliativo realizado em sala de aula deve ser entendido como elemento essencial do planejamento docente, por revelar as principais necessidades e avanços dos alunos, nas suas relações com o ensino e a aprendizagem. Por fim, o estudo reafirmou a importância da avaliação na primeira infância na busca pelo sucesso da educação

principais referências escolar na sociedade
teóricas Hoffmann (2000), contemporânea.
Bondioli (2004) e Micarello
(2010).

Fonte: Pesquisa Bibliografia elaborada pelos autores, 2021.

É possível destacar que os cinco artigos apresentados no quadro acima permitiram analisar a avaliação na educação infantil por múltiplas perspectivas. Nesse contexto, é mister salientar que os estudos promoveram pesquisas sobre a avaliação mediadora e dialógica em sala de aula, e apresentaram análises sobre os principais instrumentos avaliativos adequados à educação infantil. Demonstraram ainda grande preocupação em explicitar a necessidade de formações continuadas dos professores, e permitiram ainda analisar as experiências dos autores por meio dos relatos de vivências quanto à utilização da avaliação em estágios supervisionados presentes nos cursos de licenciatura.

Por fim, permitiram repensar a avaliação de forma a atualizarmos nossas práticas, realizando uma autoavaliação do fazer pedagógico. A avaliação deve ser transparente e deve ser entendida pelo professor e principalmente pelos alunos. Sendo assim, a avaliação mediadora e dialógica, e a escuta sensível, fazem-se essenciais para a melhoria das práticas pedagógicas e do desenvolvimento da criança na educação infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu a realização de estudos bibliográficos referentes à importância da avaliação do desenvolvimento da criança na educação infantil. Esta pesquisa teve, como fundamento, a necessidade de aprofundar pesquisas sobre o preparo e capacitação docente perante as práticas avaliativas na contemporaneidade. Os estudos realizados levaram em consideração a realidade atual da educação tendo em vista a pandemia do covid-19, motivo pelo qual a pesquisa foi realizada embasada em materiais anteriormente publicados, como por exemplo: livros, artigos, e revistas, dentre outras matérias. Nesse contexto, ao se falar sobre educação, é essencial também discutir sobre a avaliação na educação infantil para que através disso sejam construídas avaliações mais criativas e inovadoras, com o objetivo de superar as atuais dificuldades encontradas no processo avaliativo. Desse modo, o problema levantado por este estudo serviu como base orientadora durante os processos de buscas das obras analisadas, sendo assim possível identificar as reais contribuições da avaliação mediadora e escuta sensível no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil. Obviamente, os estudos também foram essenciais para identificar os desafios para se estabelecer uma avaliação mediadora. Contudo, é possível revelar que o conteúdo da pesquisa e seus resultados permitiram atingir os

objetivos iniciais, visto que os autores utilizados no decorrer da pesquisa, bem como os cinco artigos selecionados para as análises, permitiram compreender a importância da avaliação do desenvolvimento da criança e também a identificar as contribuições da avaliação diagnóstica e mediadora.

Por fim, foi possível, através do estudo, discutir sobre o histórico, conceitos e funções da avaliação, seus aspectos legais e conceituais, além de identificar os principais instrumentos de avaliação adequados à educação infantil. É claro que este estudo constitui-se como uma das muitas ações que podem ser tomadas em prol de fomentar pesquisas no âmbito da avaliação educacional e assim promover a obtenção do máximo possível de conhecimento sobre práticas avaliativas inspiradoras, fidedignas, inovadoras e que levem em consideração as particularidades da educação infantil e permitam o pleno desenvolvimento da criança.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, A. C. Mercado de trabalho e Educação Física: aspectos da preparação profissional. **Revista de Educação**, Anhanguera, n. 10, p.141-149, 2007.

AROEIRA, M. L. C.; SOARES, M. I. B.; MENDES, R. E. de A. **Didática de pré-escola: vida criança: saber brincar e aprender**. São Paulo: FDT, 1996.

BARBOSA, M. C. S. O acompanhamento das aprendizagens e a avaliação. **Revista Pátio Educação Infantil**, ano II, n. 4, abr./jul., 2004.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BONDIOLI, A.; FERRARI, M. **Educare la professionalità degli operatori per l'infanzia**. Bergamo: Quaderni Infanzia; Ed. Junior, 2004.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Referencial curricular nacional de educação infantil**. Brasília: MEC/SEF.1998.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 5/2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009.

CARDOSO, B. **Práticas de Linguagem Oral e Escrita na Educação Infantil**. São Paulo: Anzol, 2012.

CARVALHO, B. S. de. **Complexidade e Educação de Jovens e Adultos**. Paraíba: UFPB, [s.d.].

CASTRO, J. S. de; SOUZA, F. Z. As interfaces da avaliação na Educação Infantil. **Revista Zero-a-seis**. v. 19, n. 36, p. 478-492, jul.-dez., 2017.

Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/19804512.2017v19n36p478/3563>. Acesso em: 05 jun. 2021.

CRAIDY, C. **Educação Infantil Pra que te quero**. Porto Alegre: Artmed.2001.

FARIA, A. P.; BESSELER, L. H. A avaliação na educação infantil: fundamentos, instrumentos e práticas pedagógicas. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente-SP, v. 25, n. 3, p. 155-169, set./dez. 2014.

Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/3048/2711>. Acesso em: 05 jun. 2021.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogenese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

HAYDT, R. C. C. **Avaliação do processo de ensino-aprendizagem**. 6 ed. São Paulo: Ática, 2008.

HOFFMAN, J. **O jogo do contrário em avaliação**. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

JOAQUIM, R.; BRESSAN, L. L.; CARDOSO, A. D.; ASCARI, G. A. Avaliação: da classificatória à formativa - um estudo sobre práticas avaliativas. **Rev. Ciênc. Cidadania**, v. 2, n. 1, 2016. Disponível em: <http://periodicos.unibave.net/index.php/cienciaecidadania/article/view/58/47>. Acesso em: 05 jun. 2021.

KENSKI, V. M. Avaliação da aprendizagem. In: VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. **Repensando a didática**. 11 ed. Campinas: Papirus, 1996.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBANEO, J. C. **Didática**: série formação do professor. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem na escola**: reelaborando conceitos e recriando a prática: 2 ed. Salvador-BA: Malabares, 2005.

MELCHIOR, M. C. **Avaliação Pedagógica Função e necessidade**. Porto Alegre: Mercado Pago, 1994.

NEVES, V. F. Almeida; MORO, C. Avaliação na educação infantil: um debate necessário. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 55, p. 272-302, abr./ago. 2013. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/2727/2680>. Acesso em: 05 jun. 2021.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; ARAÚJO, S. B. Escutar as vozes das crianças como meio de (re) construção de conhecimento acerca da infância: algumas implicações metodológicas. *In*: OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. (org.). **A escola vista pelas crianças**. Portugal: Editora Porto, 2008. p. 13-27.

RAIZER, C. M. Portfólios: uma possibilidade de avaliação formativa. *In*: VAGULA, E.; RAMPAZZO, S. R. dos R.; STEINLE, M. C. B. **Organização e Didática nos anos iniciais de ensino fundamental**. São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2009.

REBELO, A. H. M. *et al.* A educação infantil, os direitos a conhecimentos, desigualdades e avaliação: uma reflexão sobre o alcance da qualidade. **Virtual Scielo Preprints**. São Paulo- SP. 2021. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/2047/3387/3526>. Acesso em: 05 jun. 2021.

RINALDI, C. **Diálogos Com Reggio Emilia. Escutar, investigar, e aprender**. Tradução. Vania Cury. São Paulo: Paz e Terra. 2012.

SANTOS, J. G. **Avaliação do Desenvolvimento e da Aprendizagem**. Curitiba: FAEL, 2010.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**. Madrid: Visor, 1995.

ZANETTE, M. S. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil.

Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 65, p. 149-166, jul./set. 2017.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n65/0104-4060-er-65-00149.pdf>. Acesso em: 26 Mar. 2021.

BENEFÍCIOS DA HIDROGINÁSTICA NA PREVENÇÃO DE QUEDAS E MELHORIA DO EQUILÍBRIO EM IDOSOS

BENEFITS OF HYDROGYMNASTICS IN FALLS' PREVENTION AND BALANCE IMPROVEMENT IN ELDERLY

Erithânia Cardoso de Abreu⁸
Jailson Pereira Silva Gomes⁹
Francisco Mayron de Sousa e Silva¹⁰
Breno Dias¹¹

RESUMO

Com o envelhecimento, o indivíduo sofre alterações fisiológicas, psicológicas e sociais. Com as mudanças fisiológicas aparentes, o idoso tende a gerar insatisfação própria, resignação, e com o passar do tempo tende a se sentir sozinho, solitário, e sofre constantes alterações de humor. Os objetivos da pesquisa forma: analisar os benefícios da hidroginástica no equilíbrio e prevenção de quedas em idosos, averiguar a importância da hidroginástica e seu benefício na qualidade de vida dos idosos e investigar os motivos que levam os idosos a procurar a hidroginástica. Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, pois a coleta de dados ocorreu por meio de análise teórica bibliográfica, mediante publicações científicas disponíveis nas bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), PubMed, e da Literatura Latino-Americana em Ciências de Saúde (LILACS), publicados no período de 2011 a 2021. Os descritores utilizados na busca foram: hidroginástica, hidroginástica e idoso, hidroginástica e quedas, hidroginástica e equilíbrio, exercício aquático, associados em busca livre. Para a coleta de dados, foi feito um fluxo de seleção através do PRISMA. Os achados dessa pesquisa mostraram que os estudos que avaliaram o equilíbrio em práticas de hidroginástica tiveram bons resultados. Diante dos resultados obtidos nesta pesquisa, podemos observar que a prática de

⁸ Acadêmica do curso de fisioterapia da Faculdade de Educação São Francisco - FAESF. Pedreiras, Maranhão – Brasil.

⁹ Acadêmica do curso de fisioterapia da Faculdade de Educação São Francisco - FAESF. Pedreiras, Maranhão – Brasil.

¹⁰ Mestre em Engenharia de Materiais (PPG-EM/IFPI). Docente do Curso de Bacharelado em Fisioterapia. Faculdade de Educação São Francisco - FAESF. Pedreiras, Maranhão – Brasil. E-mail: fmss@faesf.com.br

¹¹ Especialista em Fisioterapia Hospitalar. Especialista em UTI adulto. Docente do Curso de Bacharelado em Fisioterapia. Faculdade de Educação São Francisco - FAESF. Pedreiras, Maranhão – Brasil. E-mail: sfc@faesf.com.br

hidroginástica traz melhoras significativas para o equilíbrio da população idosa.

Palavras-Chave: Hidroginástica. Idoso. Envelhecimento. Quedas. Benefícios.

ABSTRACT

Withal aging, the individual undergoes physiological, psychological, and social changes. With the apparent physiological changes, the elderly tends to generate self-dissatisfaction, resignation, and over time tend to feel alone, lonely, and suffer constant mood swings. The objectives of this research were: to assess the benefits of water aerobics in balance and falls' prevention in the elderly, to determine the importance of gymnastics and its benefit in the elderly life quality, and to investigate the reasons why the elderly seek water aerobics. This is a narrative literature review, thus, the data collection occurred through literature theoretical analysis through scientific publications available in the databases: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), PubMed, and Latin American in Science Health (LILACS), published in the period from 2011 to 2021. The descriptors used in the search were: water aerobics, water aerobics and elderly, water aerobics and falls, water aerobics and balance, water exercise plus free search. To collect data, it made a selection flow through the PRISMA. The findings of this research showed that the studies evaluating balance in gymnastics practices had good results. Given the results obtained in this study, we observed that the practice of gymnastics brings significant improvements to the balance of the elderly population.

Keywords: Hydro-gymnastics. Elderly. Aging. Falls. Benefits.

INTRODUÇÃO

A hidroginástica pode ser caracterizada por uma série de exercícios corporais executados na água com finalidades específicas, pois esse meio líquido possibilita a realização de uma gama de atividades de alta intensidade (BONACHELA, 1994). Segundo Lindoso (1995), a hidroginástica pode ser praticada desde jovens até idosos, sem exceções de mulheres gestantes, atletas, deficientes e pessoas que estão se recuperando de lesões.

A autonomia pode ser definida como a liberdade para agir e tomar decisões no dia a dia, relacionadas à própria vida e à independência, porém autonomia e independência não são conceitos interdependentes para o idoso, haja vista que o indivíduo pode ser independente e não ser autônomo, como acontece, por exemplo, nas demências. Assim, a capacidade funcional pode ser definida como a manutenção da capacidade de realizar Atividades Básicas de Vida Diária (GUIMARÃES *et al.*, 2004). Manter a independência funcional durante o processo de envelhecimento é um dos objetivos de fundamental importância a ser alcançado (OLIVEIRA *et al.*, 2017). Para Brito *et al.* (2017), envelhecer de forma saudável é aproveitar as oportunidades de socialização e priorização da saúde a favor de ser independente e ativo durante o dia a dia.

O Brasil possui mais de 28 milhões de indivíduos nessa faixa etária, o que chega a representar 13% da população do país. Nas próximas décadas, esse percentual tende a dobrar. Segundo a divulgação da Projeção de População Idosa, em 2018, feita pelo IBGE, a pesquisa afirma que, em 2043, um quarto da população deverá ter mais de 60 anos (IBGE, 2020). O nível de expectativa de vida da população no Brasil vem crescendo, e com isso acontecem várias modificações nos perfis demográficos e epidemiológicos, resultando nos crescentes números de idosos (AZEVEDO *et al.*, 2019).

O envelhecimento promove uma importante diminuição da força muscular, perda do equilíbrio, e gera incapacidade funcional, entre outros aspectos, que prejudicam a locomoção. Estas alterações predis põem às quedas que, por sua vez, resultam em diversas sequelas que afetam não só o bem-estar físico mais também o psicológico do idoso. Essa gama de afecções que rodeiam essa população incessantemente faz com que a cada dia haja a necessidade de recorrer a algum tipo de atividade física, preferencialmente aquelas em que ocorre interação social entre os participantes (FERREIRA *et al.*, 2017).

As práticas fisioterapêuticas visam promover autonomia e independência para o idoso, uma vez que o exercício físico proporciona capacidade funcional, bom equilíbrio e coordenação motora, sobretudo uma melhor qualidade de vida para os praticantes de qualquer modalidade física que possuem acompanhamento profissional. Baseado em uma revisão de literatura, a pesquisa questiona-se: Quais os benefícios da hidroginástica na melhoria do equilíbrio no idoso?

Diante disso, o trabalho referido tem como objetivo analisar os benefícios da hidroginástica no equilíbrio e prevenção de quedas em idosos

METODOLOGIA

Esta pesquisa trabalhou o tipo de estudo de revisão bibliográfica narrativa. A pesquisa bibliográfica pode ser caracterizada como uma base de dados advindos de material já elaborado, que abrange livros e artigos de cunho científico, e que tem como principal vantagem possibilitar ao pesquisador uma série de fontes adequadas ao seu tema (GIL, 2002).

A revisão narrativa é adequada para trabalhos de conclusão de cursos, artigos, teses e dissertações, a sua estratégia de busca é bem diferente das demais revisões, uma vez que ela apresenta uma temática mais aberta e menos abrangente (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011). A revisão literária nos mostra que todas as novas ideologias advêm de estudo já realizados. Em outras palavras, ela é composta por um apanhado de ideias de pessoas dos mais variados lugares do mundo e sintetizado em uma só pesquisa (FACHIN, 2003).

A coleta de dados ocorreu por meio de análise teórica bibliográfica, mediante publicações científicas disponíveis nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), PubMed e da Literatura Latino-Americana em Ciências de Saúde (LILACS). Os descritores utilizados na busca foram: hidroginástica, hidroginástica *and* idoso, hidroginástica *and* quedas, associados em busca livre.

Os critérios de inclusão das publicações integram artigos científicos que possuem texto completo e integridade, escritos nos idiomas inglês e português, sem recorte temporal, porém foram priorizados os de maior proximidade. Foram excluídos artigos duplicados, que não apresentaram cunho científico, textos incompletos ou que estavam indisponíveis gratuitamente. Para a coleta de dados, foi feito um fluxo de seleção através do PRISMA.

Este fluxo teve como finalidade selecionar os artigos científicos já produzidos e catalogá-los em um quadro, colocando os seus respectivos nomes. Os dados que foram obtidos por meio dessa pesquisa permitiram descrever, discutir e analisar metodologias e resultados, com intuito de fazer uma síntese de todos esses achados.

A pesquisa foi desenvolvida de acordo com as normas da ABNT, e, por ser uma revisão bibliográfica, foi dispensada de encaminhamento para o Comitê de Ética e Pesquisa. Foram seguidas e respeitadas as normas técnicas da instituição de ensino Faculdade de Educação São Francisco, o roteiro da pesquisa possui orientação de um docente da instituição, as coletas de dados só foram feitas no período estabelecido, sendo respeitada os direitos autorais.

RESULTADOS

Para responder à questão norteadora “Quais os benefícios da hidroginástica na melhoria do equilíbrio do idoso?” foram acessadas as bases de dados Literatura Latino- americana e do Caribe em Ciências (LILACS), a biblioteca (SCIELO) *Scientific Electronic Library Online* e o PubMed. Por meio de buscas avançadas, utilizando os seguintes delimitadores de pesquisa, Hidroginástica, Hidroginástica *and* idoso e Hidroginástica *and* equilíbrio, para o levantamento de dados nos últimos de 10 anos. O recorte temporal justifica-se pelo fato de que estudos atuais dão mais embasamento científico.

Logo após essa etapa, foi realizada a leitura dos artigos pelo resumo e pelo título, uma vez que, apesar do uso dos descritores, foi obtido muito material que não condizia com o tema abordado. Inicialmente foram encontradas 622 produções científicas. Desses foram excluídos 280 artigos, devido ao recorte temporal de 10, anos e mais 13 artigos duplicados por integrarem mais de uma base de dados, restando, assim, 329 artigos, nos quais foram analisados pelo assunto, sendo excluídos 306 pelo título, restando 23 para análise de texto completo e logo mais foram excluídos 16 pelo resumo, restando um total de sete artigos que foram incluídos na revisão.

Tabela de resultados

| AUTOR E ANO | TIPO DE ESTUDO | OBJETIVO | AMOSTRA OU GRUPOS | DESFECHOS |
|--------------------------------|---------------------------|--|--|---|
| HELRIGL E <i>et al.</i> , 2013 | Experimental | Comparar a influência da prática de diferentes modalidades de treinamento físico e do hábito de caminhar sobre o equilíbrio funcional de idosos residentes em Jataí, Goiás. | Participaram 135 idosos divididos em cinco grupos de acordo com o hábito de caminhar e com a modalidade de treinamento físico praticado: GSI (n = 39), GSA (n = 37), GH (n = 25), GM (n = 10) e GC (n = 24). | Tanto o hábito de caminhar quanto a prática regular da caminhada, da musculação e da hidroginástica por mais de seis meses, aumentam o equilíbrio funcional dos idosos. |
| BERGAMIN <i>et al.</i> , 2013 | Randomizado | Avaliar a eficácia de um protocolo de exercício de 24 semanas realizado em água de nascente geotérmica para melhorar a função física geral e a massa muscular em um grupo de idosos saudáveis. | 59 sujeitos foram recrutados e alocados aleatoriamente em três grupos: grupo aquático (GA), grupo terrestre (GL) e grupo controle (GC). | O exercício aquático se mostrou uma ótima atividade para melhorar o equilíbrio dinâmico. |
| ANTES <i>et al.</i> , 2014 | Descritivo-correlacional | Verificar a estabilidade postural e a propriocepção de idosas praticantes de hidroginástica e as possíveis relações existentes entre essas variáveis. | O grupo de estudo foi constituído por 25 idosas com idade média de 70,2. | As perdas funcionais ocasionadas pela idade influenciam tanto o desempenho proprioceptivo quanto a estabilidade postural. |
| VIEIRA, 2014 | Ensaio clínico controlado | Verificar o efeito crônico do treinamento de flexibilidade sobre o controle postural de idosas praticantes de hidroginástica participantes do projeto Prev-Quedas. | Foram formados dois grupos: o grupo intervenção (GI) composto por 25 idosas que participaram de um programa com exercícios de flexibilidade, além da hidroginástica | A prática da hidroginástica acarretou, além do ganho na amplitude articular do tornozelo, aumento na capacidade de alcance |

| | | | | |
|--|--|--|---|---|
| | | | e o grupo controle (GC), formado por 21 idosas que realizaram apenas a hidroginástica. | lateral, diminuição da velocidade média e deslocamento total do centro de pressão no eixo ântero-posterior, mas também, redução do tempo de permanência em apoio unipodal. |
| JÚNIOR; DEPRÁ; SILVEIRA , 2017. | Quase experimental | Investigar os efeitos de um programa de hidroginástica com ênfase em exercícios dinâmicos em deslocamento sobre o equilíbrio corporal de idosos. | A amostra foi dividida em dois grupos: grupo experimental (GE) (n=27, idade=67,33±5,53 anos) e grupo controle (GC) (n=10, idade=67,74±7,24 anos). | A prática da hidroginástica, enfatizando exercícios com diferentes formas de deslocamentos, pode alterar significativamente os índices de equilíbrio postural. |
| ZIVI <i>et al.</i> , 2017 | Ensaio clínico controlado randomizado simples-cego. | Comparar os efeitos da fisioterapia aquática sobre a marcha e o equilíbrio do treinamento em terra, no contexto de um tratamento de reabilitação hospitalar adaptado para neuropatias periféricas. | Quarenta pacientes foram incluídos: 21 no grupo de reabilitação com base na água e 19 no grupo em terra. | O ambiente aquático teve leve impacto no aumento do equilíbrio e da marcha dos pacientes, mas, por outro lado, o efeito das sessões de fisioterapia aquática foi equivalente ao obtido com as terrestres. |
| GUILLA MÓN <i>et al.</i> , 2019 | Revisão sistemática | Avaliar o papel preventivo potencial dos exercícios aquáticos para reduzir o risco de quedas em idosos, melhorando os fatores de risco predisponentes. | Quatorze estudos preencheram os critérios de inclusão. A duração e a frequência das intervenções de exercício variaram de 2 a 24 semanas, de 2 a 3 vezes por semana, de 40 a 90 min por sessão. | Os exercícios aquáticos melhoraram os principais componentes predisponentes da aptidão física que são modificáveis e fatores de risco internos para quedas. |

Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados, 2021.

DISCUSSÃO

Os achados dessa pesquisa mostraram que os estudos que avaliaram o equilíbrio em práticas de hidroginástica tiveram bons resultados. Os estudos de Zivi *et al.*, (2017) e Helrigle *et al.*, (2013) relataram que a fisioterapia aquática traz o mesmo efeito que a musculação, caminhada ou outra atividade terrestre, porém possui leve impacto quando comparada as outras modalidades.

Corroborando com essa ideia, Martins, Dascal e Marques (2013) afirmam que os exercícios físicos possuem bons resultados sobre o equilíbrio postural na fase de envelhecimento, sem necessariamente haver uma modalidade específica. Ainda nesse mesmo estudo, os autores, por meio da escala de Berg, observaram que o equilíbrio estático e dinâmico de idosos praticantes de modalidades físicas, como hidroginástica e karatê, encontrou-se com escore adequado, ou seja, sua propensão a falta de equilíbrio e a quedas estavam menos susceptíveis se comparados aos idosos inativos (MARTINS; DASCAL E MARQUES).

Nessa vertente, Dlugosz-Bós *et al.* (2021), em seu estudo com mulheres idosas, afirmam que o Pilates é uma modalidade de exercício físico que favorece resultados prescindíveis, como aumento da estabilidade, e melhora do equilíbrio e redução de quedas. Nessa mesma perspectiva, Oh e Choi (2021) discorrem, em seu estudo, que o Pilates é um dos exercícios que mais traz melhoras para o equilíbrio e redução de quedas, pois permite ao idoso praticante maior estabilização corporal e menor riscos de quedas.

Caldas *et al.* (2019) obtiveram resultados satisfatórios no equilíbrio estático e dinâmico em seu programa de exercícios, principalmente nos testes de se levantar e se movimentar. Em seu estudo, Tomicki *et al* (2016) contaram com a participação de dois grupos, o (G1), identificado como grupo controle, e o (G2), identificado como grupo intervenção, que foram divididos para análise dessa pesquisa, na qual apenas o (G2) realizou a prática regular de exercício três vezes na semana em um período total de doze semanas. Por meio do *Timed Up and Go Test* (TUGT) e da Escala de Equilíbrio de Berg (EEB), constataram que a prática regular de exercícios físicos trouxe melhoras para o aumento do equilíbrio e redução dos níveis de quedas para o grupo (G2).

Pillat, Nielsson e Schneider (2019) complementam que os exercícios físicos trazem efeitos significativos para a saúde da classe

senil, uma vez que exercícios de equilíbrio, força muscular e exercícios resistidos são benéficos para a qualidade de vida e melhoram tanto os aspectos físicos como cognitivos, pois promovem maior equilíbrio, mobilidade, aumento da força de membros inferiores e redução de quedas.

Helrigle *et al.* (2013), Júnior, Deprá e Silveira (2017), Bergamin *et al.* (2013), e Zivi *et al.* (2017) analisaram, em seus estudos, a influência das práticas de atividade aquática na melhora do equilíbrio em idosos. Diante das evidências relatadas por esses autores, os equilíbrios funcionais e dinâmicos desses idosos aumentaram de forma significativa devido à possibilidade de flutuação e leve impacto que o meio líquido proporciona.

Vieira (2014) observou, em seu estudo, que a prática da hidroginástica trouxe benefícios para os idosos, como o aumento da amplitude articular do tornozelo e redução da velocidade média. Balsamo *et al.* (2012) afirma que a hidroginástica oferece pouco risco à saúde e pode ser considerada como uma estratégia não farmacológica para agravos como a densidade mineral óssea em idosos do sexo feminino, pois os resultados de seu estudo apresentam a hidroginástica como um possível estimulador do desenvolvimento muscular.

Antes *et al.* (2014), em seu estudo, analisaram que a idade é um fator crucial que altera os níveis de instabilidade postural em idosos. Moraes *et al.* (2019) afirmam que a fragilidade nos idosos é marcada por alterações, como diminuição da marcha e ausência de exercício físico. O autor ainda fomenta a importância de preparar o idoso para a introdução de um protocolo de atividades físicas.

O declínio funcional faz com que os idosos invistam em programas de exercícios para retardar o processo progressivo do envelhecimento, e a hidroginástica é uma boa solução para melhorar a qualidade de vida, o equilíbrio, a autoestima e vários outros fatores, sociais, físicos e psicológicos, segundo Santos (2019).

Guillamón *et al.* (2019) avaliaram a eficácia dos exercícios aquáticos na aptidão física de idosos, e chegaram ao resultado de que essa modalidade é eficaz para a prevenção de fatores predisponentes a quedas. Corroborando com essa ideia, Rosa *et al.* (2013) afirmam que a terapia aquática é eficaz para a prevenção de instabilidade postural e de quedas, e aumenta de forma significativa a qualidade de vida de idosos praticantes.

Diante das evidências relatadas, pode-se observar que os exercícios físicos não trazem só benefícios para o equilíbrio e prevenção de quedas, mas também trazem promoção a qualidade de vida de idosos praticantes de qualquer modalidade, em especial a hidroginástica.

Teixeira *et al.* (2018) afirmam que a hidroginástica vem sendo procurada como uma alternativa de atividade física pelos idosos. A procura por essa modalidade ocorre por recomendações médicas a fim de não apenas melhorar o físico do paciente, mas servir como forma de interação social, uma vez que essa prática traz melhoras significativas na qualidade de vida e nas AVD's. A hidroginástica é uma das atividades físicas que mais se adequa ao processo de envelhecimento, pois os idosos praticantes dessa modalidade estão mais susceptíveis a melhora da força muscular, da flexibilidade e independência funcional, principalmente na realização de atividades diárias (LIMA *et al.*, 2018).

No estudo de Carvalho (2014), o objetivo principal foi investigar, por meio de um questionário, os benefícios físicos e psicológicos em um programa de hidroginástica praticados por mulheres. Observou-se que as praticantes se sentiram muito bem, que consideram a atividade muito importante e de alto rendimento, e que sentem melhora na qualidade de sono e na disposição. A autora ainda observou que os fatores que mais motivaram as alunas desse programa foi a procura por qualidade de vida, a recomendação médica, além de acharem a atividade prazerosa (CARVALHO, 2014).

Em conformidade, Silva *et al.* (2017) afirmam que a procura pela hidroginástica ocorreu pela maior acessibilidade aos idosos, pois a sua execução permite que as articulações sofram menos impactos e diminuição da dor, por recomendações médicas e pela interação social. Os autores ainda afirmam que a terceira idade sofre por questões relacionadas à autonomia e independência e problemas no desempenho locomotor, por esses fatores é importante que a hidroginástica seja praticada o mais cedo possível e a sua realização ocorra regulamente. Um bom programa de exercícios físicos melhora a aptidão física do idoso, melhora a coordenação motora e permite autonomia e independência (SILVA, 2012).

CONCLUSÃO

Para se chegar ao objetivo proposto nessa pesquisa, primeiramente, foi realizado um levantamento geral na literatura para apresentar o efeito da hidroginástica no equilíbrio em idosos. Diante dos resultados obtidos nesta pesquisa, podemos observar que a prática de hidroginástica traz melhoras significativas para o equilíbrio dessa classe.

Então, pode-se dizer que a procura pela hidroginástica ocorre pelo conforto, relaxamento e o baixo impacto que o meio aquático possibilita, visto que programas de exercícios no solo podem ocasionar pioras na estrutura física do paciente. Dessa forma, os autores consideraram a hidroginástica uma ótima escolha de atividade física, visto que ela mostrou um bom rendimento, principalmente por proporcionar relaxamento por meio da flutuação do corpo e a temperatura da água.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO FILHO, E. R. de *et al.* Percepção dos idosos quanto aos benefícios da prática da atividade física: um estudo nos Pontos de Encontro Comunitário do Distrito Federal. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 41, n. 2, p. 142-149, 2019.

BONACHELA, V. **Manual Básico de Hidroginástica**. Rio de Janeiro: Sprint, 1994.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/ago. 2011.

BRITO, A. de F. *et al.* Respostas hemodinâmicas durante exercício resistido com intensidades moderadas em idosas hipertensas. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**. v. 18, n. 4, p. 464-466, 2017.

DADGARI, A. *et al.* Randomized Control Trials on Otago Exercise Program (OEP) to Reduce Falls Among Elderly Community Dwellers in Shahrud, Iran. **Iranian Red Crescent Medical Journal**, v. 18, n. 5, p. 1-8, 2016.

DUARTE, F. M. *et al.* A importância da fisioterapia na promoção da qualidade de vida para os idosos. **Caderno de Ciências Biológicas e da Saúde**, Boa Vista, n. 01, 2013.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: **Saraiva**, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, L. H. de C. T. *et al.* Comparação da propensão de quedas entre idosos que praticam atividade física e idosos sedentários. **Rev-Neurocienc**, v. 12, n. 2, p. 68-72, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>. Acesso em: 14 jun. 2020.

LINDOSO, R. C. B. **Motivação para Hidroginástica na Terceira Idade**. 1996. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Treinamento Esportivo) - Universidade de Pernambuco, Recife, 1996.

OLIVEIRA, D. V. de *et al.* Análise comparativa da força muscular e funcionalidade de idosas praticantes de hidroginástica e treinamento funcional. **Archive of Health Sciences**, v. 24, n. 2, p. 95-99, jul. 2017.

SOUZA, R. da S.; MORSCH, P. A manutenção da capacidade funcional no idoso através da cinesioterapia. **Rev. Cient. FAEMA: Revista da Faculdade de Educação e Meio Ambiente -FAEMA**, Ariquemes, v. 9, n. ed. esp., p. 620-625, maio-jun., 2018.

SQUARCINI, C. F. R. *et al.* Programa de Atividade Física para Idosos: Avaliação da Produção Científica Brasileira utilizando o modelo RE-AIM. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909-920, 2015.

TEIXEIRA, C. M. *et al.* Actividad física, autoestima y depresión en adultos mayores. **Cuadernos de Psicología del Deporte**, v. 16, n. 3, sep. 2016.

TOLDRÁ, R. C. *et al.* Promoção da saúde e da qualidade de vida com idosos por meio de práticas corporais. **O mundo da saúde**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 159-169, jun. 2014.

WINGERTER, D. G. *et al.* Mortalidade por queda em idosos: uma revisão integrativa. **Revista Ciência Plural**, v. 6, n. 1, p. 119-136, 2020.

BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO FÍSICO SOBRE A ÁREA EMOCIONAL DE ALUNOS DO COLÉGIO SÃO FRANCISCO EM PEDREIRAS-MA

BENEFITS OF PHYSICAL EXERCISE ON THE EMOTIONAL AREA OF STUDENTS FROM SÃO FRANCISCO SCHOOL IN PEDREIRAS-MA

Ravilla Rafaelly Rodrigues da Silva¹²

Gilberto Sousa Silva¹³

RESUMO

Atualmente é notável uma grande preocupação em relação à qualidade de vida de crianças e adolescentes. O estudo visa demonstrar os benefícios do exercício físico sobre a área emocional do educando. Dentre as abordagens da pesquisa, encontra-se uma análise sobre as problemáticas atreladas à depressão e à ansiedade, evidenciando maneiras alternativas para prevenção e tratamento. Surge então o questionamento: quais são os verdadeiros benefícios dos exercícios físicos e como eles podem ajudar na prevenção e tratamento de problemas emocionais, como ansiedade e depressão? Esta pesquisa se justifica pela necessidade de lidar com as dificuldades da área emocional, e tem como objetivos identificar os benefícios do exercício físico sobre a área emocional do educando, analisar as consequências da falta de exercícios e compreender como a ansiedade e depressão podem vir a ser prevenidas ou amenizadas. A pesquisa é caracterizada como bibliográfica por conter informações antes publicadas, como livros, revistas e artigos. Constitui-se como de caráter descritivo, explicativo e qualitativo, sendo aplicados formulários com a psicóloga e professora de Educação Física do Colégio São Francisco. Constatou-se que os exercícios físicos podem estimular a socialização do indivíduo, servem como uma alternativa de cura natural aos vícios

¹² Licenciatura em Educação Física – FAESF. Especialização em Desporto escolar, fitness e saúde – UNINOVAFAPI, Teresina. Atualmente, é gerente da empresa Verduras. Ex- docente do Colégio São Francisco - Educação Física. E-mail: faellystfrah@gmail.com.

¹³ Licenciado em Pedagogia – FAESF; Licenciado em História – UNIMES; Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional – FAESF; Especialização em Docência do Ensino de História para Educação Básica – FEMAF; Especialização em Docência do Ensino Superior – FAESF; Pós-graduando em Informática na Educação – IFMA; Orientador de TCC Universidade Estadual do Maranhão – UEMANET; Docente no curso de Pedagogia Faculdade de Educação São Francisco – FAESF. E-mail: gilberto.sousa.060994@gmail.com / gss@faesf.com.br.

cotidianos e permitem o desenvolvimento de competências éticas, afetivas e também cognitivas, que são importantes para vida do indivíduo. Contudo, é notório a necessidade de práticas regulares de exercícios físicos em ambiente escolar como forma de prevenção e tratamento de problemáticas advindas de área emocional do educando. **Palavras-chave:** Exercício Físico. Emocional. Ansiedade. Depressão. Aluno

ABSTRACT

Currently, there is a notable concern about the quality of life of children and adolescents. The study aims to demonstrate the benefits of physical exercise on the student's emotional area. Among the research approaches is an analysis of the problems related to depression and anxiety, showing alternative ways of prevention and treatment. The question then arises: what are the real benefits of physical exercises and how can they help in the prevention and treatment of emotional problems such as anxiety and depression? This research is justified by the need to deal with difficulties in the emotional area, and has, as objectives, to identify the benefits of physical exercise on the emotional area of the student, to analyze the consequences of lack of exercise, and to understand how anxiety and depression can be prevented or alleviated. The research is characterized as bibliographic because it contains previously published information such as books, magazines, and articles. It has a descriptive, explanatory, and qualitative character, and forms were applied with the psychologist and the physical education teacher at Colégio São Francisco. It was found that physical exercises can stimulate the individual's socialization, serve as a natural healing alternative to daily addictions, and allow the development of ethical, affective, and also cognitive competencies that are important for the individual's life. However, it is evident the need for regular practice of physical exercises in a school environment as a form of prevention and treatment of problems arising from the student's emotional area.

Keywords: Physical Exercise. Emotional. Anxiety. Depression. Student

INTRODUÇÃO

O ser humano na atualidade vem sendo acometido por diversas problemáticas no que concerne a área emocional, dentre as quais

pode-se destacar a ansiedade e depressão. Nesse contexto, sabe-se que a ansiedade pode estar se manifestando em vários momentos da vida e sofre diversas variações de expressividade e constância, dependendo das especificidades atreladas. Nessa vertente, a ansiedade pode ser caracterizada como um fenômeno que afeta o ser humano, nos aspectos relacionados a uma espécie de reação de alarme no que tange medo ou temor de acontecimentos displicentes.

Dentro dessa perspectiva, um outro destaque é o transtorno depressivo maior ou “depressão”, como é popularmente conhecida, que se constitui como uma doença que vem afligindo milhares de pessoas de forma negativa e alarmante, confrangendo desde o que se sente, imagina e executa.

Surgem então os seguintes questionamentos: quais os verdadeiros benefícios dos exercícios físicos? Os mesmos podem ajudar na prevenção e tratamento de problemas emocionais, como ansiedade e depressão? Os profissionais estão de fato preparados para lidar com tais problemáticas?

A escolha da temática justifica-se pela necessidade de lidar com as dificuldades da área emocional, por se tratar de um tema emergencial e importante, pois vem afetando a qualidade de vida de alunos, professores e, conseqüentemente, da sociedade.

A pesquisa possui um objetivo geral, que é identificar os benefícios do exercício físico sobre a área emocional do educando, além de conter objetivos específicos, como analisar as conseqüências da falta de exercícios e compreender como a ansiedade e depressão podem vir a ser prevenidas ou amenizadas por intermédio de exercícios físicos.

A presente pesquisa faz-se necessária, pois apresenta-se como um estudo importantíssimo para obtenção de conhecimentos e aprimoramentos das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos profissionais da Educação Física ao analisar as relações existentes entre o exercício e esporte no contexto emocional do aluno.

Quanto a metodologia empregada, a pesquisa pode ser caracterizada como bibliográfica por conter informações antes publicadas como livros, revistas e artigos de autores conceituados no assunto para uma maior coesão das ideias estruturantes do estudo. A pesquisa também se constitui como de caráter descritivo, explicativo e qualitativo, por utilizar-se de aplicação de formulário para coleta de dados no Colégio São Francisco, localizado na cidade de Pedreiras-MA, realizado no dia 14 de fevereiro de 2020.

ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE DEPRESSÃO E ANSIEDADE NA COMTEMPORANEIDADE

A busca incessante pela qualidade de vida dos seres humanos na contemporaneidade vem gerando diversos estudos. Permitindo, assim, que certos empecilhos para qualidade de vida das pessoas venham a ganhar uma atenção ainda maior, visando solução ou amenização de tais dificuldades.

Nesse contexto, surge a necessidade de compreender os aspectos conceituais da depressão e ansiedade, para que então se possa definir as possíveis dimensões de suas consequências para vida do aluno e da sociedade.

Diante disso, Aníbal e Romano (2017) apresentam que a depressão pode ser caracterizada como um transtorno mental comum que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é uma doença que afeta mundialmente cerca de 350 milhões de pessoas ou mais. Seus sintomas principais são: autoestima baixa, distúrbios do sono, dificuldade de concentração e tristeza, entre outros.

Nessa vertente, Vasconcelos-Raposo *et al.* (2009, p. 22) compactuam com as afirmações anteriores ao definir que:

Um período de pelo menos duas semanas durante o qual existe humor depressivo ou perda de interesse em quase todas as atividades. Os indivíduos devem, também, experimentar pelo menos um sintoma adicional de uma lista que inclui alterações no apetite ou peso, sono e atividade psicomotora, diminuição da energia, sentimentos de desvalorização pessoal ou culpa, dificuldades em pensar, concentrar-se ou tomar decisões, ou pensamentos recorrentes a propósito da morte ou ideiação, planos ou tentativas suicidas.

Desse modo, nota-se que, dentre as problemáticas apresentadas, as principais são, de fato, as alterações do sono, a falta de apetite, a baixa autoestima, a dificuldades de tomar decisões, a falta de concentração e o desapego, levando, em último caso, a tentativas de suicídio.

Em decorrência, são encontradas diversas alterações na atividade psicomotora, além da diminuição da energia do indivíduo. A tristeza profunda causa problemáticas ainda maiores, levando o aluno, geralmente, a ter muitas dificuldades durante o processo ensino e aprendizagem, provocando a perda de motivação.

Segundo Andrade (2011, *apud* SADOCK, 2007, p. 574), o transtorno depressivo maior também pode iniciar na infância ou em idade avançada. Dados epidemiológicos recentes sugerem que sua incidência pode estar aumentando entre pessoas com menos de 20 anos de idade.

O Transtorno Depressivo Maior (TDM), ou simplesmente depressão, se constitui realmente como um distúrbio mental e possui diversas causas, podendo ser de fatores genéticos, psicológicos ou ambientais. Tais particularidades de cada caso se refletem nas manifestações da depressão, possuindo sintomas diversos, com maior apresentação de alterações de humor, e perda de interesse em diversas atividades da vida cotidiana (LACERDA *et al*, 2009).

Ainda segundo Lacerda (2009), das diversas alterações de âmbito emocional estão inclusas: “humor deprimido, viés negativo de interpretação, perda do interesse, sentimentos inapropriados de culpa, ideação suicida, ansiedade e irritabilidade.”

Desse modo, vale ressaltar que os sentimentos de culpa e o humor deprimido geralmente estão associados diretamente a uma perda de motivação e interesse em coisas básicas da vida, além de frequentemente apresentarem irritabilidade e por fim, as ideias suicidas que, muitas vezes, acabam se efetivando e ceifando a vida de muitas pessoas, incluindo crianças e adolescentes.

Ainda fazem parte dos sintomas de depressão sentimentos de angústia, desesperança, dificuldades de sentir prazer, crises de choro, visões pessimistas de futuro e isolamento social. É nesse contexto de muitas incertezas e dificuldades em, de fato, compreender a depressão, que estudos sempre se fazem necessários, na busca de mostrar os benefícios do exercício físico como uma das principais formas alternativas não medicamentosas no que tange à prevenção e até mesmo ao tratamento de tais questões relacionadas à saúde mental do indivíduo (PENEDO; DAHN, 2005, *apud* COSTA, 2007).

Nesse quesito, sabe-se que diversos pesquisadores já apresentam o exercício físico como atividade benéfica em áreas como a autoimagem, a confiança e, principalmente, as adaptações metabólicas que passam a de fato impactar a saúde e qualidade de vida em diversos segmentos (SIMONI, 2014 *apud* COSTA, 2007).

É exatamente nesse contexto que o exercício físico pode se constituir como uma possibilidade de tratamento geralmente auxiliar da depressão, pois permite trabalhar áreas importantes da vida do ser

humano, além de também proporcionar a aquisição de maior confiança em si mesmo e, conseqüentemente, uma visão positiva de sua autoimagem.

Em relação à ansiedade, Hetem (1997) diz que pode se tornar negativa e patológica quando possuir uma quantidade descontrolada de manifestações ansiosas, prejudicando a qualidade de vida do indivíduo, suas relações, seu equilíbrio afetivo e intelectual. Nesse contexto, Godoy (2002, p. 3) revela que:

Dentro dessa perspectiva preocupante, poder-se-ia pensar de que maneira esses episódios de ansiedade e depressão seriam prevenidos ou minorados. Na área da Psicologia Esportiva, vários estudos têm sido realizados com o objetivo de compreender os efeitos e os benefícios do exercício e do esporte sobre a área emocional, procurando observar as inter-relações existentes entre a prática de uma atividade física e o bem-estar emocional do ser humano.

Diante disso, compreende-se que tanto a depressão quanto a ansiedade são patologias que afetam diretamente a vida do aluno em todos os níveis. Vale destacar que tanto a depressão quanto a ansiedade podem surgir em todas as faixas etárias, porém em idade escolar apresenta-se com grande intensidade, pois se constitui como uma fase da vida que o indivíduo ainda possui muitas dúvidas em relação ao futuro, sobre continuidade de estudos e sua vida profissional.

Segundo Santos (2019, p. 1), “O sentimento de ansiedade é uma resposta natural do ser humano a alguns fatores, entretanto altos níveis de ansiedade podem causar prejuízo ao indivíduo”. De acordo com o autor, o sentimento de ansiedade é natural, porém em grande quantidade torna-se um desconforto. Desse modo, os transtornos de ansiedade geram medo e altos índices de preocupação.

A FALTA DE ATIVIDADE FÍSICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A atividade física se constitui como peça fundamental para a qualidade de vida do ser humano. Deste modo, sua falta pode acarretar prejuízos grandiosos. Segundo Bracco (2008), a inatividade física, seja na infância ou na adolescência, vem se constituindo como uma problemática de grande gravidade, e esse problema pode ser caracterizado como de saúde pública em decorrência de estar

associado à obesidade ou problemas emocionais, como ansiedade, depressão e baixa autoestima.

Em conformidade com o autor, Doyne (1987) revela que a falta de exercícios físicos se caracteriza como um dos fatores que colaboram para o possível surgimento de sintomas correspondentes à depressão e à ansiedade.

Nesse contexto, para criança ou adolescente os exercícios físicos podem estimular a socialização do indivíduo, servem como uma alternativa de cura natural ao vícios cotidianos, permitem maior facilidade para se alcançar objetivos educacionais importantes para formação integral e melhor qualidade de vida e se constituem como reforço à autoestima e menor predisposição a males (BARBOSA, 1991).

Para se compreender a importância da atividade física é necessário analisar seu conceito geral. Desse modo, a atividade física pode ser definida como qualquer movimento corporal, vindo a ser produzido pelos músculos. O exercício físico, sendo um componente da atividade física, organizado e repetitivo, possui a finalidade de promover saúde ao indivíduo.

Nessa vertente, nota-se que as consequências pela falta de atividades físicas são grandiosas e prejudicam o desenvolvimento integral do indivíduo. É notável que o baixo desempenho escolar e o baixo nível socioeconômico estão diretamente ligados à falta de atividades físicas, pois muitas crianças e adolescentes estão deixando de praticar tais atividades, ocasionando na vida adulta diversos problemas de saúde (TROST *et al.*, 2002).

Diante de estudos acerca da temática abordada, Batista e Ornellas (2013, p. 479) expõem a ideologia de que “o exercício tem como benefício a melhora da resistência óssea, da força muscular, da flexibilidade corporal, da aptidão motora e da aptidão metabólica, além da função cognitiva, da saúde mental e do ajustamento social”. Assim, os aspectos benéficos dos exercícios físicos são preciosos e imensuráveis, desde o desenvolvimento das funções cognitivas à flexibilidade corporal e força apresentada pelo praticante. Nesse contexto, os benefícios são de curto e longo prazo, permitindo que crianças e adolescentes se tornem adultos ativos em meio a sociedade.

Segundo Vieira, Priore e Fisberg (2002), o que vem reduzindo a prática de exercícios físicos por parte de crianças e adolescentes está atrelado ao uso excessivo de televisão e de outros aparelhos

eletrônicos, como o computador e os videogames e, na contemporaneidade, o celular, que acabam por causar muita preocupação aos familiares, ao professor e à escola.

A prática constante de atividades físicas, feita de forma consciente e organizada pelos professores, pode contribuir para a saúde mental do praticante, além de contribuir grandemente com o bom humor, com a disposição para realizar demais atividades educacionais e pessoais em ambiente familiar, com o aumento de força muscular e, conseqüentemente, com o desempenho cardiovascular.

OS BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO FÍSICO SOBRE A ÁREA EMOCIONAL

É notável que os benefícios dos exercícios físicos são numerosos sobre a área emocional do indivíduo. Porém, ainda são necessários muitos estudos para se compreender com exatidão quais os mecanismos de ação do exercício sobre a presente área aqui discutida.

Muitas são as pesquisas realizadas sobre esta temática, visando aprofundamento de conhecimentos no que tange à área emocional e à qualidade de vida do ser humano. Dentre os diversos resultados da prática de exercícios físicos estão a sensação de bem-estar, a melhora de humor, a redução de estresse, depressão e ansiedade, o aumento de motivação e força, a capacidade de lidar com problemas do cotidiano, e, por fim e não menos importante, a visão positiva de autoimagem e autoestima, dentre vários outros.

Segundo Marietto (2007), a prática de exercícios físicos, seja em grupo ou individual, permite o desenvolvimento de competências éticas, afetivas e também cognitivas importantes para a vida do indivíduo. A prática pode ser realizada para promoção da saúde ou lazer. Nesse contexto, o *American College of Sport Medicine* (1986) apresenta as três categorias dos exercícios: Cardiorrespiratórios ou resistência aeróbia, força e resistência muscular e flexibilidade.

Anfbal e Romano (2017) dizem que a atividade física pode sim auxiliar na prevenção ou tratamento da depressão e ainda expõem diferentes benefícios, como os anatômicos, ou seja, regulação de peso, postura e equilíbrio, benefícios ao sistema nervoso, além do desenvolvimento de capacidade física e psicológica do indivíduo.

Diante disso, a criança ou adolescente pode desenvolver diversas áreas, desde o contexto físico ao psicológico. Sendo assim, os exercícios se constituem como ferramenta importantíssima para o desenvolvimento do aluno enquanto praticante de tais atividades, além do aprimoramento de conhecimentos ao unir teoria à prática.

Vale ressaltar que, segundo Oliveira (2018, p. 3), os exercícios que podem ser mais utilizados são a caminhada e a corrida, pois “no caso da corrida, por ser um exercício aeróbico de alta intensidade, ela facilita a produção de monoaminas cerebrais, além de promover efeitos psicossociais no combate do alívio dos sintomas da depressão”.

Dentre os diversos benefícios, pode-se destacar o controle maior das emoções, o tratamento da ansiedade e depressão por intermédio da endorfina e dopamina, o desenvolvimento da memória, a melhoria das atividades respiratórias, dentre outros.

Deve-se levar em consideração as abordagens feitas por Cossenza e Carvalho (1997), ao definirem que a atividade física se constitui como um meio alternativo para lidar com as tensões, frustrações e até mesmo emoções que possam estar sofrendo alterações prejudiciais em decorrência das adversidades encontradas na contemporaneidade.

Ao levar em consideração o contexto escolar, Nahas (2010) diz que o profissional de Educação Física, enquanto docente, juntamente com os demais profissionais da instituição, deve desenvolver, em seu alunado, o conhecimento da importância das práticas corporais, visando transformar a realidade dos alunos, para que venham a potencializar suas práticas em busca de uma vida melhor e aquisição de estilos de vida ativos, além da promoção de hábitos saudáveis essenciais para a vida.

EXERCÍCIOS FÍSICOS UTILIZADOS COMO FORMA COMPLEMENTAR NO TRATAMENTO DA DEPRESSÃO E ANSIEDADE

A depressão e ansiedade, por terem suas origens através de aspectos variados, também possuem formas diversificadas de prevenção e tratamento, dentre as quais o exercício físico tem se constituído como ponto fundamental, sendo visto por diversos estudiosos como alternativa não medicamentosa.

Nessa perspectiva, Vasconcelos-Raposo *et al.* (2009) revelam que, inicialmente, o tratamento da depressão se baseia no uso de

medicamentos conhecidos como antidepressivos, sendo estes utilizados juntamente com psicoterapias variadas que geralmente são desenvolvidas por profissionais da área.

Nesse contexto, Godoy (2002) destaca que as diversas pesquisas realizadas para entender o papel desenvolvido pelo exercício físico e seu benefícios são de suma importância, devido ao fato de o exercício físico ser benéfico no tratamento da depressão, sendo este conhecido como forma terapêutica alternativa.

Do mesmo modo, Aníbal e Romano (2017) demonstram que a atividade física pode ser utilizada como forma paliativa de tratamento de sintomas da depressão. Assim, percebe-se que a atividade física se constitui como uma forma segura e tranquila e sem desconforto ou efeitos colaterais, como visto no caso da utilização medicamentosa.

Na mesma vertente, os possíveis tratamentos de indivíduos com depressão através do exercício físico mostram trazer benefícios valiosos, principalmente quando se continua com as práticas de exercícios mesmo depois da melhora do indivíduo (VASCONCELOS-RAPOSO *et al.*, 2009).

Vale ressaltar que dar continuidade às práticas de exercícios físicos podem trazer ainda mais benefícios para vida do aluno, pois diminuem uma grande parcela das dificuldades em âmbito escolar apresentadas em decorrência da depressão e ansiedade em crianças e adolescentes.

Desse modo, os professores podem fazer a utilização dos exercícios para potencializar suas práticas educacionais, levando qualidade de vida para os educandos, mudando assim o estilo de vida dos alunos frente aos benefícios alcançados em curto e longo prazo. Segundo Costa *et al.* (2007), “os principais benefícios encontrados no exercício físico são: a diminuição da insônia e da tensão, bem-estar emocional, imagem corporal positiva, aumento da positividade e autocontrole psicológico, melhora do humor e interação social positiva”.

Os efeitos benéficos, conquistados através da prática frequente, permitem o pleno desenvolvimento do educando de forma integral, conforme Oliveira (2018, p. 2) afirma:

A atividade física pode influenciar de duas maneiras na depressão: com valor preventivo (é utilizada como proteção contra o desenvolvimento de sintomas depressivos) e como "tratamento", através dos mecanismos psicológicos e/ou biológicos. Entre os

fatores psicológicos a atividade intervém na distração dos estímulos estressores, maior controle sobre seu corpo e sua vida e a interação social - proporcionada pelo convívio com outras pessoas. Já os fatores biológicos estão relacionados ao efeito da endorfina. A endorfina tem efeito similar à morfina, que pode reduzir a sensação de dor e produzir um estado de euforia.

Desse modo, sendo utilizada como forma preventiva, a atividade física desenvolve um trabalho de suma importância na vida do aluno. Os benefícios também são muitos no que tange ao sistema neurológico. A partir do momento em que realiza exercícios físicos, o corpo do indivíduo passa a produzir neurotransmissores essenciais, além do aumento significativo das sinapses, que acabam por prevenir a atrofia do hipocampo, sendo a atrofia geralmente associada à ansiedade e à depressão.

Devido ao grande índice de efeitos benéficos ao organismo humano, os exercícios podem ser estratégias fundamentais para promoção de saúde e melhoria da vida da população. Infelizmente, diversos estudos em âmbito mundial que incluem o Brasil revelaram que existe um índice elevado de sedentarismo em indivíduos de diversas faixas etárias, estando frequentes entre 50% e 80% da população (MENDES *et al*, 2006, p. 53).

Percebe-se que ainda é necessário procurar mudar o estilo de vida de crianças e adolescentes, permitindo que venham a se tornar pessoas mais ativas e autônomas perante a sociedade.

Contudo, a escola se constitui como local privilegiado para o desenvolvimento de possíveis estratégias que visem promover saúde e práticas responsáveis e efetivas na vida dos educandos. Nesse contexto, o profissional de Educação Física é de suma importância para mediar tais práticas, fazendo com que, desta forma, a escola possa orientar e instruir corretamente os alunos sobre a importância do exercício físico, além da sua utilização como forma de prevenção de tratamento de questões relacionadas a área emocional, como ansiedade e depressão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A aplicação do formulário foi realizada com a psicóloga da instituição e com a professora da disciplina de Educação Física também da referente instituição de ensino. Inicialmente, perguntando

à psicóloga se a instituição possui casos de alunos que sofreram ou sofrem de ansiedade ou depressão, a profissional afirmou que sim, que foram nove (09) alunos acompanhados no ano de 2019, com essa demanda apresentada, e um (01) que apresenta ansiedade por comorbidade e também Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDH) e uma (01) aluna possuía sintomas de depressão e recebia ajuda profissional.

Ainda segundo a psicóloga, quando questionada sobre se a instituição possui alunos que fazem a utilização de algum medicamento para tratar dificuldades emocionais, ela afirmou que não, pois dos casos recebidos nenhum faz uso de tratamento medicamentoso, somente o aluno que apresenta (TDH) que, como já mencionado, apresenta episódios ansiosos por comorbidade.

Vale ressaltar que, segundo Silveira (2001), existe uma baixa adesão à medicação para o combate à depressão e à ansiedade devido aos seus efeitos colaterais na vida do indivíduo, além de seu alto custo financeiro. Diante disso, muitos portadores não se dispõem a fazer nem mesmo psicoterapia, o que leva grande parte dos psicólogos a orientar, de forma incessante, que é necessário a realização de exercícios físicos com maior frequência.

A psicóloga da instituição, quando questionada, afirmou que o exercício físico pode ser entendido como forma complementar de tratamento da ansiedade e depressão, pelo fato de ser utilizado como forma alternativa ou complementar, além de ser utilizado como forma de prevenir o surgimento de possíveis casos dentro da instituição.

Quando questionada, a professora da instituição respondeu que, de acordo com sua realidade escolar, os principais problemas atrelados à ansiedade e à depressão por parte do aluno são, principalmente, a falta de atenção, a não participação em atividades simples do cotidiano escolar, uma tristeza profunda, a falta de autoestima, a não aceitação de seu próprio corpo e aparência abatida, o não cumprimento de prazos e a realização de atividades necessárias à prática pedagógica. Em conformidade com o DSM-5 (2014, p. 161) é notável, inicialmente, o humor deprimido ou a perda de interesse ou prazer, o indivíduo sente-se triste e vazio, desprovido de esperança e, na maioria das vezes, parece choroso. Além disso, a perda ou ganho de peso, pode ser inquieto ou lento demais, e, dependendo do caso, a criança ou adolescente também pode se sentir inútil e culpa-se por muitos problemas que venham a acontecer, além da capacidade diminuída para pensar ou se concentrar em algo.

Segundo a professora, os exercícios físicos mais utilizados no contexto educacional e com muitos benefícios para qualidade de vida do aluno são: futebol, badminton, basquete, dança, ginástica, ciclismo, handebol, vôlei, corrida, e caminhada, dentre vários outros. A prática serve geralmente para equilibrar a musculatura, melhorar o processo ou capacidade respiratória do indivíduo, e para prevenção de males futuros como diabetes. Os esportes podem melhorar a autoestima, o humor, a sensação de bem-estar, a interação e a convivência entre os alunos. Vale destacar seus aspectos positivos no que concerne ao desenvolvimento físico, à maior flexibilidade, ao desenvolvimento mental por intermédio da concentração necessária, à equilibrção de emoções, e à disposição do aluno. Nesse contexto, Belbenoit (1976) acredita que o esporte é principalmente capaz de forjar o hábito de praticar, vontade de viver sadiamente sua vida através da conscientização, pois o esporte é a forma mais rica de se obter qualidade de vida na atualidade.

Segundo a professora da escola pesquisada, a prática de exercícios físicos pode, sim, ajudar no tratamento da ansiedade ou depressão pelo fato de se apresentar como um auxílio na prevenção e combate, trazendo vários benefícios à saúde do aluno, podendo estimular a interação social, diminuindo a insônia, aumentando a capacidade respiratória e o fortalecimento da musculatura, o controle de estresse, ansiedade, cansaço, e frequência cardíaca, e levando o aluno a uma mudança de vida ao aderir a uma condição de vida ativa. Nesse contexto, Gonçalves (2018, p. 9) destaca que, dentre alguns benefícios dos exercícios físicos, estão:

A distração dos estímulos estressores, melhor qualidade de vida, maior controle sobre o seu corpo e sua vida, melhora da capacidade respiratória, o aumento de estímulos ao sistema nervoso central, na memória recente, funções motoras e a interação social, proporcionada pelo convívio com outras pessoas. Durante a realização de exercícios físicos, o organismo libera dois hormônios essenciais para auxiliar no tratamento da depressão, a endorfina e a dopamina. Ambos têm influência principalmente sobre o humor e emoções.

Desse modo, levando em consideração a liberação de endorfina e dopamina pelo organismo, os exercícios físicos se constituem como ferramenta de suma importância no tratamento da

depressão e da ansiedade por parte do educando. Elbas e Simão (1997), referindo-se às vantagens das atividades físicas, incluem: a promoção do aumento da habilidade do sistema nervoso mandar e receber mensagens; o aumento da autoestima do aluno, além do aumento da resistência psicofísica, aumentando assim a performance em atividades físicas e também trabalhos mentais importantes na vida do ser humano; outro aspecto é a melhoria da sensação de bem-estar; por fim e não menos importante a redução da fadiga e principalmente da ansiedade e depressão que possa existir entre crianças ou adolescentes em idade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu adquirir ainda mais conhecimentos sobre a importância dos exercícios físicos na prevenção e tratamento de problemáticas de área emocional, como depressão e ansiedade. Entendendo-se que o transtorno depressivo maior ou depressão possui causas diversas, entende-se, conseqüentemente, que os sintomas também são diversificados. Dentre os principais problemas encontrados devido à ansiedade e à depressão, estão a falta de interesse, tristeza, medo, vergonha, autoestima baixa, dentre vários outros apontados anteriormente. Reunidos, esses problemas acabam afetando diretamente o processo de ensino e aprendizagem, diminuindo a qualidade de vida do aluno e, conseqüentemente, seu rendimento escolar. Muitas vezes, o aluno portador pode apresentar tendências ao suicídio.

Nesse contexto, os exercícios físicos apresentam-se como alternativa para prevenção e tratamento de depressão e ansiedade, como meio de promover um controle maior sobre as emoções, além da liberação, no organismo, da endorfina e da dopamina, que podem ajudar no processo de tratamento. Vale ressaltar, também, a melhora na capacidade de memorização, a melhora da percepção, do humor, do bem-estar e da convivência.

Nesse caso, a escola pode ser considerada também como uma instituição que promove saúde, constituindo-se como um espaço primordial e privilegiado para intervenção direta na vida dos educandos. A escola também pode orientar os alunos no que tange à importância real dos exercícios físicos. Assim, a escolha das atividades a serem efetivadas, como esportes e jogos, entre outros, em

âmbito escolar, devem ser feitas com muita cautela, visando o desenvolvimento de habilidades e competências educacionais que de fato promovam mudança na vida dos alunos.

Para alcançar as informações contidas nessa pesquisa, foram realizadas estudos bibliográficos e pesquisa de campo em uma escola da cidade de Pedreiras-MA. Na oportunidade, foram entrevistadas a psicóloga e a professora de educação física da instituição. Vale ressaltar que todos os objetivos iniciais da pesquisa foram alcançados com sucesso, sendo esta base fundamental para a real efetivação da pesquisa.

Contudo, fazem-se necessários práticas regulares de exercícios físicos em ambiente escolar como forma de prevenção e tratamento de problemáticas advindas de área emocional. De acordo com a literatura e com a pesquisa de campo realizada no Colégio São Francisco em Pedreiras-MA, a disciplina de educação física, por intermédio do profissional responsável, se faz essencial para promoção da qualidade de vida dos educandos, além de uma transformação integral, por afetar diversas dimensões da vida através da prática consciente, adequada e orientada, visando acima de tudo o pleno desenvolvimento do aluno.

REFERÊNCIAS

AMERICAN COLLEGE OF SPORT MEDICINE. **Guidelines for exercise test and prescription**. Philadelphia: Walters Kluwer; Lippincott Williams & Wilkins, 1986.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5 / Transtorno Depressivo Maior**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRADE, T. R. **O exercício físico no tratamento da depressão: Uma revisão de literatura**. 32 p. Monografia (Graduação em educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2011.

ANÍBAL, C.; ROMANO, L. H. Relações entre atividade física e depressão. **Revista Saúde em Foco**, Centro Universitário Amparense – UNIFIA, n.9, p.190-199, 2017.

BATISTA, W. da S.; ORNELLAS, F. H. Exercício físico e depressão: relação entre o exercício físico e o grau de depressão. **Revista**

Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício, São Paulo, v. 7, p. 474-482, 2013.

BARBOSA, D. J. O adolescente e o esporte. *In*: MAAKAROUN, Marília de Freitas; Souza, Ronald Pagnoncelli; CRUZ, Amadeu Roselli. **Tratado de adolescência: um estudo multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1991.

BELBENOIT, G. **O desporto na escola**. Lisboa: Estampa, 1976.

BRACCO, M. M. (coord.). **Atividade Física na Infância e na Adolescência: Guia Prático para o Pediatra**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria, 2008.

COSTA, J. da S. *et al.* Depressão e exercício físico. **Revela - periódico de divulgação científica da fals**, Cidade, v. 8, n. 19, 2007.

COSENZA, C. E.; CARVALHO, N. **Personal training para grupos especiais**. Rio de Janeiro: Sprint, 1997.

DOYNE, E. J.; OSSIP-KLEIN, D. J.; BROWMAN, E. D.; Mc DOUGALL WILSON, L. B.; NEIMAYER, R. A. Running versus weightlifting in the treatment of depression. **Journal of Consulting and Critical Psychology**, v.55, p. 748-754, 1987.

ELBAS, M.; SIMÃO; R. **Embucadocorpo: exercícios, alimentação e lesões**. Rio de Janeiro: Shape, 1997.

GODOY, R. F. de. Benefícios do Exercício Físico sobre a Área Emocional, **Movimento – Revista de Educação Física da UFRGS**, v. 8, n. 2, p. 7-15, maio-ago., 2002.

GONÇALVES, L. S. **Depressão e atividade física: uma revisão**. 22 p. Monografia (Graduação em Educação Física) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2018.

HETEM, L. A. Diagnóstico diferencial dos transtornos de ansiedade. *In*: HETEM, L. A.; GRAEFF, F. G. **Ansiedade e transtornos de ansiedade**. Rio de Janeiro: ECN, 1997. p. 228-247.

LACERDA, A. L. T. de *et al.* **Depressão: do neurônio ao funcionamento social**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MARIETTO, V. S. **Atividade Física como Lazer**. 22 out. 2007.
Disponível em:
http://www1.uol.com.br/cyberdiet/colunas/071022_fit_ativ_lazer.htm
Acesso em 20 fev. 2020.

MENDES, B. *et al.* Associação de fatores de risco para doenças cardiovasculares em adolescentes e seus pais. **Revista Brasileira de Saúde Materna Infantil**, Recife, v. 6, Supl. 1, maio, 2006.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 5. ed. rev. atual. Londrina: Midiograf, 2010.

OLIVEIRA, V. I. M. de. **Depressão e atividade física**. 2018.
Disponível em:
http://www.listasconfef.org.br/comunicacao/banco_de_ideias/VivianeOliveira.pdf. Acesso em 20 fev. 2020.

SANTOS, V. S. dos. Quais os riscos que a ansiedade pode trazer para o aluno?. **Brasil Escola**. 2019. Disponível em:
<https://brasilecola.uol.com.br/saude/quais-os-riscos-que-ansiedade-pode-trazer-para-aluno.htm>. Acesso em: 6 jan. 2020.

SILVEIRA, L. D. **Níveis de depressão, hábitos e aderência à programas de atividades físicas de pessoa com transtorno depressivo**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, 2001.

TROST, S. G.; OWEN, N.; BAUMAN, A. E.; SALLIS, J. F.; BROWN, W. Correlaciona-se da participação dos adultos na atividade física: revisão e atualização. **Medicine & Science in Sports & Exercise**, v. 34, n. 12, dez. 2002.

VASCONCELOS-RAPOSO, J. *et al.* Relação entre exercício físico, depressão e índice de massa corporal, **Revista Motricidade**, Portugal, v.5, n. 1, p 21-32, 2009.

VIEIRA, V. C. R.; PRIORE, S. E.; FISBERG, M. A atividade física na adolescência. **Adolesc. Latinoam.**, v.3, n.1, ago. 2002. Disponível em:
http://raladolec.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141471302002000100007&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 6 jan. 2020.

**DE EDUCANDA A EDUCADORA: MEMÓRIAS E
TRAJETÓRIAS DAS NORMALISTAS NOTURNAS DE
TERESINA (1960 -1988)**

*FROM SCHOOLGIRL TO EDUCATOR: MEMORIES AND
TRAJECTORIES OF TERESINA'S NIGHT NORMALISTS (1960-
1988)*

Cleidiane de Carvalho Pereira¹⁴

RESUMO

Este projeto é um estudo em História da Educação cujo objetivo é investigar a história e a memória das alunas da Escola Normal de Teresina no período noturno entre os anos de 1960-1988. A formação docente na Escola Normal no turno noturno só veio surgir em 1960, o que fez definir o seguinte problema da pesquisa: Como era a formação pedagógica das normalistas noturnas de Teresina entre os anos de 1960 a 1988? Inicialmente, o embasamento metodológico será fundamentado em pesquisa documental e os caminhos que serão percorridos para auxiliar na construção do presente estudo históricos. O projeto tem sua relevância para a profissão docente por apresentar e compartilhar as experiências de normalistas noturnas e dessa forma promover reflexões que elevem o grau de importância, competência e respeito ao magistério.

Palavras-chave: Normalistas. Ensino Noturno. História da Educação. Escola Normal de Teresina. Formação Pedagógica.

ABSTRACT

This project is a study in the History of Education whose objective is to investigate the history and memory of students from the Escola Normal de Teresina in the evening period between the years 1960-1988. Teacher training at the Escola Normal in the night shift only emerged in 1960, which defined the following research problem: How

¹⁴ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Especialista em Psicopedagogia Clínica, Hospitalar e Institucional pela FATEP (2016); Mestre em Educação pela UFPI. Atualmente é Coordenadora do Curso de Pedagogia na Faculdade de Educação São Francisco – FAESF e docente na Faculdade de Educação São Francisco – FAESF. E-mail: ccp@faesf.com.br.

was the pedagogical training of night schoolteachers in Teresina between 1960 and 1988? Initially, the methodological foundation will be based on documentary research and the paths that will be taken to assist in the construction of this historical study. The project has its relevance for the teaching profession as it presents and shares the experiences of night teachers and, in this way, promotes reflections that raise the level of importance, competence and respect for teaching.

Keywords: Normal-school students. Evening Teaching. History of Education. Teresina Normal School. Pedagogical Training.

INTRODUÇÃO

O tema desta investigação terá como **objeto de estudo** a abordagem histórica, que privilegia aspectos da memória e da trajetória discente das normalistas noturnas, bem como o início de suas inserções profissionais como professoras primárias egressas do Curso de Formação de Professores Primários da Escola Normal de Teresina nos anos de 1960 até 1988.

A delimitação temporal da pesquisa foi escolhida por dois fatos que exponho a seguir e que considero de relevância para o objeto da pesquisa e conseqüentemente descreve a **justificativa** da referente investigação. A primeira circunstância que ressaltou foi que, na Dissertação de Mestrado, trabalhei com uma temática pouco explorada no Estado: o ensino Noturno no Piauí, ou seja, a investigação partiu da inquietação em saber a origem e quem eram os sujeitos de tal ensino (alunos e professores).

A segunda questão relevante que abordo nesta pesquisa foi que, durante a análise, não foram constatados sujeitos do sexo feminino como educandas ou educadoras. Após leituras e pesquisas documentais, foi verificado que as primeiras alunas noturnas no Piauí surgiram na década de 1940. Dentre estas inquietações, uma delas chamou mais atenção, pois os professores do ensino primário noturno no recorte temporal da pesquisa em âmbito do Mestrado eram apenas homens, pois os mesmos professores que lecionavam no período diurno, acabavam sendo professor no turno noturno.

Nessa perspectiva, o objetivo geral dessa pesquisa foi investigar a história e a memória das alunas da Escola Normal de Teresina no período noturno entre os anos de 1960-1988. Os objetivos

específicos tinham o propósito de identificar o perfil das educandas da Escola Normal de Teresina no período noturno; caracterizar a Escola Normal de Teresina no Estado do Piauí no período de 1960 a 1988; e verificar a Organização Curricular do Curso Noturno da Escola Normal de Teresina.

Diante disso, veio os questionamentos em torno da sua formação e da sua prática pedagógica. Várias perguntas foram sendo formuladas para tentar respondê-las, dentre elas: Como era a formação das normalistas noturnas? Havia alguma diferenciação no currículo da Escola Normal de Teresina no terceiro turno? A quantidade de normalista noturna eram as mesmas das diurnas? A partir destes questionamentos e estudos, percebi que o ensino noturno e a sua prática pedagógica se propagavam ao longo dos anos.

A formação docente no turno noturno só veio surgir em 1960, o que me fez definir o seguinte **problema da pesquisa**: Como era a formação pedagógica das normalistas noturnas de Teresina entre os anos de 1960 a 1988?

Além disso, ao longo do período de fundação da Escola Normal no Piauí, vários foram as cidades pelas quais elas foram instaladas, entretanto, a Escola Normal em Teresina se mantém há um longo período, o que a torna um fenômeno de duração considerável, atraindo o interesse dos historiadores, e sendo também um dos motivos da **delimitação do tema**. O outro motivo seria a escolha deste recorte (1960-1988), o qual se dá pela compreensão de que, em 1960, na Escola Normal, em Teresina, cria-se o terceiro turno (noturno), finalizando o estudo em 1988, decorrente da Constituição de 1988 e suas mudanças no sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, na formação docente.

Diante disso, o estudo irá investigar a história e memória dessas alunas noturnas e, posteriormente, o seu novo ofício de ser professora. A **relevância** desta pesquisa está na possibilidade de contribuir para resultados que possam oferecer aos pesquisadores de história da educação um novo olhar para essa instituição, com o intuito de atentar para os possíveis problemas metodológicos já apontados pelos pesquisadores que nos antecederam, mas com a intenção de preencher uma lacuna no campo da história da educação piauiense, em especial sobre a formação de professores primários noturnos, neste caso, com a formação ofertada pela Escola Normal em Teresina.

MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente, o embasamento metodológico está sendo fundamentado em pesquisa documental e os caminhos que serão percorridos para auxiliar na construção do presente estudo históricos. Será abordada a relação com as fontes da investigação, compreendendo que pesquisa científica é um desafio reflexivo ao pesquisador que deseja recontar ou rememorar acontecimentos, investigando-os na contemporaneidade, por ser atraído por eles. Durante a investigação histórica, o pesquisador percorre um caminho de desencontros e também encontros com fontes nas quais abastecem a sua investigação, às quais busca com o propósito de consolidar suas certezas ou convicções. Quanto à metodologia, irei focar na pesquisa documental, pois é “uma técnica decisiva para a pesquisa em ciências sociais e humanas; é indispensável porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação” (ABREU, 2015, p. 535). Além disso, o documento acrescenta aspectos não só do tempo, mas também da compreensão do social.

Por isso, o documento se constitui como uma fonte de extrema importância para qualquer pesquisador que se dedica ao estudo da História da Educação. Entretanto, é evidente que o pesquisador que opta por trabalhar com documentos deve “superar obstáculos e desconfiar de inúmeras armadilhas, antes de estar em condição de fazer uma análise em profundidade de seu material” (CELLARD, 2010, p. 296). No que diz respeito, por exemplo, às estatísticas, a “interpretação das estatísticas não depende apenas da observação atenta dos números, mas também do bom conhecimento acerca dos modos como estes foram obtidos, calculados, fundidos, confrontados” (GIL, 2010, p. 214). Por isso, é preciso submeter “as estatísticas a um exame crítico do modo como foram produzidas e da adequação desses elementos nos discursos educacionais de uma pesquisa” (GIL, 2010, p. 214).

Por isto, na fase inicial foi selecionada a legislação que aborda e trata do objeto de estudo. Esse processo é um trabalho de “garimpagem que tanto pode levar à resposta de uma questão já colocada, como pode, pela sua interpretação, colocar outras indagações ao pesquisador” (MIGUEL, 2005, p. 02). Esta etapa depende não só do pesquisador, mas também de outros fatores, tais

como a existência de arquivos e a disponibilidade e conservação do acervo para a consulta.

Diante disso, o estudo da legislação torna-se um trabalho interessante, pois sua análise não ocorrerá de forma isolada, pois permite que se realize um trabalho de cruzamento das fontes. Nos relatórios documentais, as Mensagens Governamentais realizam um “balanço administrativo da parte do Poder Executivo sobre os andamentos administrativos de responsabilidade de seu governo, e geralmente constitui como relatório da atividade governativa” (ARAÚJO; SOUZA; PINTO, 2013, p. 107). Do ponto de vista educacional, as Mensagens trazem “ideias políticas, educacionais, pedagógicas e mesmo didático”. Portanto, levando-se em consideração o interesse desta investigação, as leis da educação e as outras fontes que são cruzadas na pesquisa documental expressam projetos políticos e de civilização que apresentam desejos e sonhos, carregados de interesses políticos e privados, ou seja, trazem em si contradições presentes na sociedade.

Não podemos analisar um programa educacional desvinculado da realidade de um Estado, e, para tanto, a leitura dos jornais é o meio que mais aproxima o pesquisador do recorte temporal adotado na pesquisa. Como categorias principais, que apoiam as fontes orais, escritas e iconográficas utilizadas, o segundo passo é trabalhar com a memória e suas representações através de entrevistas, escritas e imagens produzidas pelas professoras entrevistadas; a cultura escolar aliada aos currículos e os acervos das instituições; as questões envolvendo os três turnos da instituição por meio de um estudo comparativo; e as trajetórias docentes e discentes.

Para isso, parece-me adequado o conceito de Julia (2001) sobre cultura escolar para reflexão de aspectos relevantes à análise da Escola Normal de Teresina. Para esse autor, cultura escolar significa:

Um conjunto de normas que definem saberes a ensinar e condutas a incorporar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas ordenadas de acordo com finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente da socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem que se leve em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas normas e, portanto, a pôr em ação dispositivos

pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores. (JULIA, 2001. p.15).

No sentido de nos aprofundarmos nas narrativas produzidas pelas alunas, iremos selecionar 10 ex-normalistas. O objetivo é analisar cada testemunho como um documento repleto de elementos sobre as relações criadas, as normas estabelecidas nas instituições e as formas como eram ministrados.

Através das entrevistas, buscarei examinar e reexaminar cada detalhe das narrativas e comparar com os depoimentos e situações que poderão aparecer em alguma imagem que poderá ser disponibilizada. Portanto, o uso da História Oral, nas instituições educativas, terá como objetivo investigar sobre as trajetórias dos sujeitos, neste caso as normalistas, no intuito de averiguar a história discente e docente desse grupo pesquisado. As fontes orais, escritas e iconográficas serão cruzadas e analisadas tendo em vista a narrativa historiográfica do presente projeto.

RESULTADOS

As escolas primárias noturnas piauienses foram criadas como forma de atender a uma clientela que não se encaixava na obrigatoriedade escolar, que tinha como público alvo crianças na faixa etária de 07 aos 14 anos. Assim, a primeira Resolução do Estado em que aparece a menção sobre a implantação da escola noturna é a Resolução nº 753 de 1871. Nesta resolução o Estado apresenta as condições para se ingressar na escola e a faixa etária do aluno noturno. Segundo a Resolução nº 753, de 29 de agosto de 1871, “Art. 17. Nesta escola só serão admitidos alunos maiores de quatorze anos, que não frequentarem aulas diurnas”. (JORNAL O PIAUHY, 1871, p. 1).

A criação destas escolas era uma necessidade para a província, porém a implantação só aconteceria nos maiores centros populacionais. No entanto, as escolas noturnas não são formadas apenas por alunos, os professores são outro fator de extrema importância para a composição dos sujeitos escolares das escolas noturnas. A condição para se tornar professor foi sendo alterada conforme as reformas educacionais, enfatizando aqueles docentes que já lecionavam no ensino primário diurno e que, com um adicional, acabavam lecionando também no período noturno. Mas quem eram esses professores? A Resolução nº 753 de 1871 define que:

Art. 16- Estas escolas ficarão a cargo dos respectivos professores, que por este trabalho vencerão a gratificação anual de quatrocentos mil reis nas cidades, e duzentos mil reis nas vilas, ficando os mesmos obrigados a despesas com luzes,

Art. 18- A escola noturna desta capital será exercida por um ou dois professores que for designado pelo presidente. (JORNAL O PIAUHY, 1871, p. 1).

Diante destas condições, os professores acabavam exercendo dupla jornada, pois os professores que lecionavam durante o dia na escola primária completavam sua jornada na escola primária noturna com um acréscimo salarial por exercer esta função em horário contrário do seu trabalho. Assim, “os professores primários das escolas de 1º grau recebiam um ordenado anual de 600\$000 reis, e os de 2º grau o de 720\$000 reis” (PIAUI, 1871, p. 46). No caso dos professores das escolas primárias noturnas, além desse ordenado de seiscentos mil reis referente ao trabalho de professor nas escolas diurnas, eles recebiam uma gratificação de quatrocentos ou duzentos mil reis pelo exercício da docência na escola noturna.

Nas escolas primárias mineiras, no ano de 1899, os vencimentos dos professores variavam também conforme a função, a localização e do gênero da escola. Neste caso, “os professores da escola noturna da cidade de Itapeverica percebiam a metade dos vencimentos dos demais professores, isto é, 360\$ ano para escola noturna, dos demais 720\$ ano” (NOGUEIRA, 2012, p. 138). Em Campinas, por exemplo, a seleção para o acesso às aulas era baseada em critérios tanto para os alunos como para os professores. No caso dos professores, esses “deveriam ser profissionais reconhecidos pela sociedade. Um dos itens que legitimavam esse reconhecimento era o exercício do magistério em colégios de renome da cidade” (ANANIAS, 2000, p. 7).

Com a República e as novas reformas educacionais no Estado, o ensino noturno acabou recebendo algumas mudanças no seu público, porém os professores ainda permanecem com as mesmas funções exercidas nas escolas diurnas primárias. As escolas primárias noturnas na Primeira República ainda permaneciam com esse caráter de não ser apenas uma ação do Estado, mas também de ações de particulares ou subvencionadas pelo Estado, sendo que os professores continuavam sendo do sexo masculino e suas funções nas escolas estavam

direcionadas a formar “o caráter dos seus alunos nas regras da moral sã e estável e a uma perfeita compreensão dos deveres individuais, sociais e políticos” (CENTRO PROLETÁRIO, 1909, p. 11). No exercício da função de professor efetivo ou adjunto da Escola do Centro Operário, os professores deveriam “conduzir o ensino com desvelo, tratando os alunos com brandura e solicitude paternas, de modo a fazer da escola um espaço de prazer e não de aversão” (NASCIMENTO, 2012, p. 121).

Entretanto, a didática analisada nas fontes pesquisadas mostrou que o docente tinha um posicionamento diferente nas turmas, pois o horário era diferenciado e os alunos possuíam algumas limitações. Diante disso, torna-se necessário investigar essa prática a partir das escolas de formações de professores, pois, durante o período imperial, as condições do ensino público eram precárias. Segundo Brzezinski, 2008 (*apud* BARCELOS; MELO, 2011, p. 234),

o número de escolas era reduzido, as instalações inadequadas. Sem mobiliário condizente e com pouco material didático, funcionavam com número reduzido de professores, que trabalhavam em condições extremamente desvantajosas e recebiam baixos salários (2011, p. 234).

O panorama apresentado pelo autor mostra a situação precária da educação nesse período na maioria das províncias brasileiras, situação esta que se estende pelos estados até a primeira metade do século XIX. Entende-se que a profissão do magistério era pouco rentável para a sociedade.

DISCUSSÃO

A criação das Escolas Normais no Brasil partiu do retrato do processo de institucionalização da educação brasileira, destinada a preparar os professores para o exercício do magistério nas escolas primárias como responsáveis pela “tarefa de educar a infância”, ou seja, pela formação da nova mentalidade do povo brasileiro.

O século XIX vivenciou a democratização do Ensino Primário nos países mais desenvolvidos e os debates em torno da institucionalização do ensino normal ganhavam mais destaque. É notório compreender que a história da Escola Normal esteja atrelada a

implementação da instrução primária, pois o objetivo era a preparação de mestres para as escolas de primeiras letras.

No século XX, o Estado teria como grande reponsabilidade a condução da educação, na qual ele intensificaria o controle sobre o grupo de professores, através da criação de estabelecimentos de formação, avaliação e concursos. No entanto, a Escola Normal é abordada como lugar de formação de professores em uma perspectiva da modernidade. Diante disso, o processo de constituição das Escolas Normais no Brasil se inicia na segunda metade do século XIX e se estende ate o inicio do século XX, podendo ser considerado o século da escolarização da educação.

No caso do Piauí, formar professores para o ensino fundamental foi uma necessidade dos piauienses desde o século XVIII. No Estado, as propostas de formação de professores acompanham as de outras províncias brasileiras, sempre direcionadas e vinculadas às mudanças políticas, econômicas e sociais. A criação da Escola Normal em Teresina teve, como principais fatores, “a instalação da Capital da Província em Teresina, no ano de 1852 e o surgimento das primeiras Escolas Normais no país, foram fatores que contribuíram para a criação da Escola Normal em Teresina” (SOARES, 2004, p. 57).

A criação do terceiro turno gerava muitas críticas em todo o país, como a falta de profissionais (tanto no administrativo quanto no ensino), a ausência de espaço adequado, e a inexistência de equipamentos. Segundo o estudo realizado por Mascaro em 1956, que aborda a autorização do funcionamento noturno, a partir de 1950, tais medidas favoreceram a criação desordenada de escolas normais no estado e que pode ter contribuído para deterioração do ensino primário. Vários pontos são bastante esclarecedores. Com a implantação do terceiro turno em São Paulo, Mascaro afirma que a instituição noturna poderia constituir um meio de ampliação do contingente masculino para o magistério primário, pois desde o século XIX este se manteve predominantemente formado por mulheres.

Esse questionamento levantado por Mascaro também será verificado na tese, pois necessitamos constatar se houve evolução no número de alunos sendo formados no terceiro turno da escola normal de Teresina, levando sempre em consideração que os sujeitos da pesquisa são as normalistas. Outra grande questão recai sobre a disciplina de prática de ensino e como os alunos poderiam realizar

essas práticas, já que não existiam escolas primárias noturnas atreladas ao curso. Diante desse grande problema levantado pelo autor em São Paulo, levarei esse questionamento ao local de estudo, para constatar se teríamos essa dificuldade no Piauí.

A organização Curricular do curso da Escola Normal de Teresina no período analisado também será investigada, pois em alguns estados ocorriam mudanças em algumas disciplinas, ou adequações em outras. Além disso, a duração do curso era diferenciada entre os turnos. Em São Paulo no ano de 1957 o curso normal diurno tinha a duração de três anos, enquanto o noturno aumentaria mais um ano em comparação ao diurno. Essa organização ficou inalterada até 1964, quando a Lei 4024\61 provocou algumas mudanças relativas ao Ensino Normal. Como estudado nas Escolas primárias noturnas, a Escola Normal também tinha seu horário reduzido em relação ao diurno. Podemos justificar assim o motivo da duração do curso noturno ser maior do que o diurno.

Desta forma, o funcionamento da instituição no terceiro turno ampliaria as oportunidades de prosseguimento dos estudos e de perspectivas de ingresso no magistério primário. A criação do terceiro turno poderia trazer novas oportunidades às mulheres para conseguir uma formação e estendendo assim o processo de feminização do magistério primário.

CONCLUSÕES

A presente pesquisa está em andamento, porém foi constatado que, desde a criação da Escola Normal, o funcionamento desta acontecia apenas no horário diurno, tendo sido criado “o terceiro turno (noturno) a partir de 1960 para atender a demanda da matrícula dos pretendentes que trabalhavam durante o dia” (SOARES, 2004, p. 81). Desta forma, o funcionamento da instituição no terceiro turno ampliaria as oportunidades de prosseguimento dos estudos e de perspectivas de ingresso no magistério primário. Assim, o ensino noturno foi pensado como um importante segmento educacional que almejava, no primeiro momento, alfabetizar a grande massa da população, mas não apenas isso. Estava também articulado com o processo de urbanização, elemento essencial para o progresso e a modernização do Estado. Apesar de ter iniciado no período Imperial, o ensino noturno teve que se adaptar ao novo modelo político. Foi

preciso acompanhar o crescimento das cidades e conseqüentemente ampliar a oferta para este ensino. Enfim, esperamos que este trabalho possa levantar mais problematizações, discursões acerca da instrução primária, e mais especificamente, ao ensino noturno.

REFERÊNCIAS:

ABREU, S. E. A. As fontes de pesquisa e a escrita da História da Educação em Goiás: o Grupo Escolar Antensina Santana de Anápolis. **Educativa**. Goiânia, v. 17, n. 2, p. 520-542, jul./dez. 2015.

ANANIAS, M. Propostas de educação popular em Campinas: “As aulas noturnas”. **Cadernos Cedes**, ano XX, n. 51, p. 66-77, nov. 2000. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n51/a05v2051.pdf>. Acesso em: 9. jun. 2020.

ARAÚJO, J. C.; SOUZA, R. F. de; PINTO, R.-M. N. A Escola Primária e o Ideário Republicanista nas Mensagens dos Presidentes de Estado: Investigações comparativas (1893- 1918). In SOUZA, R. F. de; SILVA, V. L. G. da; SÁ, E. F. de. **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil; investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)**. Curitiba: EdUFMT, 2013. p. 132-137.

BARCELOS, A. R. F.; MELO, M. M. R. As Escolas Normais no Brasil: do Império à República. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 233 – 235, jan./jun. 2011. Disponível em:
<https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/2210/1750>. Acesso em: 09 jun. 2013.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 295-316.

CENTRO PROLETÁRIO. **Regimento Interno da Câmara Geral**. Therezina: Libro Papelarias Veras, 1909.

GIL, N. de L. Os limites das estáticas educacionais por aqueles que as produziram. In: XAVIER, L.; TAMBARA, E.; FERREIRA, A. C. P. (org.). **História da educação no Brasil: matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI**. Vitória: Edufes, 2010. p. 193-217.

JORNAL O PIAUHY. **A Resolução nº 753 de 1871**, Teresina, 24 de setembro de 1871, n. 189.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n 1, Autores Associados, 2001.

MASCARO, C. C. **O Ensino Normal no Estado de São Paulo: subsídios para estudos da sua reforma**. São Paulo: Secção de Publicação da Universidade de São Paulo, 1956.

MIGUEL, M. E. B. **A legislação educacional: uma das fontes de estudo para a história da educação brasileira**. Campinas: HISTEDBR, 2005.

NASCIMENTO, J. C. de. Notas para uma reflexão acerca da escola primária Republicana em Sergipe (1889-1930). *In*: ARAÚJO, José (org.). **Escola Primária na primeira república (1889-1930): subsídios para uma história comparada**. Araraquara, SP: Junqueira&marin editores, 2012. p. 208-245.

NOGUEIRA, V. L. **A escola primária noturna em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012

PIAUHY. **Resolução nº 655 de dezembro de 1869**. Teresina: Governo da Província do Piauí, 1869.

PIAUHY. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Piauí, no acto de sua instalação no dia 01 de julho de 1871 pelo presidente da mesma, Exm. Senr. Dr. Manoel do Rego Barros Sousa Leão**. San Luiz do Maranhão: Typ B. de Mattos- imp, por J. L. C. Barbosa. Rua da Paz, 5 e 7. 1871.

SOARES, N. P. L. S. **Escola Normal em Teresina (1864-2003): reconstruindo uma memória da formação de professores**. 2004. 184 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.

DÉCADAS DE ALTERAÇÕES E SÉCULOS PARA O PROGRESSO

DECADES OF CHANGE AND CENTURIES FOR PROGRESS

Dália Rayssa da Costa Carneiro¹⁵
Emerson Ferreira Silva¹⁶

RESUMO

Apesar da globalização e dos avanços tecnológicos da contemporaneidade, nota-se que a educação brasileira ainda possui graves problemas estruturantes e que, mesmo tendo evoluído continuamente, está longe de ser uma excelência. Faz-se necessário um amplo embasamento pedagógico, formado por sujeitos que conhecem as deficiências, defendem os avanços educacionais e inibem as medidas paliativas, que reforçam estatísticas errôneas para enganar a população. Pretende-se, a partir do enfoque proposto, destacar indicadores de discussões que agreguem valor ao processo de desenvolvimento educacional brasileiro e a fornecer subsídios que sirvam de base para o aprofundamento de proposta pedagógica e de avaliação de ensino, dentro de uma perspectiva de ampla participação dos atores envolvidos: professores, alunos e sociedade. Metodologicamente, este artigo baseia-se em pesquisa bibliográfica, com ênfase na discussão teórica e argumentativa.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Desenvolvimento. Ensino.

ABSTRACT

Despite globalization and contemporary technological advances, it is noted that Brazilian education still has serious structural problems and that, even having evolved continuously, it is far from being an excellence. A broad educational foundation, formed by individuals

¹⁵ Bacharel em Administração pela Faculdade do Vale do Itapecuru. Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenadora do curso de Administração e Professora na Faculdade de Educação São Francisco. E-mail: drcc@faesf.com.br.

¹⁶ Bacharel em Administração pela Faculdade do Vale do Itapecuru. Pós-graduação em Pedagogia Empresarial e Gestão de pessoas pelo Centro Universitário Facema. Coordenador de Marketing Faculdade de Educação São Francisco-FAESF. E-mail: emersonxferreira@gmail.com.

who understand Brazilian educational deficiencies and unmediated palliative that reinforce erroneous statistics to fool the population is required. It is intended, from the proposed approach, highlighting discussions indicators that add value to Brazilian educational development process and provide input as a basis for the deepening of pedagogical approach and teaching evaluation, within a perspective of broad participation of the actors involved: teachers, students, and society. Methodologically this article is based on bibliographic research, with emphasis in the theoretical and argumentative discussion.

Keywords: Educational Policies. Development. Education.

INTRODUÇÃO

A educação constitui a atividade mais importante dentro da sociedade, ela desenvolve nos indivíduos suas potencialidades ao permitir o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, como citado na Constituição Federal de 1988.

No contexto social, a educação é o mais importante mecanismo para a formação e emancipação crítica entre os cidadãos. É, ainda, mais importante em situações de desigualdades como é visto no Brasil, entrando em foco a responsabilidade do poder público de promover educação igualitária a todos. Nos países desenvolvidos, a educação promove estabilidade e desenvolvimento. Dessa forma, ela deve ser finalidade primordial das políticas sociais, ampliando de forma significativa as oportunidades individuais, além de promover o desenvolvimento econômico.

Atualmente, no Brasil ocorreram intensas reformas e avanços importantes para ampliar o acesso a todos os níveis e modalidades educacionais, tanto na educação básica quanto no ensino superior. No entanto, o escopo político nacional e a gestão pública vigente ressaltam declínios a cada década, o que, em muitos casos, responde pela baixa escolaridade média da população e a desigualdade permanente, que mantém na pauta das discussões a necessidade da universalização da educação básica e a melhoria da qualidade da educação, bem como a eliminação do analfabetismo, com inevitáveis impactos de longo prazo para a área.

É de vital importância ressaltar a evolução das diretrizes educacionais e sua relação com as desigualdades ainda reinantes no Brasil. Nesse sentido, esse trabalho procura delinear a dinâmica e o quadro atual da situação da educação da população brasileira para servir de subsídio à discussão e formulação de políticas públicas.

Para lograr êxito, inicialmente serão relacionadas diversas obras e literaturas condizentes com as políticas educacionais, e a relevância dessas para o desenvolvimento da nação, efetuando-se uma crítica concisa acerca da educação brasileira, levantando suas falhas e destacando a necessidade de mudanças no arcabouço educacional.

Levando em consideração os pressupostos metodológicos do liberalismo que se fortaleceu com a teoria do Estado nos séculos XVII e XVIII, percebem-se extremas alterações nas políticas educacionais até a atualidade, com mudanças efetivas com relação ao Estado.

Enquanto alguns teóricos defendiam a participação efetiva do Estado na educação, Adam Smith acreditava que o curso normal da sociedade pode acontecer sem a intervenção do Estado, principalmente após o neoliberalismo. As evoluções educacionais no Brasil ocorreram principalmente após a Revolução Industrial, com a ressalva de que a educação não é uma commodity que está em negociação no mercado capitalista.

Espera-se que as políticas educacionais fomentem o progresso do Estado através de ações coerentes, que contribuam para o pensamento crítico, a formação cidadã e o embasamento teórico-constitucional. O que vem acontecendo, entretanto, é a inserção de medidas paliativas que visam apenas a alteração dos dados estatísticos educacionais sem a menor preocupação com qualidade do processo ensino aprendizagem.

Na década de 1930 tivemos significativas contribuições para diretrizes educacionais, com disputas entre grupos específicos que enriqueceram o debate acerca das tendências pedagógicas. Existia uma forte presença do catolicismo, do nazi-fascismo, de intelectuais e de movimentos operários, que se engajaram nas discussões sobre a educação. Nesse período, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública com o intuito de potencializar o debate e a legalidade da educação brasileira.

Como relatado anteriormente, a industrialização foi um marco primordial para fomentar o processo educacional brasileiro, uma vez que houve a necessidade de suprir a carência de pessoas qualificadas

para trabalhar nas indústrias. Esta década foi marcada por intensas alterações na Constituição, principalmente em 1937, quando prevaleceu a ditadura, e a retirada da obrigatoriedade do Estado de promover ensino gratuito a todos os brasileiros.

Nos anos posteriores, foram instituídos diversos decretos para elucidar as diretrizes e políticas educacionais. Surgiram o SESC e o SENAI, direcionados principalmente à formação de mão de obra qualificada que desenvolveriam a economia local. Dos anos de 1940 a 1950, ocorreu uma descentralização da educação por parte da União, transferindo para os estados o dever de instituir as normas do seu ensino primário, promovendo uma desorganização educacional pela ausência de uma política nacional.

Nos anos seguintes foram instituídas as leis nº 4.024/61, 5.692/71 e 9.394/96, que marcaram de forma significativa a legalidade da educação brasileira. Esse período foi marcado também por manifestações estudantis e pela sistematização do ensino Superior. Em um país marcado por golpes políticos e alterações contínuas nas diretrizes educacionais, não pode se intitular “pátria educadora”, pois durante décadas o ensino foi elitizado e contribuiu para a exclusão social.

O desfecho da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o advento do Plano Nacional de Educação, agora subsumido pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), vieram para enfatizar a necessidade de legislação única e eficaz para a promoção igualitária da educação a todos os brasileiros.

O estudo do contexto educacional no Brasil relacionado às tendências pedagógicas existentes mostra muitas heranças importantes:

a) herança socrática da orientação docente que não responde a dúvidas, muito menos apresenta receitas; daí surgiu a noção de “coach”, absorvida nos esportes (técnico ou “treinador”), mesclando competência técnica e emocional, desafio e prazer;

b) herança freireana das “palavras geradoras”, no sentido de o professor se orientar pelas experiências de vida dos alunos, em especial dos mais pobres; os pobres também são dotados de saberes próprios, ainda que desprezados pelas elites (FREIRE, 2006);

c) herança piagetiana da “equilibração” através de etapas sucessivas e progressivas: em cada nova etapa se reconstruem as

anteriores, sucessivamente, elevando-se o aprendiz a novos patamares cada vez mais amplos (BECKER, 2001; 2003);

d) herança autopoietica: o jogador precisa ter a sensação de que não é apenas executor do jogo (quase uma marionete do jogo), mas seu autor, como obra prima sua; todo ser vivo pode, até certo ponto, construir história própria (MATURANA, 2001);

e) herança das teorias de aprendizagem que ressaltam a importância da “significação” dos conteúdos e práticas: o aprendiz só aprende adequadamente, quando o ambiente lhe parece significativo, tem sentido para ele e lhe provoca engajamento, surge importância para sua vida e encaixa em propósitos próprios; ninguém se move por desafios abstratos, distantes, perdidos (MOREIRA, 2006);

f) herança de teorias dialéticas ou críticas, em geral de inspiração marxista, gramsciana ou da Escola de Frankfurt, centradas no desenvolvimento da cidadania em nome do confronto entre classes; muitas são suas ramificações, sendo a mais conhecida entre nós hoje a “escola histórico-crítica” (SAVIANI, 2005).

Todas essas heranças contribuem para a formação de um ser crítico e emancipado que contribui para formação de uma nação. A educação tem um poder emancipatório e formador de caráter, o que, para uma nação progressista, deve ser a meta primordial, mas infelizmente o que se observa no Brasil é um processo de retrocesso a cada nova gestão, pois as condições econômicas e sociais adversas de grande proporção de alunos nas diversas regiões do país, além da péssima remuneração paga aos propulsores educacionais, dificultam o processo de aprendizagem.

Visto isso, percebe-se um hiato educacional entre as regiões do país, com exclusões sociais nítidas, seguida de marginalização da população de baixa renda, e perpetuação de racismo e preconceito. Como consequência desta má gestão educacional, que não está relacionada com recursos, já que o Brasil arrecada o suficiente anualmente para oferecer uma educação de qualidade, estão: acumulação de repetências e o abandono escolar antes de sua conclusão pela necessidade de auferir renda, especialmente quando mais velhos (BARRETO, 2007).

Atualmente, o professor é visto como o mediador da aprendizagem repassando conhecimento e utilizado a tecnologia que se tornou tão importante na formação dos alunos. Este profissional assume a aprendizagem como profissão e encaixa em sua profissão o

compromisso de fazer outros aprenderem também. Os tempos modernos trazem uma presença marcante da tecnologia e suas aplicações diretas na aprendizagem, e cabe ao educador ser mediador do conhecimento.

Já a escola, onde a criança passa parte do dia, deveria ser vista como um ambiente familiar para a criança e não somente para o professor e gestores acadêmicos. As aulas devem ser criativas como o objetivo de tornar o aluno um ser crítico e pensante, levando questões do dia a dia para serem resolvidas com os conteúdos programáticos.

Os debates sobre políticas públicas e atualidades na sala de aula possibilitarão não somente aos alunos da atualidade, mas também das próximas gerações, uma maior expressividade, consciência, respeito ao próximo, tornando-o uma ser dotado de conhecimento e perspicácia.

Receber o aluno implica necessariamente acolher sua condição financeira, sua família, cultura, seus conhecimentos e fragilidades prévias. O docente, por sua vez, deve conciliar todos esses fatores, utilizá-los em favor de uma mediação que propicie um ambiente que estimule a aprendizagem significativa e socialização dos conteúdos, habilidades e competências de cada um, para que juntos e de maneiras diferentes construam o conhecimento.

Percebe-se que a aprendizagem significativa é o veículo para um acolhimento e aproveitamento maior dentro das salas de aula, por meio da qual o aluno passa a compreender que a diferença não é a aprendizagem, mas o percurso percorrido por cada um. A reflexão aqui iniciada sobre a escola e a nova atitude que essa deve empregar às inovações e ao acompanhamento do ritmo dos alunos, retrata alguns dos passos que a escola e todos os profissionais que dela fazem parte devem buscar, como por exemplo: formação continuada, o estímulo, a dedicação de tempo, melhores condições de trabalho diário e assim compor um novo paradigma escolar.

A base educacional deve estar imbricada nas instituições escolares do ensino básico da rede pública, sendo esta a que comporta a maioria da população estudantil. A aprendizagem, por sua vez, deve ser a unificação entre seus conhecimentos prévios, os conteúdos programáticos. Sendo o ato de aprender uma atitude para a aceção de habilidades e competências, e levando-se em consideração que muitos dos discentes já a trazem para a escola, basta então o professor oferecer meios/formas e direcioná-los por um percurso pedagógico. O

processo de aprendizagem passa a apresentar melhores resultados, e a avaliação, por conseguinte, adentra de maneira mais leve e efetiva no cotidiano escolar, possibilitando a análise do desempenho individual e em grupo de cada um e de todo alunado.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho procurou delinear a dinâmica e o quadro atual da educação brasileira de maneira a subsidiar a discussão e formulação de políticas públicas. Para lograr êxito, utilizou-se a pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (1999, p. 64), é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, e sua principal vantagem reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma ampla gama de fenômenos.

De cunho qualitativo, trata-se de uma pesquisa cuja premissa é analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento, enfatizando os processos e os significados.

O ensaio teórico aqui apresentado permite transcender teorias e alinhá-las, e Bertero (2011) confirma, a ressaltar que:

[...] se o pesquisador nada tiver de relevante, novo ou rejuvenescedor a dizer, falará sobre seus dados ou achados; assim, o trabalho será feito e todos caminham para um final feliz. Felizes ficarão o autor, o programa de pós-graduação, a agência reguladora e os periódicos que continuarão com longas filas de textos aguardando avaliação e publicação. Mas se encaramos o ensaio, as coisas se alterarão substancialmente. No ensaio temos apenas o ensaísta com suas ideias, sua bagagem de cultura e conhecimentos e a reflexão acumulada sobre o tema que escolheu abordar (BERTERO, 2011, p. 339).

A análise teórica é a fonte da evolução do pensamento e desenvolvimento humano. Assim, o próximo capítulo abordará as considerações acerca deste estudo.

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

O presente artigo aborda claramente a evolução da educação brasileira, com foco nas alterações das políticas pedagógicas. Parte

também da convicção da necessidade da formação de um plano educacional embasado nos conselhos formados por docentes e discentes. Uma democracia deliberativa deve promover um diálogo ético entre os sujeitos tanto da população quanto do âmbito político, mas isto não acontece no Brasil.

Espera-se que este artigo possa vir a contribuir, como fonte bibliográfica e documental, para futuras pesquisas no campo da investigação do processo educacional e suas diretrizes. As diretrizes curriculares representam um papel importante, uma vez que dispõem sobre os pressupostos gerais voltados para a formação profissional, forçam a implementação de medidas inovadoras que perpassam, inevitavelmente, por uma avaliação do ato de educar e a formação cidadã, com competência e qualidade.

Portanto, proceder, neste artigo, a uma análise, por si só, implica um esforço rumo a uma orientação reflexiva com vistas a promover a elevação contínua da qualidade do ensino brasileiro. Constitui convite ao diálogo na tentativa de suscitar uma oportunidade de mobilização de esforços que permite não se acomodar a situações de perenidade e conformismo. Coloca-se como espaço para visualizar e interpretar, criticamente, o papel da docência, a concepção do projeto pedagógico e a formação profissional do professor, no contexto das diretrizes curriculares e da nova ordem exigida pela sociedade.

Se assim não fosse, talvez não se estivesse discutindo, neste artigo, a importância da educação, incluindo aí, a responsabilidade e o necessário comprometimento do Estado como dever social e cívico.

A relevância da pesquisa processada tem sustentação na constatação da necessidade de produção de conhecimentos novos e aplicáveis à gestão de portais educacionais, para que cumpram sua função formadora e possam ganhar reconhecimento social e maior poder de influência. A realização deste estudo interessa, portanto, a todas as instituições de ensino de todos os níveis e modalidades de educação e, mais diretamente, às instituições gestoras de portais educacionais, públicas e privadas e de ensino.

Este artigo tem por base os constructos de Fritzen (2001), que enfatizam sua relevância. Dessa forma deve: a) ter aplicabilidade, pois será dirigido aos aspectos que possam ser modificáveis dentro da governabilidade dos atores envolvidos no processo investigativo; b) ter conteúdo sem teor de censura e reprovação; c) ser oportuno e pertinente com relação às respostas e à construção de soluções; d)

expressar o processo de colaboração entre pesquisador e participantes; e) ter clareza nas mensagens, afirmações e exemplificações; f) estar orientado aos destinatários específicos previamente definidos; g) ser específico com relação ao caso estudado; h) apresentar confiabilidade e fidedignidade, resguardando as fontes de informação. Os benefícios advindos deste estudo poderão conduzir às inovações.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ESTADO DO PIAUÍ E OS IMPACTOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA: DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS.

*TRAINING HISTORY TEACHERS IN THE STATE OF PIAUÍ AND
THE IMPACTS ON PEDAGOGICAL PRACTICE: CHALLENGES
AND PERSPECTIVES.*

Ana Maria da Mata Almeida¹⁷

RESUMO

Com a abertura democrática do Brasil a partir dos anos de 1980 e a consequente vinculação das políticas públicas dos anos de 1990 aos modelos ditos neoliberais, viu-se no país surgirem nichos de comercialização da educação em todos os seus níveis. Esse processo vinculou propostas e normativas que intentavam melhorar o ensino de história e potencializar a formação dos professores de história para o ensino fundamental e médio. Neste sentido é que o presente o artigo, a partir das memórias e relatos orais dos professores de história busca refletir a temática respeitante à formação inicial e continuada no estado do Piauí, analisando a contribuição da formação docente e as relações que os professores de história estabelecem entre a sua formação docente e sua prática pedagógica.

Palavras- chave: Formação Continuada. Educação Básica. Políticas Educacionais.

ABSTRACT

With the democratic opening of Brazil in the 1980s and the consequent linking of public policies in the 1990s to so-called neoliberal models, the country saw the emergence of niches for the commercialization of education at all levels. This process linked proposals and regulations that intended to improve the teaching of history and enhance the training of history teachers for primary and secondary education. In this sense, this article, based on the memories and oral reports of history teachers, seeks to reflect the theme concerning initial and continuing education in the state of Piauí,

¹⁷ Doutora do Programa de Pós-Graduação em História – UNISINOS/RS, Professora/Coordenadora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão – FAESF/MA, Professora do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – FAESF/MA.

analyzing the contribution of teacher education and the relationships that history teachers establish between their teacher training and their pedagogical practice.

Keywords: Continuing Education. Basic education. Educational Policies.

INTRODUÇÃO

A formação inicial e continuada de profissionais da educação básica, além de ser um projeto de cada profissional, deve ser compromisso público de Estado visando o desenvolvimento local e nacional, contribuindo diretamente para melhoria da qualidade da educação.

Partindo desta perspectiva, a política de formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica da Rede Estadual de Ensino do Piauí para o ensino de história se define a partir de ações para ampliação da melhoria da qualidade do ensino público, ofertado em nosso Estado, e como projeto de geração e ampliação de oportunidades para que os Piauienses tenham acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Este trabalho fundamenta-se nos seguintes pressupostos: atendimento da legislação nacional e estadual quanto à oferta de formação dos profissionais da educação, além do desenvolvimento contínuo da formação dos profissionais que atuam na educação pública piauiense.

A Rede Estadual de Ensino no Piauí: características administrativas educacionais.

A Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Piauí – SEDUC/PI, localizada na Avenida Pedro Freitas S/N, Bairro São Pedro, Centro Administrativo, CEP: 64000-000, Teresina (PI), possui, na sua rede, 809 escolas de educação básica. Órgão executivo do sistema estadual de ensino, tem por finalidade, em regime de colaboração com a União e os Municípios, formular a política Educacional do Estado e administrar o sistema estadual de ensino, garantindo a todos os piauienses o acesso e a conclusão da educação básica, pública, gratuita e de qualidade social, competindo-lhe ainda:

- I** – elaborar e executar planos educacionais em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando suas ações com as de competência dos municípios;
- II** – executar e controlar a ação do Governo na área de educação;
- III** – controlar e fiscalizar o funcionamento de estabelecimentos de ensino, de diferentes graus e níveis, públicos e privados;
- IV** – orientar a iniciativa privada na área de educação e da cultura;
- V** – articular-se com o Governo Federal em matéria de política e de legislação educacionais;
- VI** – estudar, pesquisar e avaliar os recursos financeiros para investimentos no sistema e nos processos educacionais;
- VII** – rever e aperfeiçoar, permanentemente, o sistema de ensino;
- VIII** – assistir ao estudante pobre;
- IX** – organizar, manter, desenvolver e supervisionar os órgãos e instituições oficiais da educação escolar (SEDUC, s.d., n.p.).

A hierarquia político-administrativa da educação no Estado está organizada: Governo do Estado do Piauí, Secretaria Estadual da Educação e Cultura, Superintendência Institucional, Superintendência de Ensino, Superintendência de Ensino Superior, Superintendência de Gestão, Diretoria de Planejamento, Diretoria de Educação de Jovens e Adultos, Diretoria de Ensino e Aprendizagem, Diretoria de Gestão e Inspeção Escolar, Diretoria de Educação Técnica e Profissional, Diretoria Administrativa, Diretoria de Gestão de Pessoas, Diretoria de Gestão da Rede Física, Diretoria Financeira, Diretoria do Programa Mais Saber, Assessoria Jurídica, Assessoria Técnica, Assessoria de Comunicação, Assessoria Comunitária, Assessoria Jurídica e Assessoria Política, Gerência de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação, Gerência de Planejamento, Monitoramento e Avaliação, Gerência de Execução e Acompanhamento Orçamentário, Gerência de Material e Patrimônio, Gerência de Arquitetura e Engenharia, Gerência de Compra Bens e Serviços, Gerência de Finanças, Gerência de Prestação de Contas, Gerência de Administração de Pessoal, Gerência de Movimentação e Pagamento, Gerência de Educação Profissional, Gerência de Alfabetização, Gerência de Educação a Distância, Gerência de Inclusão Social e Diversidade, Gerência de Educação Infantil e Ensino Aprendizagem, Gerência de Ensino Médio, Gerência de Educação Especial, Gerência de Educação de Jovens e Adultos, Gerência de Inspeção Escolar, Gerência de Tecnologia da Informação, Gerência de Gestão Escolar, Gerência de Registro da Vida Escolar, Gerência de Logística, Gerência de Política de Ensino Superior, Gerência de Rede, Gerência Pedagógica,

Coordenação de Estatística, Coordenação de Estudos e Projetos, Coordenação de Monitoramento e Avaliação, Coordenação de Projetos Especiais, Coordenação de Execução e Acompanhamento Orçamentário, Coordenação de Acompanhamento de Convênios e Contratos, Coordenação de Patrimônio, Coordenação de Almoxarifado, Coordenação de Transportes, Coordenação de Serviços da Rede Escolar, Coordenação de Serviços da Rede, Coordenação de Recursos Internos, Coordenação de Recursos Externos, Coordenação de Contabilidade, Coordenação de Tesouraria, Coordenação de Contas Internas, Coordenação de Contas Externas, Coordenação de Cadastro, Coordenação de Benefício, Coordenação de Frequência e Movimentação, Coordenação de Folha de Pagamento, Coordenação de Formação de Professores, Coordenação de Formação de Pessoal Técnico – Administrativo, Coordenação de Documentação e Informações Educacionais, Coordenação de Apoio Pedagógico, Coordenação de Articulação Interinstitucional, Coordenação de Programas Especiais, Coordenação de Apoio Pedagógico, Coordenação de Estrutura e Organização, Coordenação de Tecnologia Educacional, Coordenação de Cursos a Distância, Coordenação de Integração com Programas Sociais e Educacionais, Coordenação de Educação e Diversidade, Coordenação de Educação Infantil, Coordenação de Apoio Pedagógico do Ensino Fundamental, Coordenação de Apoio Pedagógico do Ensino Médio, Coordenação de Articulação Interinstitucional, Coordenação de Educação Inclusiva, Coordenação de Instituições Especializadas, Coordenação de Apoio Pedagógico, Coordenação de Programa e Projetos Especiais, Coordenação de Exames e Certificados, Coordenação de Inspeção das Escolas da Rede Pública de Ensino, Coordenação de Inspeção das Escolas da Rede Particular de Ensino, Coordenação de Apoio Técnico aos Núcleos Gestores, Coordenação de Apoio Técnico aos Conselhos Escolares, Coordenação de Arquivo, Coordenação de Registro e Autenticação, Comissão Permanente de Licitação, e Auditoria de Controle Interno.

Para aperfeiçoar e otimizar os trabalhos da Secretaria Estadual da Educação e Cultura, foram criadas Gerências Regionais de Educação (GRE's) localizadas nas cidades com maior número populacional ou cidades pólo, num total de 21 Gerências, 16 no interior do estado e 05 na capital Teresina. Cada Gerência é administrada pelo Gerente Regional de Educação, escolhido a partir do ano de 2011 por meio de teste seletivo válido por dois anos.¹⁸

¹⁸ As Gerências são assim distribuídas: 1ª GRE – Parnaíba, 2ª GRE – Barras, 3ª GRE – Piripiri, 4ª GRE – Teresina, 5ª GRE - Campo Maior, 6ª GRE – Regeneração, 7ª GRE – Valença, 8ª GRE – Oeiras, 9ª GRE – Picos, 10ª GRE – Floriano, 11ª GRE – Uruçuí, 12ª GRE - São João do Piauí, 13ª GRE - São Raimundo Nonato, 14ª GRE - Bom Jesus 15ª GRE – Corrente, 16ª GRE – Fronteiras, 17ª GRE – Paulistana, 18ª GRE - Grande Teresina, 19ª GRE - Teresina, 20ª GRE – Teresina, 21ª GRE - Teresina.

As Gerências Regionais de Educação são unidades de descentralização de serviços diretamente subordinadas ao Secretário de Educação, tendo por finalidade planejar, coordenar, orientar, supervisionar, inspecionar e controlar as atividades educacionais da educação básica, nas respectivas áreas de jurisdição.

Art. 35 – regimento Interno – SEDUC/PI – Compete às Gerências Regionais de educação – GREs:

- I – executar a política educacional a cargo da SEDUC;
- II – programar e executar as atividades dos subsistemas de pessoal, material e patrimônio, serviços gerais, orçamento e administração financeira, supervisão pedagógica, inspeção escolar e orientação educacional, estatística e assistência ao educando;
- III – autenticar certificados, diplomas e históricos escolares dos diferentes níveis e modalidades da educação básica, na forma da legislação em vigor, nas respectivas áreas de jurisdição;
- IV – promover ação educacional integrada com órgãos e entidades, públicas e privadas, que atuem na receptiva área de jurisdição;
- V - velar pela observância das leis do ensino por níveis e modalidades, bem como pelo cumprimento das decisões dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação;
- VI – executar outras atribuições necessárias ao cumprimento de sua finalidade. (SEDUC, s.d., n.p.).

Alguns aspectos recentes sobre a educação no estado do Piauí se fazem importantes para nosso estudo. Sabemos das metas a serem alcançadas na educação básica até 2022, ano do bicentenário da independência do Brasil, e que as políticas educacionais se propõem a atingir uma média nacional mínima em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Numa escala que vai de 0 a 10, o MEC (Ministério da Educação) fixou a média 6 como objetivo para o país a ser alcançado até 2022. O teste serve tanto como diagnóstico da qualidade do ensino brasileiro como baliza para as políticas de distribuição de recursos (financeiros, tecnológicos e pedagógicos) do MEC (BRASIL, 2007). Se uma rede municipal, por exemplo, obtiver uma nota muito ruim, ela terá prioridade de recursos.

As propostas de governo e as tendências da educação brasileira

Em um mundo repleto de diferenças culturais e econômicas, com mudanças globais aceleradas em relação a essas questões

mencionadas, pontuamos que nenhum contexto político e econômico está desvinculado das transformações da história da sociedade em geral. Dentro dessa premissa, relevamos a condição de sermos determinados pela nossa consciência sobre o que temos, ou seja, os fatores determinantes dessa nossa realidade que sofre transformações. É a partir dessas condições que os nossos estudos e reflexões dialogam, tornando-se importantes para construção de novas possibilidades de mudanças, permitindo que e se vislumbrem alternativas possíveis na construção de uma sociedade mais democrática.

Procurando situar sobre a questão do desenvolvimento das políticas públicas, Azevedo (1997) alerta que, como ação humana, as políticas constroem-se a partir das representações sociais que cada sociedade desenvolve a respeito de si própria e que estas são ações que guardam intrínseca conexão com o universo cultural e simbólico, ou, melhor dizendo, com o sistema de significações que é próprio de uma determinada realidade social (AZEVEDO, 1997).

A implementação de políticas educativas constituem uma arquitetura em que se fazem presentes, dentre outras dimensões: as soluções técnicas-políticas escolhidas para operacionalizar internamente os princípios ditados pelo espaço global; o conjunto de valores que articulam as relações sociais; o nível de prioridade que se reserva a própria educação; e as práticas de acomodação ou resistência forjadas nas instituições que as colocam em ação, sejam elas desenvolvidas nos sistemas de ensino ou nas próprias escolas.

Tomando-se como referência o argumento anterior, afirmamos que explicar o funcionamento de um sistema de ensino, no caso em estudo, as políticas voltadas para o atendimento da educação básica, requer um discernimento/reflexão do que está sendo planejado, de como está, em que contexto estamos inseridos e de onde falamos. Para explicitar as questões observadas, esclarecemos que estamos permeados por uma realidade consubstanciada pelos interesses dos grupos que detém poderes de decisão, poderes financeiros postos sob a lógica do autobenefício, ou seja, disputa de interesses de grupos que estão sobrepostos nas classes sociais.

Ao fazermos parte de um grupo social em constante relação com outros grupos e com realidades que estão eminentemente ligadas à nossa cotidianidade, mais especificamente às áreas sociais, julgamos importante nos apropriar de estudos que se reportam à questão

educacional, no sentido de trazer reflexões que contribuam para uma melhor leitura de mundo por parte de todos.

Assim, algumas questões a respeito de políticas públicas, em particular as que estão voltadas à educação, tornam-se importante pelo fato de possibilitar, aos que dela usufruem, mais abertura no que se refere ao diálogo e às novas propostas de inovações que porventura surgirem durante o processo. Dessa forma, trazer estudos sobre as políticas educacionais para a educação básica no Brasil traduz-se num esforço para que sejam ampliados os debates nesta temática e favoreça um leque maior de leituras sobre o que temos, vislumbrando-se, dessa forma, imaginar outros debates, alicerçados pelos impasses observados e buscando-se compreender o que impede o bom desenvolvimento do sistema público de ensino na realidade brasileira.

As políticas públicas educacionais para a educação básica no Brasil, a partir de 1990, estão postas sob várias nuances, ou melhor, a sua implantação está marcada por influências das políticas internas e externas, notadamente pelas demandas presentes no mundo econômico estabelecidas pelas organizações nacionais e internacionais no sentido da coerência com o modelo de cidadão que o mundo do trabalho requer.

Ao nos reportarmos sobre as mudanças ocorridas na educação no Brasil, esclarecemos que a nossa discussão estará voltada para o plano das políticas educacionais, ou melhor, especificamente, para o que as políticas educacionais trataram nas últimas décadas, levando-se em consideração simples análises de vários outros aspectos que estão presentes na atual organização política e pedagógica, destacando-se a necessidade de um olhar para a educação tomada num aspecto de livre mercado e a educação como formação para o novo modelo de profissional exigido pelo mercado do trabalho, sendo assim planejada sob os auspícios da regulação mundial dada pela globalização e pelas políticas neoliberais.

O debate sobre as mudanças em relação às reformas educacionais no Brasil depois da década de 1990 é amplo e necessário. Afirmarmos esta questão porque estamos fazendo parte como sujeitos que contribuem no sentido de transformar, pensando como educadores em transformar para amenizar as desigualdades sociais vivenciadas.

Ao pontuar a necessidade de debates sobre as políticas públicas no aspecto do seu desenvolvimento, direcionamos a nossa

reflexão para a contextualização das temáticas que estão relacionadas à educação. De início, lembramos que a educação, no Brasil e no mundo, é eminentemente marcada pelas transformações sociais, ou melhor, as nossas reais situações encontradas, seja no aspecto pedagógico, administrativo ou de financiamento, estão caracterizados pela influência de várias mudanças no que se refere ao mundo do trabalho, da economia, da pós-modernidade, seja no âmbito da realidade sociocultural posta na nossa sociedade a partir da nova forma de organização no mundo, mas notadamente após o rompimento do sistema econômico, a transição do sistema feudal para o sistema de produção capitalista. Com isso, as formas de pensar e estabelecer novas diretrizes para a educação estão evidentemente presentes, indo ao encontro do surgimento das demandas vindas dessas transformações no que se refere aos planos econômico, social e cultural, implantados a partir do final século XX (SILVA, 2009).

No âmbito da discussão sobre a educação no Brasil, explicar os propósitos que foram delineados para a expansão e universalização da mesma significa colocá-la no contexto das ocorrências em relação ao princípio da lógica mercadológica, principalmente a partir dos anos de 1990. É a partir dessa década que a educação no Brasil se torna uma panacéia no intuito da expansão sem precedentes. Explicitando melhor, a oferta e a procura dos serviços educacionais são vistos dentro da ideia de democratização do acesso e da universalização do ensino, não havendo a preocupação com a qualidade. Essa abrangência, vale lembrar, se concretiza pela oferta pelo poder público e também na sua abertura para o setor privado.

A educação básica na rede estadual: breves apontamentos sobre as propostas elaboradas no período de 2003 a 2010

Falar sobre o desenvolvimento de políticas públicas, em particular, as políticas destinadas ao atendimento educacional, nos remete trazer discussões a respeito do que está sob responsabilidade do Estado no sentido de potencializar essas políticas. Nesse sentido, entendemos que, ao se produzir uma política voltada para o atendimento aos cidadãos em geral, é necessário tomar as obrigações como desafios e como uma luta constante contra o sistema que favorece o “Estado Mínimo”, ou melhor, alijar o Estado do cumprimento das obrigações com os serviços públicos à população

para dar lugar às políticas de interesses do setor privado nos princípios das políticas neoliberais.

A educação básica constituiu-se, por meio da legislação, como uma função do Estado, razão pela qual é impossível discutir as possibilidades e os limites do processo de escolarização e das políticas públicas no interior de uma dada sociedade, sem que se tenha claro o caráter e a natureza deste Estado. Teoricamente, não há como eliminar ou ignorar tal aspecto da discussão, até porque este é um palco privilegiado onde as diferentes classes e suas frações, com mais ou menos intensidade, brigam por seus interesses sociais e políticos.

A legislação brasileira, no que se refere à política de igualdade de oportunidades de escolarização e à organização da educação, obriga para os executores dessa política o investimento de um percentual mínimo em educação e a garantia de um padrão mínimo de qualidade. Esse padrão, conforme define a legislação, deve ser expresso em um custo que atenda todas as necessidades básicas da oferta educacional, e, portanto, deveria ser calculado em uma relação custo/aluno/qualidade (CAQ) como forma de mitigar as disparidades de distribuição de recursos, proposta sugerida como possibilidade de implementação nas políticas do novo Plano Nacional de Educação.

Embora a legislação seja explícita em face das obrigações quanto à educação, ainda não temos no Brasil uma política definida que garanta a qualidade na educação. As mudanças ocorridas nas políticas educacionais nas duas últimas décadas têm sustentado a ideia de que devemos centralizar a maior parte dos recursos na educação básica. A tese de que sem uma sólida educação básica não se criam as condições para um sistema de ensino eficiente é comum a muitos estudiosos e educadores.

No entanto, o progresso e o avanço na qualidade da educação, principalmente na educação básica, passam por uma série de mudanças, notadamente no plano de investimentos públicos que, embora estejam sendo discutidas e transformadas em dispositivos legais, não apresentam os resultados que são esperados, como mostram diversos estudos.

A constituição e a trajetória histórica das políticas educacionais no Brasil, em especial os processos de organização e gestão da educação básica nacional, têm sido marcadas hegemonicamente pela lógica da descontinuidade, por carência de planejamento de longo prazo que evidenciasse políticas de Estado em detrimento de políticas

conjunturais de governo. Tal dinâmica tem favorecido ações sem a devida articulação com os sistemas de ensino, destacando-se, particularmente, gestão e organização, formação inicial e continuada, estrutura curricular, processos de participação, conforme Dourado (2007). O posicionamento do referido autor nos ajuda a entender que a retórica da suficiência tem se mostrado vazia, e as mudanças no perfil dos investimentos em educação no Brasil têm ocorrido lentamente.

É importante destacar, também, que estudiosos em educação têm feito questionamentos não apenas no âmbito das políticas já consolidadas, mas também naquelas que se apresentam como mais recentes nos atuais planos e programas educacionais de governo, a exemplo do novo Fundo de Investimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB). A qualidade da educação não esteve presente nas políticas desses fundos, ao contrário, em ambos os fundos, as políticas são as mesmas e a qualidade da educação está colocada em um nível inferior na escala de prioridades para os gastos públicos em educação.

CONCLUSÃO

A partir da década de 1990, o Estado brasileiro desenvolveu uma série de reformas no setor educacional. Nesta direção, os estados nacionais foram convocados a assumirem novos papéis, em decorrência dos princípios de descentralização, constantes nas propostas para a educação pública que os tornam unidades administrativas com vista à execução de políticas traçadas pelo poder central. Tais princípios são os responsáveis diretos por implantar políticas que promovam a valorização dos profissionais do magistério e a melhoria dos indicadores educacionais de aprendizagem.

Contudo, as orientações para este processo e a destinação dos recursos financeiros permanecem sob responsabilidade do Governo Federal. Essas orientações incidem no trabalho docente em alguns aspectos específicos: na insuficiência de recursos para equalizar questões de formação e remuneração, bem como na melhoria da infraestrutura, das condições de trabalho e na disponibilidade de recursos materiais.

As reformas educacionais a partir de 1995, com o governo FHC, ficaram mais notáveis pela população em geral, sobretudo com a demonstração dos grandes índices alcançados em termos de acesso

aos diferentes níveis de ensino e da reorganização do sistema educacional promovida a partir da LDB, a criação do FUNDEF, a criação do PNE e as Diretrizes Curriculares.

Com esses programas, o ensino no Brasil ficou caracterizado pela democratização e universalização, políticas estas com o objetivo de superar os baixos índices de escolaridade, oportunizando a todos a oferta da educação básica dentro dos parâmetros mínimos de qualidade. Na política educacional desse período, influenciado pelos princípios da globalização e pelas políticas neoliberais, começou-se assistir mudanças que, segundo o governo, seriam necessárias para o desenvolvimento do país, em particular do ensino no Brasil. As privatizações se expandiram na área educacional. Um dos reflexos mais visíveis desse processo foi a criação e a expansão de universidades privadas presenciais e a distância.

Assim, as políticas educacionais, no Brasil, demonstram sua centralidade na hegemonia das ideias liberais sobre a sociedade, como reflexo do forte avanço do capital sobre a organização do trabalho. A intervenção de mecanismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, aliada à dependência do governo brasileiro à economia mundial, repercute de maneira decisiva sobre a educação, com a continuidade, tanto no governo Fernando Henrique quanto no governo Lula, de uma política já antiga utilizada pela União e pelos Estados: a oferta de cursos de aperfeiçoamento para professores em exercício nas redes públicas.

Notou-se na pesquisa que os programas que objetivaram formar os profissionais da educação, na sua maioria, foram estabelecidos pelo Ministério da Educação com o intuito de capacitar para corrigir uma defasagem específica da educação infantil, das séries iniciais do ensino fundamental e do ensino médio. No entanto, o que fica evidente é a falta de ação do Estado, como uma política escolhida, para que se concretize essa valorização nos sistemas de ensino. Isso pode demonstrar o reconhecimento do potencial de transformação que a educação exerce nesse cenário de contradições, de desigualdades e de tentativa de manutenção da estrutura social vigente.

Levando em consideração os dados analisados neste trabalho, algumas reflexões tornam-se importantes, destacando-se como característica do Estado a sua dificuldade na gestão e implantação de

políticas que venham a melhorar a educação e a valorizar os profissionais da educação.

Somam-se ainda a estas discussões questões que estão colocadas no sentido da culpabilização pelo fracasso do sistema no que se refere a indicadores de aprendizagem dos alunos. O Estado, por sua vez, se exime dessa obrigação, alegando que não há como concretizar políticas de valorização dos professores por falta de recursos financeiros, retomando-se o debate sobre a responsabilização do governo federal no apoio em implementar reformas para a execução por parte do estados.

Eis o grande desafio para as novas diretrizes que orientem o processo de valorização dos profissionais da educação básica: articular um discurso politicamente referenciado na realidade local com as possibilidades técnicas e políticas de sua materialização, tendo como foco a superação das questões apresentadas.

REFERÊNCIAS

ARELARO, L. R. G. Financiamento e qualidade da educação brasileira: algumas reflexões sobre o documento “Balanço do primeiro ano do Fundef – Relatório MEC”. In: ARELARO, L. R. G. **Financiamento da educação básica**. Campinas: Autores Associados; Goiânia: UFG, 1999.

AZEVEDO, J. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

BALL, S. J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul/dez., 2001. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em: 15 nov. 2012.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação (CONAE). Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/>. Acesso em: 5 nov. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). 2007. Disponível em: <http://portalideb.inep.gov.br/>. Acesso em: 29 out. 2012.

BRASIL. Presidência da república. Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. **Lei n. 9.394/96 de Diretrizes e bases da Educação Brasileira**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 30 out. 2012.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica o Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, Especial, p. 921-946, out. 2007.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO PIAUÍ. **Regimento Secretaria Estadual da Educação e Cultura**. Teresina: SEDUC, s.d. Disponível em: <https://educ.pi.gov.br/institucional/regimento/2/>. Acesso em: 30 out. 2012.

SILVA, E. K. C.; SILVA, M. S. P. As mudanças no mundo do trabalho na sociedade contemporânea e seus impactos na formação do trabalhador. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL "O ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS", 5. **Anais eletrônicos...** Uberlândia: UFU, 2009. p. 1-19. Disponível em: <http://www.simpósioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/AP05.pdf>. Acesso em: 30 out. 2012. na gestão pública que objetivam o desenvolvimento da educação que se apresenta defasada, por falta de ações contundentes que equalize a educação nacional, mas que enseja um processo emancipatório. O fato de o Brasil ser um país continental de grandes proporções não deve mais ser desculpa para o grande hiato educacional perceptível nas regiões brasileira, principalmente nos estados do Norte e Nordeste do país.

REFERÊNCIAS

BARRETO, A. M. **Relatório de identificação dos principais avanços e obstáculos à promoção da equidade na educação básica e profissional no Brasil**. Brasília, DF, 2007.

BECKER, F. **Educação e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BERTERO, C. O. Réplica 2 - o que é um ensaio teórico? Réplica a Francis Kanashiro Meneghetti. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá. v.15, n. 2, p. 338-342, mar./abr. 2011.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRITZEN, S. J. Relações Humanas Interpessoais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

MATURANA, H. Cognição, ciência e vida cotidiana. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MOREIRA, M. A. A teoria da aprendizagem significativa e sua implementação em sala de aula. Brasília: Editora da UnB, 2006.

SAVIANI, D. Da Nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

GESTÃO DO CONHECIMENTO NA PERSPECTIVA DA MEMÓRIA ORGANIZACIONAL

KNOWLEDGE MANAGEMENT FROM THE PERSPECTIVE OF ORGANIZATIONAL MEMORY

Sângela Medeiros de Lima Carvalho¹⁹

RESUMO

Propomos, neste artigo, uma reflexão mais acurada sobre a gestão do conhecimento na perspectiva da memória organizacional. Desse modo, optamos por uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, a partir de dados gerados no fichamento de artigos, livros, periódicos e sites da internet sobre o tema. Mesmo considerando que as organizações produzem insumos documentais, informacionais e de conhecimento, cujos registros em repositórios constituem a memória da organização, se estes não forem aclarados, trabalhados, e aplicados, não farão diferença para a gestão organizacional. Partindo desse pressuposto é que tomamos como foco a gestão de conhecimento, uma vez que esta, apesar de favorecer a tomada de decisão nos ambientes organizacionais de maneira eficiente, é tema basilar de nosso estudo de Tese. Esperamos, com este estudo, contribuir para que novas pesquisas sejam realizadas, sobretudo de maneira aplicada.

Palavras-chave: Gestão do Conhecimento. Gestão Organizacional. Memória Organizacional.

ABSTRACT

In this article, we propose a more accurate reflection on knowledge management from the perspective of organizational memory. Thus, we opted for a qualitative research, exploratory and bibliographic, based on data generated in the record of articles, books, periodicals and internet sites on the subject. Even considering that organizations produce documentary, informational and knowledge inputs, whose records in repositories constitute the organization's memory, if these

¹⁹ Doutoranda do Doutorado Interdisciplinar em Memória Social e Bens Culturais, do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais, da Universidade LaSalle/Canoas/RS. E-mail: smlc@faest.com.br.

are not clarified, worked on, and applied, they will not make a difference for organizational management. Based on this assumption, we focus on knowledge management, as this, despite favoring efficient decision-making in organizational environments, is a basic theme of our Thesis study. We hope, with this study, to contribute for new research to be carried out, especially in an applied manner.

Keywords: Knowledge Management. Organizational Management. Organizational Memory.

INTRODUÇÃO

A produção científica sobre a valoração da gestão do conhecimento organizacional na perspectiva da memória organizacional tem sido bastante ampliada no cenário científico brasileiro, apontando diferentes aspectos que merecem uma análise mais acurada. Dentre os aspectos que se sobressaem no âmbito organizacional, os dados, as informações e os conhecimentos gerados nesse contexto são indispensáveis no manutenção e desenvolvimento da memória organizacional, uma vez que se prestam, a partir do gerenciamento, como alicerces das tomadas de decisão de maneira profícua e eficiente.

De acordo com o estudo de Nascimento e Pazin-Vitoriano (2017), mesmo considerando que as organizações produzam insumos documentais, informacionais e de conhecimento, cujos registros em repositórios constituem a memória da organização, se estes não forem aclarados, trabalhados, e aplicados, não farão diferença para a gestão organizacional. Segundo os autores, “[...] Atribuir o devido valor estratégico ao conteúdo informacional, como no caso do conhecimento organizacional, estreitamente relacionado com a memória, resultará em benefícios para as empresas de diversas maneiras” (NASCIMENTO; PAZIN-VITORIANO, 2017, p. 203).

Assim, percebemos a necessidade de um estudo que possibilite apresentar a importância da gestão do conhecimento no âmbito das organizações quanto à criação de seu conhecimento organizacional, e como este pode influenciar na atuação dos profissionais da informação que precisam e/ou devem estar atentos às demandas da Sociedade da Informação e do Conhecimento, podendo resultar na construção de novas informações e conhecimentos.

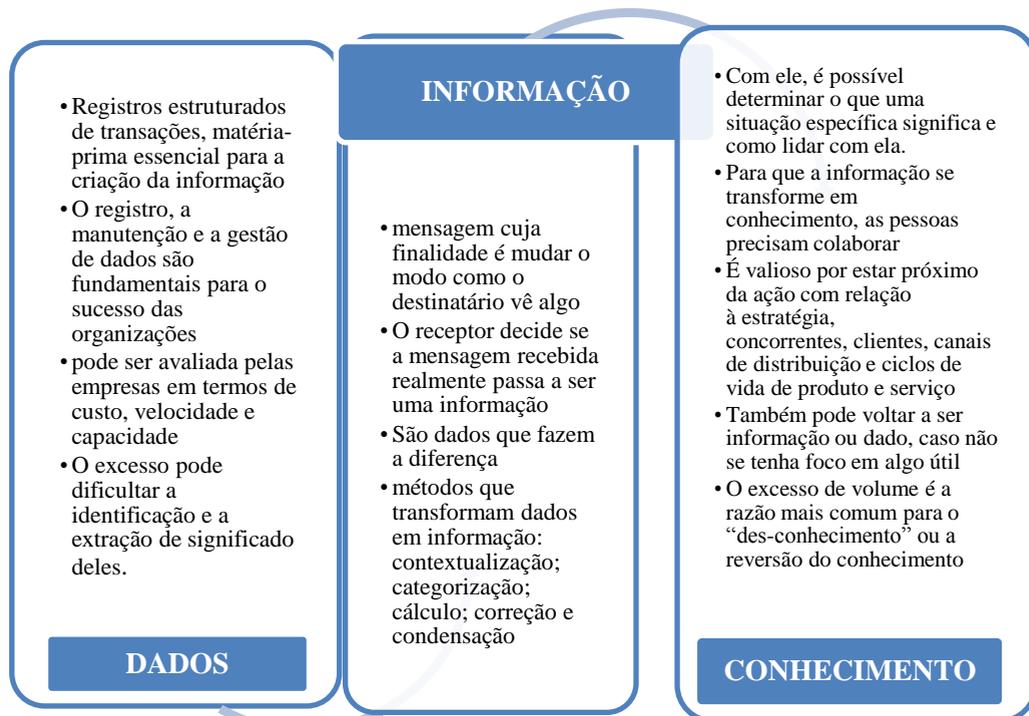
Partindo desses pressupostos, é que tomamos como foco dessa investigação a gestão de conhecimento, uma vez que esta, apesar de favorecer a tomada de decisão nos ambientes organizacionais de maneira eficiente, é tema basilar de nosso estudo de Tese. Assim, justificamos a realização deste estudo, cujo interesse se deu a partir da seguinte problematização: Até que ponto investir na gestão do conhecimento, na perspectiva da memória organizacional, contribui para formação competitiva e inovadora? Na possibilidade de respostas para o problema de pesquisa, nos propomos a discorrer, por meio dos fundamentos teóricos, sobre a criação do conhecimento na perspectiva da gestão do organizacional. Esperamos, com este estudo, contribuir para que novas pesquisas sejam realizadas, sobretudo de maneira aplicada.

Como pesquisa de natureza qualitativa, de cunho exploratório e bibliográfico, este estudo parte de conhecimentos já elaborados, constituídos principalmente de livros e artigos científicos. Iniciamos com uma abordagem geral sobre a gestão no âmbito das organizações a partir de documentos, da informação e do conhecimento. Em seguida, enfocamos na importância da teoria da criação do conhecimento organizacional – modelo CECI, para a compreensão da inovação. Na Conclusão, apresentamos algumas Considerações Finais, seguidas das referências.

ESTUDO SOBRE “DADOS” E “INFORMAÇÃO” PARA O TRABALHO LIGADO À GESTÃO DO CONHECIMENTO

Iniciemos com a abordagem descritiva de Valentim (2018) no seu e-book “Gestão do Conhecimento: entenda o conceito e descubra por que aplicá-lo na sua empresa faz toda a diferença para os negócios”. Nele, o economista ressalta a necessidade de um estudo conceitual sobre “dados” e “informação” para o trabalho mais significativo ligado à gestão do conhecimento.

Figura 1 – Mapeamento cognitivo, extraído de Valentim (2018)



Fonte 1 –Elaborado pela autora, extraído de Valentim (2018)

Segundo Valentim (2018), a valoração do conhecimento em uma Organização é tão notória, que estas estão contratando Especialistas, pois estes, como detentores de um conhecimento especializado, têm o “[...] benefício de olhar e entender novas situações e eventos e reconhecer padrões [...]”. As empresas investem em experiência, tanto que estão contratando especialistas. O Gestor, então, conhecedor da importância do conhecimento da vida real organizacional, acaba dando a vaga para aquele que tiver mais experiências reais.

A partir dos pressupostos levantados por Valentim (2018), para que o conhecimento traga vida e crescimento às Organizações é importante que ele interaja com o meio ambiente, “[...] as pessoas precisam colaborar[...]”, já que este vai saber julgar novas situações e informações por meio de normas práticas, que são atalhos, segundo o autor, para soluções de novos problemas que foram previamente solucionados. Ocorre, no entanto, assevera o autor, que se o conhecimento não for empregado em algo útil, pode regredir, transformando-se em simples informações ou dados.

Pela própria exigência de mercado, a competitividade, conforme Valentim (2018), torna-se cada vez mais acirrada. As empresas que desejam se destacar precisam criar um diferencial a fim de alcançar uma melhor posição. Para tanto, devem se conscientizar da importância da inovação em relação aos seus concorrentes. A inovação, segundo o Economista, é uma das armas mais poderosas no diferencial competitivo das organizações, para se afirmarem no mercado. Faz-se necessária, pois, a valorização do capital humano (BRAMBILLA; SOUZA; KAERCHER, 2014), com seus conhecimentos, capacidades, competências e criatividade capazes de fazer a organização permanentemente competitiva por meio da inovação.

Assim, muitos estudiosos do assunto admitem a ampla preocupação das empresas em Gerenciar seus conhecimentos, fato que amplia as ações e estratégias ligadas à Gestão do Conhecimento (VON KROGH; ICHIO; NONAKA, 2000; BUKOWITZ; WILLIAMS, 2007; FIGUEIREDO, 2006; ANGELONI, 2008; PINHEIRO, 2016; VALENTIM, 2018).

Conforme Bukowitz e Williams (2002), a Gestão do Conhecimento, como um conjunto de metodologias e tecnologias, visa criar condições para identificar, integrar, capturar, recuperar e compartilhar o conhecimento existente nas organizações. O conhecimento seria, pois, uma mistura de vários elementos: fluido, como também formalmente estruturado, intuitivo, e por isso difícil de ser entendido em termos lógicos. O conhecimento existe na mente dos conhecedores. Nas organizações, costuma ser encontrado em rotinas, processos, práticas e normas organizacionais, e não só em documentos ou repositórios (DAVENPORT; PRUSAK, 1998 *apud* VALENTIM, 2018, p. 14).

Para Cianconi (2013, p. 114), “a Gestão do Conhecimento é uma atividade que objetiva facilitar a criação do conhecimento, o aprendizado, a inovação, e se propõe a gerenciar o ambiente, o contexto organizacional em que se produz conhecimento, [...]”. É, conforme Angeloni (2008, p. 2), “[...] um conjunto de processos que governa a aquisição, a criação, o compartilhamento, o armazenamento e a utilização de conhecimento no âmbito das organizações”. Logo, a Gestão do Conhecimento é um conjunto de atividades que afetam de maneira positiva a criação do conhecimento, visando à capacitação

para o conhecimento, por meio de um processo dinâmico (VON KROGH; ICHIJO; NONAKA, 2000).

Figura 2 – Organização do Capital Organizacional



Fonte 1 – Elaborado pela autora, extraído de Valentim (2018)

Observado o esquema cognitivo acima, percebemos que o conhecimento de uma empresa resulta no seu capital intelectual, na sua memória, intercambiado entre os capitais humano, estrutural e o de clientes. Ressalta Valentim (2018) a necessidade de adequar suporte tecnológico na aprendizagem coletiva e no compartilhamento de conhecimento.

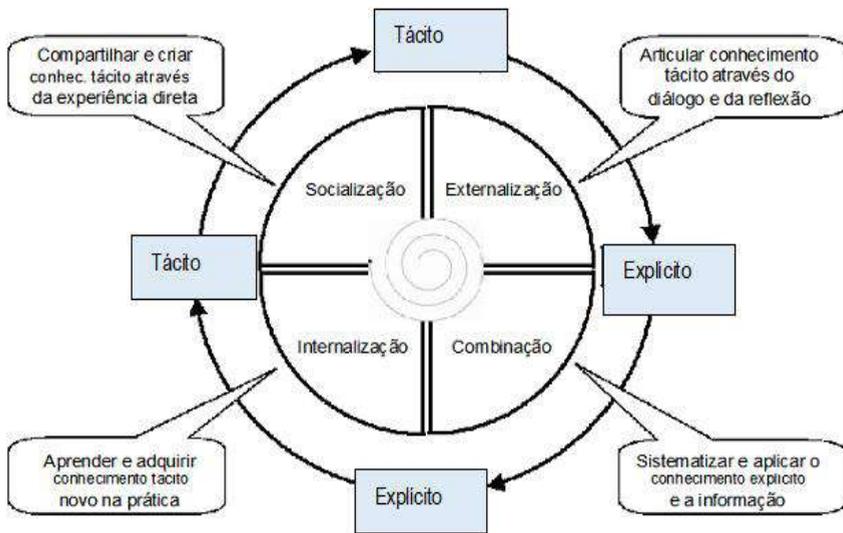
Alguns pesquisadores, como Figueiredo (2006), alertam para a necessidade de se valorar a gestão do conhecimento pelas organizações, já que estas são uma importante alternativa no estabelecimento de uma estratégia diferenciada para ampliar a competitividade. No entanto, adverte o autor para a necessidade de se realizar uma GC críticos aos negócios para que não sejam despendidos esforços desnecessários.

Compreendemos, pois, que na Gestão do Conhecimento, são necessários o compartilhamento e disseminação do conhecimento na Organização de forma crítica, a fim de trazer mudanças e inovações benéficas com vantagens competitivas para todo tipo de empresa, não importando porte, setor econômico ou ramo de negócio.

CRIAÇÃO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL – MODELO CECI

A gestão do conhecimento tem como objetivos principais adquirir e manter a vantagem competitiva. Para tanto, várias Teorias da criação do conhecimento foram retratadas. Abordamos, neste artigo, a Teoria de Takeuchi e Nonaka (2008), extraída da pesquisa de Barros e Salles (2013, p. 38) ao descreverem a criação do conhecimento organizacional como uma interação contínua e dinâmica entre conhecimento tácito e explícito.

Figura 3 – Espiral do conhecimento – Modelo SECI



Fonte: Adaptado de Takeuchi e Nonaka (2008)

A interação mencionada pelos autores Takeuchi e Nonaka (2008)²⁰ responde pelos diferentes modos de conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito, e vice-versa, que, por sua vez, são compelidos por desencadeadores, criando o chamado Espiral do Conhecimento, ou modelo SECI (Socialização,

²⁰ O modelo SECI, criado por pelos professores japoneses Ikujiro Nonaka, declarado pelo *Wall Street Journal* em 2008 como um dos pesquisadores mais influentes no pensamento da área de negócios; e Hirotaka Takeuchi, descrito pela *BusinessWeek* como um dos dez melhores professores de Gestão de programas de educação no mundo. Disponível em: <https://blogtek.com.br/modelo-seci-gestao-do-conhecimento/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

Externalização, Combinação, Internalização), ilustrado na Figura 3 acima.

Com bases nos pressupostos apreendidos, podemos concluir que é bastante complexa a formulação e comunicação do conhecimento tácito, uma vez que este está na mente das pessoas. No entanto, uma vez internalizados, incluem modelos mentais do mundo, fazem analogias em suas mentes, tanto de imagens do real, do vivido, quanto do futuro. Quanto à transmissão do conhecimento explícito, este só se dá em linguagem formal e sistemática.

Vale ressaltar que a socialização isolada do conhecimento constitui uma forma limitada de criação, daí a necessidade de ser explícito para ser alavancado por toda organização. No mesmo sentido, informações explícitas de coisas novas também não ampliam a base de conhecimento da empresa. Lembremo-nos, pois, de Nascimento e Pazin-Vitoriano (2017), citado anteriormente, quando ressaltam que a inovação só surge quando há interação entre os conhecimentos explícito e tácito.

Assim, coadunamos com os autores quando afirmam que a articulação dos modelos tácitos e explícitos são primordiais para a criação de novos conhecimentos. Porém, os dois são complementares. Afinal, a interação entre eles permite identificar quatro modos de conversão do conhecimento: socialização, externalização, combinação e internalização.

O primeiro desencadeador do conhecimento é a socialização. Esta é a fase do compartilhamento de experiências, interações com colegas e ensinamentos diários. É a parte da assimilação do conhecimento tácito, resultante de experiências pessoais compartilhadas. Ressalta Valentim (2018) que a externalização é a chave para a criação do conhecimento, convertendo o conhecimento tácito em explícito. Um bom exemplo seriam as Metáforas e analogias. A combinação caracteriza-se pela transformação de conhecimento explícito em conhecimento explícito, envolvendo a combinação de conjuntos diferentes de conhecimentos explícitos (documentos, reuniões, conversas ao telefone ou redes de comunicação computadorizadas). A internalização consiste na conversão do explícito em tácito (*know-how* compartilhado, modelos mentais e experiências) (VALENTIM, 2018).

Por serem temas relevantes e ainda pouco explorados, a gestão do conhecimento voltado para memória organizacional, para inovação

e competitividade, precisa ser explorada em mais pesquisas e estudos que possibilitem novas descobertas para o campo científico, bem como para as Organizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo apostando na importância do conhecimento como recurso vital para o bom desempenho de uma organização, ainda há aquelas que ignoram a compreensão de que o bom gerenciamento dos conhecimentos, de forma dinâmica e partilhada, pode ampliar as vantagens competitivas sustentáveis para as empresas.

Procuramos com este estudo refletir acerca da gestão de conhecimento, como elemento favorável à eficiência na tomada de decisão nos ambientes organizacionais. Assim, nos propomos a discorrer, por meio de fundamentos teóricos, sobre a gestão do conhecimento na perspectiva da memória organizacional.

Diante desse cenário, verificamos que as organizações devem estar atentas para fazer boas e novas condutas de gestão que possam atender as demandas das atividades diárias. É, pois, primordial investir na inovação organizacional para que sejam reutilizados as experiências, as habilidades, o conhecimento organizacional, e, para que isso aconteça, faz-se importante à adoção de práticas de gestão de maneira eficaz e eficiente. Vale ressaltar, portanto, que todos (funcionários, gestores e clientes) têm sua parcela de responsabilidade por gerar ou criar dados e informações benéficas, a fim de facilitar e ajudar na criação de melhores soluções para a empresa.

É perceptível a preocupação dos estudiosos com a valorização e investimentos no capital intelectual da organização. No entanto, ainda se faz necessário que haja maior divulgação e conscientização dos funcionários envolvidos sobre a importância de compartilhar o conhecimento, pois a empresa que aproveita o conhecimento dos funcionários e conscientiza a todos da importância de compartilhar esse conhecimento, se sobressai no mercado, trazendo reconhecimento dos clientes e dos funcionários. Uma empresa que entende e pratica a Gestão do Conhecimento é uma empresa que tem um diferencial competitivo. Assim, sugerimos que se adotem novas pesquisas que envolvam essas temáticas, principalmente em estudos aplicados.

REFERÊNCIAS

- ANGELONI, M. T. (org.). **Organizações do conhecimento: infraestrutura, pessoas e tecnologia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BARROS, E.; SALLES, E. K. M. A criação do conhecimento organizacional: um estudo de caso no Museu Histórico Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato. **Revista de Ciências Gerenciais**. V. 17, nº 26, p. 35-44, 2013.
- BRAMBILLA, F. R.; SOUZA, C. H.; KAERCHER, A. R. Implantação da gestão por competências: análise qualitativa no departamento industrial de uma fabricante de cigarros. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, v. 1, n. 2, p. 39-59, 2014.
- BUKOWITZ, W. R.; WILLIAMS, R. L. **Manual de gestão do conhecimento: ferramentas e técnicas que criam valor para a empresa**. Tradução: Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 2. ed. rev. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- CIANCONI, R. B. A Gestão de Documentos, da Informação e do Conhecimento: contextualização e especificidades. *In*: CIANCONI, R. B.; CORDEIRO, R. I. N.; ALMEIDA, C. H. M. (org.). **Gestão do conhecimento, da informação e de documentos em contextos informacionais**. Niterói: PPGCI/UFF, 2013.
- FIGUEIREDO, S. O que há de mais humano na gestão. **Revista da Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento**, v. 1, n. 1, p. 11-13, ago. 2006.
- NASCIMENTO, N. M.; PAZIN-VITORIANO, M. C. C. P. O estudo da produção documental e a memória organizacional em ambientes empresariais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 202-227, jan./abr. 2017.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. Teoria da criação do conhecimento organizacional. *In*: TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. **Gestão do conhecimento**. Tradução: Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2008. p. 54-90.
- VALENTIM, C. R. S. Gestão do Conhecimento: o que é e por que aplicá-la na sua empresa. Humantech – Gestão do conhecimento.

2018. Disponível em: <https://www.oconhecimento.com.br/gestao-do-conhecimento/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

VON KROG, G.; ICHIJO, K.; NONAKA, I. **Enabling knowledge creation**: how to unlock the mystery of tacit knowledge and release the Power of innovation. Oxford: Oxford University Press, 2000.

INTERNAÇÃO E MORTALIDADE POR QUEDAS EM IDOSOS EM PEDREIRAS – MA DE JANEIRO DE 2008 A MARÇO 2021

HOSPITALIZATION AND MORTALITY DUE TO FALLS IN ELDERLY IN PEDREIRAS – MA FROM JANUARY 2008 TO MARCH 2021

Thagila Stéfany da Rocha Lima Moraes²¹

Thayanne Lima machado²²

Francisco Mayron de Sousa e Silva²³

RESUMO

Temas relacionados aos idosos tem ganhado destaque no cenário atual, nos últimos anos, a partir da constatação do crescimento do número de pessoa com idade avançada em relação às outras faixas etárias. Países em desenvolvimento não se mostram preparados para esse crescimento. No processo de prevenção de quedas em idosos, o auxílio multidisciplinar tem ganhado grande importância, com cuidados simples, como prevenção da saúde e prevenção de quedas, promoção da segurança dentro e fora do domicílio, além da revisão de medicação pode minimizar a frequência de quedas. O objetivo desta pesquisa é caracterizar o perfil epidemiológico da internação e mortalidade por quedas em idosos no município de Pedreiras – MA entre 2008 e 2021. Trata-se de um estudo ecológico de séries temporais sobre internação e mortalidade por quedas em idosos na cidade de Pedreiras – MA, no período de 2008 a 2021. A partir dos dados obtidos, foi possível observar que na última década houve um total de 17 idosos internados por quedas em Pedreiras-MA. Podemos destacar que os anos de 2011 (17,65%), 2013 (17,65%) e 2018 (17,65%) foram os anos que apresentaram mais frequências de internações, enquanto nos anos de 2012 (0,00%), 2016 (0,00%) e 2019 (0,00%) não foram registradas nenhuma internação por quedas. De acordo com os dados observados, foi possível verificar a necessidade de serem realizadas ações na cidade de Pedreiras-MA voltadas para a conscientização dos idosos, para orientar as famílias e para investigar o risco de quedas na comunidade, protegendo a saúde dos idosos atendidos e

²¹ Acadêmicas do Curso de Fisioterapia da Faculdade de Educação São Francisco - FAESF. Pedreiras, Maranhão – Brasil.

²² Acadêmicas do Curso de Fisioterapia da Faculdade de Educação São Francisco - FAESF. Pedreiras, Maranhão – Brasil.

²³ Mestre em Engenharia de Materiais (PPG-EM/IFPI). Docente do Curso de Bacharelado em Fisioterapia. Faculdade de Educação São Francisco - FAESF. Pedreiras, Maranhão – Brasil. E-mail: fmss@faesf.com.br.

cooperando para reduzir o impacto negativo na família e nos gastos com saúde pública.

Palavras-chaves: Fisioterapia. Idoso. Acidentes por Quedas.

ABSTRACT

Themes related to the elderly have gained prominence in the current scenario, in recent years, from the observation of the growth in the number of elderly people in relation to other age groups. Developing countries are not prepared for this growth. In the process of preventing falls in the elderly, multidisciplinary assistance has gained great importance, with simple care such as health prevention and falls' prevention, promotion of safety inside and outside the home, in addition to medication review can minimize the frequency of falls. The objective of this research is to characterize the epidemiological profile of hospitalization and mortality from falls in the elderly in the city of Pedreiras - MA between 2008 and 2021. This is an ecological study of time series on hospitalization and mortality from falls in the elderly in the city of Pedreiras - MA, in the period from 2008 to 2021. From the data obtained it was possible to observe that in the last decade, a total of 17 elderly people were hospitalized due to falls in Pedreiras-MA. We can highlight that the years 2011 (17.65%), 2013 (17.65%) and 2018 (17.65%) were the years that presented the most hospitalizations, while in 2012 (0.00%), 2016 (0.00%) and 2019 (0.00%), no hospitalizations for falls were recorded. According to the observed data, it was possible to verify the need to carry out actions in the city of Pedreiras-MA aimed at raising the awareness of the elderly, guiding families, and investigating the risk of falls in the community, protecting the health of the elderly attended and cooperating to reduce the negative impact on family and public health expenditures.

Keywords: Physiotherapy. Elderly. Accidents due to falls.

INTRODUÇÃO

Temas relacionados aos idosos tem ganhado destaque no cenário atual, nos últimos anos, a partir da constatação do crescimento do número de pessoa com idade avançada em relação à outra faixa etária, mas países em desenvolvimento, como o Brasil, não se mostram preparados para esse crescimento e, muitas vezes, o idoso é tratado na faixa etária de adulto sem considerar que ele se encontra em fase diferenciada (FONSECA; RIZOTTO, 2008).

A população de idosos no Brasil vem crescendo, com um aumento da expectativa de vida, sobretudo, devido às ações de saúde pública, como vacinação e saneamento básico e aos avanços médico-

tecnológico, e, além disso, aos processos de urbanização e planejamento familiar que acarretaram uma significativa redução da fecundação, resultando em crescimento da proporção de pessoas com idade acima de 60 anos (NÓBREGA; KARNIKOWSKI, 2005).

O envelhecimento é uma consequência do acúmulo de alterações moleculares e celulares, trata-se do declínio das capacidades físicas e mentais que leva a aumento da probabilidade de desenvolver doenças. No entanto, embora seja visto como algo natural, com o passar do tempo podem surgir mudanças funcionais e estruturais, resultando no enfraquecimento da saúde, da sexualidade, alterações corporais, isolamento, e diminuição ou perda da atividade. Em vista disso, com as alterações fisiológicas evidentes nessa fase ocorre o acréscimo do número de traumas por fatores externos, mais especificamente quedas entre idosos (SOUTO *et al.*, 2021).

A estimativa é que 30% das pessoas com mais de 65 anos caiam pelo menos uma vez ao ano, e essas quedas representam para saúde pública um grave problema, devido principalmente a suas conseqüentes complicações e ao comprometimento da condição física do idoso, aumentando a procura por serviço de urgência e emergência (CUNHA; PINHEIRO, 2016). O fator “queda” está entre os principais motivos de internações no Brasil na população idosa, tornando-se um problema de saúde pública em ascensão.

Tal fato pode ser explicado pela fragilidade aliada a fatores extrínsecos, tais como má iluminação e piso escorregadio, que fazem com que as quedas tenham conseqüências significativas na saúde física e psicológica dos idosos. E entre os principais fatores vinculados à mortalidade, após a ocorrência de quedas em idosos, estão a idade e as comorbidades, tendo em vista que o óbito não está ligado diretamente à queda, mas pelas suas conseqüências. No processo de prevenção de quedas em idosos, o auxílio multidisciplinar tem ganhado grande importância. Cuidados simples, como prevenção da saúde e prevenção de quedas, promoção da segurança dentro e fora do domicílio, além da revisão de medicação, pode minimizar a frequência de quedas (SIQUEIRA *et al.*, 2007).

Dentre os diversos membros da equipe multidisciplinar, a atuação do fisioterapeuta vem crescendo e ganhando grande importância na prevenção de quedas em idoso, através de orientações para a prática de atividade física, alongamentos, fortalecimento muscular, equilíbrio, reduzindo assim as incapacidades e limitações e proporcionando maior independência dos idosos, desenvolvendo, dessa forma, atividades que estimulem hábitos saudáveis,

proporcionem organização no ambiente domiciliar, e a qualidade de vida, resultando na diminuição o risco de quedas (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

Diante disso, o trabalho referido tem como objetivo caracterizar o perfil epidemiológico da internação e mortalidade por quedas em idosos no município de Pedreiras – MA entre janeiro de 2008 e março de 2021.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo ecológico de séries temporais sobre internação e mortalidade por quedas em idosos na cidade de Pedreiras – MA, no período de janeiro de 2008 a março de 2021. Nesse tipo de estudo pode-se comparar a ocorrência da doença ou condições relacionadas à saúde e a exposição de interesse entre agregados de indivíduos, como populações de países ou regiões, para verificar uma possível existência de associação entre elas (LIMA-COSTA; BARRETO, 2003).

O campo de investigação terá como base a população idosa da cidade de Pedreiras – MA, classificados por sexo e faixa etária. O município de Pedreiras está inserido na Mesorregião Centro Maranhense, dentro da Microrregião Médio Mearim, com uma área de abrangência de 288 km² e população estimada em 2019 de 39.229 habitantes, e densidade demográfica [2010] de 136,77 habitantes por km² (IBGE, 2019).

A cidade se limita, ao Norte, com o município de São Luís Gonzaga do Maranhão; ao Sul, com os municípios de Joselândia e São José dos Brasília; a Leste, com os municípios de Lima Campos e Santo Antônio dos Lopes; e a Oeste, com os municípios de Esperantinópolis, Poção de Pedras, Bernardos do Mearim e Trizidela do Vale (CORREIA FILHO, 2011).

A população do estudo será constituída por todos os casos de internações e óbitos de idosos por quedas no Município de Pedreiras – MA, no período de janeiro de 2008 a março de 2021, notificados pelo Sistema de Internações Hospitalares (SIH/SUS).

Para a realização da pesquisa, utilizou-se os dados secundários obtidos através de bancos de dados de domínio publico, Sistema de Internações Hospitalares do SUS, SIH/SUS, referentes ao número de Internações de Idosos por quedas no Município de Pedreiras – MA. Segundo Lima-Costa e Barreto (2003), os dados secundários têm sido

utilizados para monitorar a qualidade da assistência hospitalar prestada ao idoso.

Os dados serão obtidos através de consulta à base de dados do Sistema de Internações Hospitalares (SIH/SUS), nas informações de saúde sobre internações e morbidade, que são disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Na coleta, foram utilizados os seguintes códigos da décima revisão da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10): W19.0 – W19.9, que correspondem a quedas sem especificação.

As informações relacionadas à mortalidade foram obtidas através do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), disposto no banco de dados do DATASUS. Como procedimento para a coleta dos dados no sistema, foram utilizados com seguintes parâmetros: Local: Nordeste; Região Maranhão; Microrregião: Médio Mearim; Município: Pedreiras; Ano: 2008-2018; Unidade Federativa: Maranhão; Região da Saúde: Médio Mearim; Estatística: Número de casos; Cor/Raça: Todos; Idade: maiores de 60 anos; Escolaridade: Todos; Sexo: Todos.

O DATASUS criou o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) para obter dados de rotina sobre a taxa de mortalidade do país. Desde a criação do SIM, tem sido possível obter dados de mortalidade de forma abrangente para subsidiar as diversas áreas da gestão da saúde pública. A partir dessas informações, pode-se realizar uma análise da situação, planejamento e avaliação das ações e planos da região.

As informações obtidas do sistema através do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) foram classificadas e agrupadas para uma melhor análise dos dados. A análise estatística dos dados foi realizada de forma descritiva, utilizando os programas SPSS® Estatística 20.0 para o Windows e Excel® da Microsoft®.

Os estudos descritivos determinam a distribuição de doenças ou condições relacionadas à saúde, segundo o tempo, o lugar e/ou as características dos indivíduos, podendo se utilizar de dados secundários (dados pré-existent de mortalidade e hospitalizações, por exemplo) e primários (dados coletados para o desenvolvimento do estudo) (LIMA-COSTA *et al*, 2003). Os dados foram tabulados, transformados em porcentagens e apresentados na forma de tabelas e gráfico.

Esse estudo irá utilizar dados de domínio público referentes ao número de internações e mortalidade referentes a DPOC, entre os anos de 2009 a 2019. Este projeto está de acordo com a Resolução nº466/2012, que abordam diretrizes e normas regulamentadoras sobre a pesquisa, envolvendo seres humanos.

Mesmo sendo obrigatória a submissão deste trabalho ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), este trabalho de pesquisa está amparado na resolução nº510/2016, a qual trata especificamente de ética, envolvendo projetos de pesquisas relacionados a seres humanos, trabalhos sociais e que utilizam organização e métodos específicos e particulares. Baseado nesta resolução, trabalhos de pesquisa que utilizam dados secundários de domínio público são isentos de registro e julgamento realizado pelo CEP.

RESULTADOS

De acordo com os dados obtidos pelo DATASUS, foi possível destacar os seguintes resultados. A tabela 1 descreve a frequência de internações por quedas em idosos no período de 2008 à 2021.

Tabela 1. - Frequência de internações por quedas na cidade de Pedreiras - MA de janeiro de 2008 à março de 2021.

| Ano | Internações | |
|--------------|---------------------|---------------------|
| | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
| 2008 | 0 | 0,00 |
| 2009 | 0 | 0,00 |
| 2010 | 1 | 5,88 |
| 2011 | 3 | 17,65 |
| 2012 | 0 | 0,00 |
| 2013 | 3 | 17,65 |
| 2014 | 2 | 11,76 |
| 2015 | 2 | 11,76 |
| 2016 | 0 | 0,00 |
| 2017 | 2 | 11,76 |
| 2018 | 3 | 17,65 |
| 2019 | 0 | 0,00 |
| 2020 | 1 | 5,88 |
| Total | 17 | 100,00 |

Fonte: Autoria própria, 2021.

A partir dos dados obtidos, foi possível observar que na última década houve um total de 17 idosos que foram internados por quedas em Pedreiras-MA. Podemos destacar que os anos de 2011 (17,65%), 2013 (17,65%) e 2018 (17,65%) foram os anos que apresentaram mais frequências de internações, enquanto nos anos de 2012 (0,00%), 2016 (0,00%) e 2019 (0,00%) não foram registrados nenhuma internação por quedas.

A tabela 2 apresenta dados que descrevem a frequência de idosos com internações por quedas, sendo na instituição privada (5,88%) apresentando um percentual abaixo do setor público que é de 58,82%, e 35,29% foram ignorados, podemos perceber então que a maioria das internações foi no setor publico, o que mostra que o setor publico apresenta uma maior acessibilidade.

Tabela 2. - Frequência do regime de atendimento de internações por quedas na cidade de Pedreiras - MA de janeiro de 2008 à março de 2021.

| Setor | Frequência absoluta | Frequência relativa |
|--------------|----------------------------|----------------------------|
| Público | 10 | 58,82 |
| Privado | 1 | 5,88 |
| Ignorado | 6 | 35,29 |
| Total | 17 | 100,00 |

Fonte: Autoria própria, 2021.

A tabela 3 apresenta dados que descrevem a frequência de internações de acordo com a etnia. A maior frequência de quedas se fez mais presentes em pessoas da etnia parda 58,82%, enquanto da etnia branca (0,00%) não foi registrado nenhum caso.

Tabela 3. - Frequência da etnia das internações por quedas na cidade de Pedreiras - MA de janeiro de 2008 à março de 2021.

| Etnia | Frequência absoluta | Frequência relativa |
|----------------|----------------------------|----------------------------|
| Preta | 1 | 5,88 |
| Parda | 10 | 58,82 |
| Branca | 0 | 0,00 |
| Amarela | 5 | 29,41 |
| Sem informação | 1 | 5,88 |
| Total | 17 | 100,00 |

Fonte: Autoria própria, 2021.

Podemos identificar na tabela 4 que a maior frequência de internações decorrentes de quedas ocorreu em indivíduos do sexo feminino (58,82%) dos casos.

Tabela 4. Frequência dos sexos das internações por quedas na cidade de Pedreiras - MA de janeiro de 2008 à março de 2021.

| Sexo | Frequência absoluta | Frequência relativa |
|--------------|----------------------------|----------------------------|
| Masculino | 7 | 41,18 |
| Feminino | 10 | 58,82 |
| Total | 17 | 100,00 |

Fonte: Autoria própria, 2021.

A tabela 5 descreve que todas as internações por quedas deram entrada no setor de atendimento a casos de urgências.

Tabela 5. - Frequência do caráter de atendimento de internações por quedas na cidade de Pedreiras - MA de janeiro de 2008 à março de 2021.

| Setor | Frequência absoluta | Frequência relativa |
|--------------|----------------------------|----------------------------|
| Eletivo | 0 | 0,00 |
| Urgência | 17 | 100,00 |
| Ignorado | 0 | 0,00 |
| Total | 17 | 100,00 |

Fonte: Autoria própria, 2021.

Diantes dos dados referentes à faixa etária, a tabela 6 mostra que a maioria das internações aconteceram com idosos com a idade entre 65 e 69 anos (29,41%), nas demais faixas etárias apresentaram a mesma frequência.

Tabela 6. Frequência da faixa etária das internações por quedas na cidade de Pedreiras - MA de janeiro de 2008 à março de 2021.

| Setor | Frequência absoluta | Frequência relativa |
|--------------|----------------------------|----------------------------|
| 60 a 64 anos | 4 | 23,53 |
| 65 a 69 anos | 5 | 29,41 |
| 70 a 74 anos | 4 | 23,53 |

| | | |
|----------------|-----------|---------------|
| 80 anos e mais | 4 | 23,53 |
| Total | 17 | 100,00 |

Fonte: Autoria própria, 2021.

A tabela 7 mostra que somente nos anos de 2008 (50%) e 2009 (50%) foram resgistrados casos de óbitos em idosos decorrentes de queda, sendo 1 caso a cada ano. Os demais anos não foram registrados nenhum caso.

Os dados obtidos são correspondentes dos anos de 2008 a 2019, não apresentando registros dos anos de 2020 e 2021, esse cenário mostra que há uma necessidade de uma alimentação do sistema de forma mais efetiva, pois é através desses dados que podemos identificar em que circunstâncias precisam ser realizadas ações de saúde.

Tabela 7. - Frequência de mortalidade por quedas na cidade de Pedreiras - MA de janeiro de 2008 à dezembro de 2019*.

| Ano | Óbitos | |
|--------------|---------------------|---------------------|
| | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
| 2008 | 1 | 50,00 |
| 2009 | 1 | 50,00 |
| 2010 | 0 | 0,00 |
| 2011 | 0 | 0,00 |
| 2012 | 0 | 0,00 |
| 2013 | 0 | 0,00 |
| 2014 | 0 | 0,00 |
| 2015 | 0 | 0,00 |
| 2016 | 0 | 0,00 |
| 2017 | 0 | 0,00 |
| 2018 | 0 | 0,00 |
| 2019 | 0 | 0,00 |
| Total | 2 | 100,00 |

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2021.

DISCUSSÃO

Como o envelhecimento populacional é um fenômeno mundial, o número de agravos causados por diversos fatores atinge a população idosa, entre eles, as quedas, que vêm aumentando o número de internações e, com a assistência e gestão de recursos médicos, os

custos hospitalares também são elevados, gerando altos custos ao sistema de saúde, além das complicações e consequências adversas para os idosos e seus familiares (CAVALCANTE *et al.*, 2020).

A análise dos dados disponíveis no DATASUS revelou aumento significativo da variação das taxas de internação por quedas no município de Pedreiras – MA, sendo registradas um total de 17 internações por quedas entre os anos de 2008 e 2021, mostrando com maior frequência principalmente nos anos de 2011, 2013 e 2018. Ao analisar as faixas etárias, as populações de 65 a 69 anos foram as que mais deram entrada a internação por queda.

Isso pode acontecer com maior frequência pelo fato de os idosos serem frágeis e vulneráveis, se tornando suscetíveis a sofrer com as ameaças ambientais, mesmo mínimas. O grau de risco depende muito das capacidades funcionais. Por exemplo, pequenos vincos no tapete ou fios no chão no ambiente são um problema sério para os idosos que se arrastam. Manobras posturais e ambientais de fácil execução e superação por idosos saudáveis estão fortemente associadas a quedas em pessoas com distúrbios do equilíbrio e da marcha. Idosos fracos caem durante atividades rotineiras, aparentemente sem riscos (caminhar, carregar), geralmente em ambientes fechados, em ambiente familiar e conhecidos (MARINHO *et al.*, 2020).

Corsinovi *et al.*, (2009) realizaram um estudo a fim de analisar ‘fatores de riscos, quedas e os desfechos de hospitalização em pacientes idosos, internados em uma unidade geriátrica’. No estudo foram incluídos 340 homens e 280 mulheres admitidos em uma enfermaria geriátrica de um hospital universitário. As seguintes variáveis foram avaliadas: dados demográficos, história clínica, principal doença responsável pela hospitalização, comorbidade (escala de classificação cumulativa de doenças: CIRS 1 e 2) marcha e déficit de equilíbrio (Escala de Tinetti), cognição/função (questionário de estado mental portátil curto: SPMSQ); e atividades da vida diária: AVD. No decorrer do estudo foram identificadas incidências de fatores e características de quedas. Obteve-se, no geral, 80 quedas em 70 pacientes, que tiveram um longo período de internação, mostrando que fatores de riscos contribuem para estes acidentes e por isso a importância em conhecimento, planejamento e elaboração de estratégias na vida destes indivíduos (CORSINOVI *et al.*, 2009)

Segundo Loon *et al.* (2019), em um estudo realizado para

analisar “a prevalência e o impacto das quedas em pacientes idosos em diálise: Estudo de resultados de pacientes idosos frágeis em diálise”, a maioria da população idosa se torna frágil em fase de diálise, com maior predisposição a sofrerem quedas em maior frequência no seu dia a dia. As incidências das quedas são comparáveis entre os grupos de idosos em fase de hemodiálise e pacientes em diálise peritoneal assistida. O Diabetes possui uma grande influência relacionada as quedas anteriores, sendo associadas a novas possíveis quedas nos pacientes idosos portadores de fragilidades (SOARES *et al.*, 2015).

Loon *et al.* (2019) afirmam que existem nas literaturas elevados números de casos de morbimortalidade de idosos, sendo que grande parte dos casos de fragilidade estão diretamente ligadas as quedas, aumentando os riscos de incapacidade funcional, internações, e mortalidade, gerando altos custos ao sistema único de Saúde.

Podemos associar as internações por quedas porque o indivíduo, quando chega à vida sênior, pode apresentar redução da força de prensão, perda de peso e fadiga com a sarcopenia, Duarte *et al.* (2019) citam essas características como resultado do processo de envelhecimento humano, que pode levar à perda de massa e força muscular. Essa situação pode levar à diminuição do equilíbrio, diminuição da agilidade e, conseqüentemente, quedas. A diminuição da velocidade de caminhada também pode estar relacionada à sarcopenia ou à diminuição da propriocepção e das habilidades vestibulares, o que prejudica o equilíbrio. No entanto, as vulnerabilidades associadas às quedas incluem diminuição da força de prensão e fadiga (ROSSETIN *et al.*, 2016).

Os idosos costumam vivenciar um grande número de quedas e conseqüente hospitalização, pois, devido ao declínio lento e progressivo do sistema nervoso e muscular, a resposta reflexa fica prejudicada. As respostas dos idosos à velocidade e precisão são mais lentas e, quando se tornam desequilibradas, retardam a seletividade dessas respostas, inibindo as respostas automáticas de equilíbrio. Para contrabalançar os efeitos do desequilíbrio, aplicam respostas protetoras em pequenos passos, como se estivessem caminhando em busca do centro de gravidade sem poder alcançá-lo. Ao se deparar com obstáculos, o idoso não levanta os pés o suficiente ao caminhar, pois a amplitude de movimento do pé é restrita e a força muscular diminui, aumentando a probabilidade de tropeçar e cair (VEY *et al.*,

2016).

As quedas podem causar sérios problemas para os indivíduos, como fraturas, lesões de tecidos moles, contusões, luxações, escoriações na pele, lesões musculares e do sistema nervoso, perda da capacidade de realizar atividades diárias, aumento do medo de caminhar e sofrer outra queda, podendo levar à hospitalização e, nos casos mais graves, pode resultar em morte. Devido a isso, são considerados um dos principais motivos de internação de pessoas com 60 anos ou mais no Brasil. Segundo dados do IBGE, de 2019, 30% dos idosos apresentam problemas decorrentes de quedas no Brasil (CONFORTIN *et al.*, 2020)

Além de sequelas, as quedas também podem causar lesões secundárias, como medo de cair, limitações funcionais, perda da autoconfiança e recorrência de quedas, o que intensifica o círculo vicioso. A queda da própria altura geralmente causa fraturas nos membros e na pelve, seguidas pela cabeça e pescoço. Porém, quando sua altura é maior, além das lesões citadas, muitas vezes atingem a face, pulmões ou tórax e abdômen (STOLT *et al.*, 2020).

Diante deste cenário, surgem varios questionamentos e desafios que requerem novas pesquisas e reflexões para atender às demandas. Neste contexto e de acordo com a faixa etária, as questões que mais se fazem presentes são aspectos relacionados às comorbidades e distúrbios que surgem com a idade, com ênfase na instabilidade postural e quedas, síndromes geriátricas que envolvem mudanças de aspectos essenciais na vida do idoso, estabelecendo assim um dos principais problemas de saúde pública, devido à alta incidência e complicações de saúde do idoso, promovendo custos assistencias ao serviço de saúde.

Sabe-se que o aumento do número de quedas em idosos pode comprometer sua saúde e prejudicar sua qualidade de vida. Além de fraturas, traumatismos cranianos e risco de morte, as quedas reduzem as habilidades de realizarem as atividades de vida diárias e a funcionalidade, reduzem a qualidade de vida e aumentam as hospitalizações. Isso resulta em elevados custos econômicos e sociais para o sistema de saúde, principalmente quando há danos físicos que impedem o idoso de ter independência individual e a necessidade de atendimento especializado no domicílio ou em instituições de longa permanência (CAVALCANTI *et al.*, 2021).

A maioria das internações por quedas, do município de pedreiras-MA, tem os custos direcionados para o setor público. Como descrito na pesquisa, a maioria das internações deu entrada no setor de urgência do sistema único de saúde (SUS).

De acordo com Brasil (2011), foram registradas 973.015 internações por motivos externos, representando 8,6% do total das internações pagas (SUS), e o custo foi equivalente a 1 bilhão de reais no ano de 2011. Em 2013, 151.683 pessoas morreram no Brasil por causas externas, ocupando o terceiro lugar entre as principais causas de morte de adultos. Entre os motivos externos, as quedas são um dos principais motivos de internação no Brasil. Segundo a Organização Mundial da Saúde, 28% a 35% das pessoas com mais de 65 anos sofrem algum grau de queda a cada ano.

Nesse caso, destaca-se a importância da integralidade da atenção como um dos pilares do SUS, pois é necessário fortalecer o atendimento pré-hospitalar e também as redes de urgências e emergências, por serem importantes sistemas de portal para usuários que sofrem acidentes graves ou moderados.

Os cuidados hospitalares, realizados pelos serviços de fisioterapia, ortopedia, neurologia e geriatria, devem ser otimizados para atender às necessidades crescentes de idosos vítimas de quedas, realizando treinamento para usar a marcha auxiliar com segurança para minimizar a permanência no hospital, e estimulando a marcha e função precoce, e a independência, o que definitivamente reduzirá o número de complicações e mortes. Ao mesmo tempo, é necessário preparar um centro especial de reabilitação para absorver as necessidades dos pacientes idosos com quedas acidentais que necessitam de fisioterapia, terapia ocupacional e outros serviços, ou seja, a rede de cuidado à pessoa com deficiência é essencial para a integralidade na assistência para as vítimas de quedas (STOLT *et al.*, 2020).

Os dados encontrados referentes à ocorrência de queda ser maior em mulheres do que homens não foram diferentes dos apresentados em estudo de Smith *et al.* (2017), que mostram que, em comparação com os homens, as mulheres têm maior probabilidade de cair, e essa diferença é explicada por características fisiológicas, estrutura óssea e muscular, alterações hormonais relacionadas à menopausa e realização de múltiplas tarefas.

As causas das quedas em idosos podem ser diferentes e relacionadas. Fatores responsáveis por eles foram classificados na literatura como internos, ou seja, devido a alterações fisiológicas relacionadas ao envelhecimento, doenças e efeitos relacionados a drogas, e fatores externos, dependentes de circunstâncias sociais e ambientais que representam desafios para os idosos. Marinho *et al.* (2020) descrevem em sua pesquisa que os problemas com o meio ambiente são causados por eventos pontuais que representam um risco para os idosos, principalmente aqueles que já apresentam certo desequilíbrio e distúrbio da marcha. As causas mais comuns também foram problemas ambientais, nos quais tropeções e escorregões foram responsáveis por 59% das causas de quedas, e problemas com degraus, por 12%.

As quedas são consideradas um fenômeno que pode ocorrer tanto para homens quanto para mulheres, portanto, a fisioterapia pode fornecer intervenções eficazes para prevenir isso. Vários estudos têm mostrado a eficácia de programas de fisioterapia preventiva relacionados às quedas, nos quais vários métodos têm sido propostos, resultando em melhorias significativas no equilíbrio, força muscular, amplitude de movimento, marcha e função. Desta forma, o risco de queda é reduzido (SILVA *et al.*, 2019).

Levando em consideração a relevância do declínio da capacidade de vida diária dos idosos, os dados apresentados mostram a importância da prevenção com a fisioterapia. O fisioterapeuta inserido na atenção básica terá mais uma opção de realização de atividades educativas voltadas à prevenção de quedas, envolvendo mulheres e homens idosos.

Diante dessa realidade, é preciso buscar promover estratégias para manter o estado físico e funcional dos idosos, e esforçar-se para garantir que eles permaneçam independentes e autônomos pelo maior tempo possível. Para prevenir as quedas em idosos, é necessário formular planos de prevenção, orientar os riscos e oferecer diferentes programas de exercícios físicos, incluindo treinamento de equilíbrio, força e flexibilidade, para garantir as habilidades físicas e funcionais da população. No entanto, ainda é necessário que os profissionais atuem de forma interdisciplinar e multiprofissional para definir e tornar as ações mais solucionáveis (SILVA *et al.*, 2019).

Os dados referentes aos óbitos acometidos em idosos decorrentes de queda apresentaram números baixos comparados aos

descritos na literatura, no qual só foram registrados 2 óbitos dentro do período de 2008 a 2019, e não foram encontrados registros dos últimos anos de 2020 e 2021. É possível que haja erro de informação no estudo, principalmente relacionado aos dados de óbitos, devido à subnotificação dos óbitos, à incompletude das AIH, e aos problemas com o fluxo dos dados e sua consolidação no Data SUS.

Devido aos episódios de quedas entre os idosos nem sempre serem identificados, por motivos como a subnotificação no autorrelato dos idosos por esquecimento, ou mesmo por não chegarem a procurar um serviço em saúde, é extremamente importante mudar o ambiente familiar para reduzir os riscos, além de ser necessário promover a saúde e prevenir doenças e incapacidades do idoso para minimizar o risco de quedas (MIGUEL *et al.*, 2018).

Recomendamos expandir os recursos humanos para apoiar e gerenciar esses sistemas de informação, de modo que todas as equipes percebam a importância da integridade dos dados para melhorar a confiabilidade dos registros. Um programa contínuo e intensivo de prevenção e reabilitação de quedas deve ser mantido no outono e inverno para aperfeiçoar as funções e reduzir as quedas acidentais e suas hospitalizações e mortes resultantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou algumas limitações. A variação na qualidade de registros dos sistemas de informação no qual foram coletados os dados, no decorrer da realização da coleta, apresentou dificuldades que podem ter influenciado nos resultados observados. Esses dados são de extrema relevância para pesquisadores da área da gerontologia e saúde do idoso, apontando a importante necessidade na atenção a internações e óbitos por causas evitáveis, como a queda.

Faz-se necessária a alimentação do sistema de formas mais frequente para que esses dados se tornem cada vez mais próximo da nossa realidade, pois assim haverá uma facilidade na identificação dos principais problemas e na realização de estratégias para resolvê-los.

De acordo com os dados observados, foi possível verificar a necessidade de serem realizadas ações na cidade de Pedreiras-MA voltadas para a conscientização dos idosos, além de orientar as famílias e investigar o risco de quedas na comunidade, protegendo a saúde dos idosos atendidos e cooperando para reduzir o impacto negativo na família e nos gastos com saúde pública.

Fisioterapeutas são profissionais fundamentais nas atividades de saúde, por exemplo, na realização de estratégias de promoção com orientações quanto aos riscos de quedas, prevenção, reabilitação, bem como pela oferta de diferentes programas de exercício físico, com treino de equilíbrio, força e flexibilidade a fim de garantir as habilidades físicas e funcionais para essa população. Levando em consideração a mortalidade e a morbidade devido à frequência de quedas, é importante a atuação desses profissionais de forma interdisciplinar e multiprofissional, diretamente com essa população, para que possa mudar essas estatísticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Saúde Brasil 2011**: uma análise da situação de saúde e a vigilância da saúde da mulher. Brasília: Editora do Ministério da Saúde; 2012.

CAVALCANTI, R.; *et al.* Internação e mortalidade por quedas em idosos no Rio Grande do Norte – Estudo de série temporal. **Revista Brasileira de Pesquisa em Ciências da Saúde**, v. 7, n. 14, p. 77–84, 2020.

CONFORTIN, S.; *et al.* Internação por queda em idosos residentes em Florianópolis, em Santa Catarina e no Brasil: tendência temporal 2006-2014. **Caderno de Saúde Coletiva**, v. 28, n. 2, p. 251-259, 2020.

CORREIA FILHO, F. L. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, Estado do Maranhão**: relatório diagnóstico do município de Pedreiras. Teresina: CPRM, 2011.

CORSINOVI, L.; *et al.* Predictors of falls and hospitalization outcomes in elderly patients admitted to an acute geriatric unit. **Archives of Gerontology and Geriatrics**, v. 49, n. 1, p. 142–145, 2009.

CUNHA, P.; PINHEIRO, L. P. O papel do exercício físico na prevenção das quedas nos idosos: uma revisão baseada em evidências. **Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar**, n. 32, p. 96-100, 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpmgf/v32n2/v32n2a03.pdf>. Acesso em: 14 out. 2020.

DUARTE, G. P.; *et al.* Relação de quedas em idosos e os componentes de fragilidade. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. São Paulo, v. 21, supl. 2, e180017, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2018000300414&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 nov. 2020.

FONSECA, F. B.; RIZZOTTO, M. L. F. Construção de instrumento para avaliação sócio-funcional em idosos. **Texto e contexto enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 365-373, abr-jun, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v17n2/20.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Idosos indicam caminhos para uma melhor idade. **Revista Retratos**, Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/24036-idosos-indicam-caminhos-para-uma-melhor-idade.html>. Acesso em: 18 nov. 2020.

LACERDA, K. A.; LAMEIRAS, F. S.; SILVA, V. V. Avaliação da biodegradação de matrizes porosas à base de hidroxiapatita para aplicação como fontes radioativas em braquiterapia. **Química Nova**, [S. l.], v. 32, n. 5, p. 1216–1221, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422009000500025&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 18 jul. 2017.

LIMA-COSTA, M. F.; BARRETO, S. M. Tipos de estudos epidemiológicos: conceitos básicos e aplicações na área do envelhecimento. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 189–201, 2003.

LOON, I. N.; *et al.* The prevalence and impact of falls in elderly dialysis patients Frail elderly Patient Outcomes on Dialysis (FEPOD) study. **Archives of Gerontology and Geriatrics**, v. 83, p. 285–291, 2019.

MARINHO, C. *et al.* Causas e consequências de quedas de idosos em domicílio. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 3, p. 6880-6896, may/jun. 2020.

MIGUEL, M.; *et al.* Acidentes por quedas domiciliares em pessoas idosas: uma revisão integrativa. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, [S. l.], v. 10, n. Especial, p. 142–146, 2018. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/7629>. Acesso em: 18. jul. 2020.

NÓBREGA, O. T.; KARNIKOWSKI, M. G. O. A terapia medicamentosa no idoso: cuidados na medicação. **Ciência & Saúde Coletiva**. Brasília-DF, v. 10, n. 12, p. 309-313, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a08v10n2.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

OLIVEIRA, H. M. L.; *et al.* Fisioterapia na Prevenção de Quedas em Idosos: revisão de literatura. **Revista Interdisciplinar de Estudos Experimentais**, v. 9, n. 1, p. 43-47, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/riee/article/view/24040>. Acesso em: 15 out. 2020.

ROSSETIN, L. L. *et al.* Indicators of sarcopenia and their relation to intrinsic and extrinsic factors relating to falls among active elderly women. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 399–414, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-98232016019.150028>. Acesso em: 21 jun. 2021.

SILVA, M.; NIEROTKA, R.; FERRETTI, F. Quedas em idosos: uma realidade complexa. **FisiSenectus**. Ano 7, n. 1, p. 1-2, jan/jun, 2019.

SIQUEIRA, F. V.; *et al.* Prevalência de quedas em idosos e fatores associados. **Revista de Saúde Pública**. Pelotas- RS, v. 41, n. 5, p.749-56, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v41n5/6188.pdf>. Acesso em: 14 de out de 2020.

SOARES, D. S.; MELLO, L. M. de; SILVA, A. S. da; NUNES, A. A. Análise dos fatores associados a quedas com fratura de fêmur em idosos: um estudo caso-controle. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 239–248, 2015.

SOUTO, H. C. *et al.* Scientific production on physical activity and fall prevention involving elderly people: a bibliometric study / Produção científica sobre atividade física e prevenção de quedas em idosos: estudo bibliométrico. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, [S. l.], v. 13, p. 205–213, 2021. Disponível em: <http://seer>.

unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/8231. Acesso em: 24 jun. 2021.

STOLT, L. R.; *et al.* Internação hospitalar, mortalidade e letalidade crescentes por quedas em idosos no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 54-76, 2020.

VEY, A. P.; *et al.* Quedas e frequência de internação e mortalidade em idosos no Brasil e Rio Grande do Sul. **Fisioterapia Brasil**, v. 17, n. 6, p. 559-565, 2016.

O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA EM UMA ESCOLA PÚBLICA EM JOSÉ DE FREITAS-PI

THE ROLE OF SCHOOL MANAGEMENT IN THE CONSTRUCTION OF THE INCLUSIVE SCHOOL IN A PUBLIC SCHOOL IN JOSÉ DE FREITAS-PI

Viviane Aparecida Gomes de Sousa²⁴

Ana Maria da Mata Almeida²⁵

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre o papel que a gestão escolar exerce no processo de inclusão de alunos com NEE de uma escola da Rede Pública de ensino. Desse modo, essa pesquisa traz como problemática: quais ações a gestão escolar realiza para desenvolver a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular? Com base nessa problemática, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar as ações desenvolvidas pela gestão escolar para a inclusão dos alunos com NEE no ensino regular, e, como objetivos específicos, compreender sobre a inclusão dos alunos com NEE no ensino regular, discutir as competências da gestão na construção do processo de educação inclusiva e levantar questionamentos a respeito do processo de formação de professores para atuar com alunos com NEE. Para o referencial teórico do estudo contou-se com a contribuição de alguns pesquisadores, como: Mantoan (2006), Sage (1999), Luck (2002), e outros. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo, com abordagem qualitativa, com o uso de um questionário contendo cinco perguntas abertas. Participaram desta pesquisa três profissionais: o Diretor, o Coordenador Pedagógico e o Professor. De modo geral, os resultados mostraram que ainda falta muito para que a escola atenda com qualidade as necessidades dos alunos especiais. É necessário comprometimento e envolvimento da gestão em eliminar barreiras na perspectiva inclusiva e promover subsídios à organização da escola e às práticas pedagógicas realizadas pela equipe escolar para que a inclusão seja uma realidade e não apenas uma exigência da lei.

²⁴ Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia. E-mail: vivigomes2015@hotmail.com.br

²⁵ Doutora do Programa de Pós-Graduação em História – UNISINOS/RS, Professora/Coordenadora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão – FAESF/MA, Professora do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – FAESF/MA.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Escola Inclusiva. Necessidades Educacionais Especiais.

ABSTRACT

This paper presents a reflection on the role that school management plays in the inclusion process of students with SEN from a school in the Public Education Network. Thus, this research raises the issue: what actions does school management carry out to develop the inclusion of students with special educational needs in regular education? Based on this issue, this research aims to analyze the actions developed by school management for the inclusion of students with SEN in regular education, and, as specific objectives, to understand about the inclusion of students with SEN in regular education, to discuss the management skills in the construction of the inclusive education process and raising questions about the process of training teachers to work with students with SEN. For the theoretical framework of the study, we counted on the contribution of some researchers, such as: Mantoan (2006), Sage (1999), Luck (2002), and others. This is a bibliographic and field research, with a qualitative approach, using a questionnaire containing five open questions. Three professionals participated in this research: the Director, the Pedagogical Coordinator, and the Teacher. In general, the results showed that there is still a long way to go for the school to meet the needs of special students with quality. It is necessary commitment and involvement of the management in eliminating barriers from an inclusive perspective and promoting subsidies to the school organization and the pedagogical practices carried out by the school team so that inclusion is a reality, and not just a law requirement.

Keywords: School management. Inclusive School. Special educational needs.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atualmente, a legislação apresenta uma evolução nas políticas educacionais vigentes em nosso país dirigidas às pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) que tem como objetivo a promoção da igualdade entre os sujeitos, independente da distinção que possa ter.

Este estudo focaliza o papel da gestão escolar na construção de uma cultura escolar inclusiva. O tema inclusão está presente em todos

os lugares da sociedade atual, mas este estudo está restrito ao papel da gestão escolar, referente às inquietações sobre a inclusão escolar, no que se refere à inclusão de alunos com NEE.

Entende-se que a responsabilidade pela inclusão dos alunos com NEE não cabe apenas ao professor em sala de aula, mas também à gestão escolar, que coordena todas as atividades da instituição escolar, pois seu papel como articulador do projeto político pedagógico é fundamental no processo de inclusão escolar de alunos com NEE.

O papel da gestão escolar, frente à inclusão de estudantes com NEE nas escolas de ensino regular, é um assunto importante, uma vez que a educação especial tem garantia como dever do Estado, e sua realização deve ser assegurada, preferencialmente, na rede regular de ensino, por meio de atendimento educacional especializado, previsto no artigo 4, inciso III, da Lei nº 9.394/96, quando não houver possibilidade ao atendimento em classe comum, escolas ou serviços especializados para atendimento dos estudantes com NEE. A busca por uma escola para todos tem modificado cada vez mais as relações sociais, porém a realidade é que convivemos com práticas discriminatórias e de exclusão.

O presente trabalho se desenvolveu a partir de algumas inquietações, principalmente sobre como os estabelecimentos de ensino regular estão preparados e qualificados para receber e incluir o aluno com NEE, e de que forma isso acontece, se acontece por assistencialismo ou por estarem pedagógica e profissionalmente preparados.

Diante desses desafios, o presente estudo partiu do seguinte problema: quais ações a gestão escolar realiza para desenvolver a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular? Nesse sentido, este estudo teve como objetivo geral analisar as ações desenvolvidas pela gestão escolar para a inclusão dos alunos com NEE no ensino regular, e, como objetivos específicos, compreender sobre a inclusão dos alunos com NEE no ensino regular, discutir as competências da gestão na construção do processo de educação inclusiva e levantar questionamentos a respeito do processo de formação de professores para atuar com alunos com NEE.

A pesquisa realizada para o desenvolvimento deste estudo teve início com uma pesquisa bibliográfica na qual buscamos fundamentar teoricamente a investigação a partir das contribuições teóricas de

Mantoan (2003, 2006), Sage (1999), Luck (2002), Carvalho (2007), e outros que já discutiram, de maneira profunda e detalhada, o processo histórico pelo qual as pessoas com deficiência passaram. Os contextos de construção das políticas públicas de educação inclusiva no Brasil foram descritos por UNESCO (1994) e Torre (2001). Estes estudos serviram de base para compreensão da construção do paradigma educacional inclusivo. Realizou-se, posteriormente, pesquisa de campo na qual a coleta de dados foi por meio do questionário com perguntas abertas a um grupo de sujeitos compostos por três funcionários de uma escola pública do município de José de Freitas-PI.

O estudo realizado visou o aprofundamento dos estudos sobre os princípios democráticos que tratam da escola e educação inclusiva, no que tange o papel do gestor escolar e as ações que estão sendo desenvolvidas, buscando compreender esse processo e contribuir com algumas soluções que venham a fazer mudanças significativas aos problemas existentes no acolhimento e adaptação dos alunos com NEE no espaço escolar.

INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR

O conceito de Necessidades Educativas Especiais (NEE) surge, pela primeira vez, em 1978, com o relatório que ficou conhecido com o nome de “Warnock” em reconhecimento a Helen Mary Warnock que realizou uma investigação durante quatro anos numa escola de educação especial inglesa. Segundo este documento, “o conceito de necessidades educativas especiais engloba não só alunos com deficiências, mas todos aqueles que, ao longo do seu percurso escolar possam apresentar dificuldades específicas de aprendizagem” (WARNOCK, 1978, p. 36). Ela estudou e analisou grupos de crianças com deficiência e outras sem deficiência, chegando à conclusão de que, para ter dificuldades de aprendizagem, não necessariamente precisa ser uma criança deficiente, pois as crianças sem deficiência podem apresentar problemas na aprendizagem no decorrer do processo de escolarização.

Ao abordarmos o tema da inclusão de alunos com o conceito de NEE nos espaços escolares, é importante inferir que, para que este conceito seja uma realidade, é necessária a existência de um conjunto

de ações que garantam a participação de todos de forma igualitária. Para um melhor entendimento, segundo Félix (2007), as escolas, para serem inclusivas,

[...] devem reconhecer e responder as necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando [...] um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (FÉLIX, 2007, p. 19).

A inclusão implica, para além do acesso à educação no sistema regular de ensino, em que a escola precisa estar preparada para receber toda a diversidade de aluno, e assegurar a garantia do ensino de qualidade, permanência e participação do aluno em diversos contextos educacionais. A inclusão é, ainda, propiciar a educação para todos com direito a igualdade e equidade de oportunidades e, para a inclusão acontecer, não basta apenas a integração física do aluno na escola, mas fazer com que o direito do aluno com NEE, e de todos os outros indivíduos, à educação, seja um direito constitucional assegurado.

Nessa mesma linha de pensamento, Vygotsky (1993) ressalta que crianças com NEE devem estudar em escolas de ensino regulares, e que essas necessitam estar preparadas para receber todos os alunos que entram nela, pois “[...] se uma criança cega ou surda alcança o mesmo nível de desenvolvimento de uma criança normal, a criança com deficiência alcança esse nível de outro modo, por outro caminho, por outros meios” (VYGOTSKY, 1993, p. 6).

De acordo com o pensamento vygotkiano, entendemos que a comunidade escolar deve trabalhar em colaboração, colocando em prática estratégias que visem a aprendizagem de todos os alunos, independentemente das características apresentadas pelas crianças. É fundamental que percorram outros caminhos de acesso ao mundo ao seu redor e ao conhecimento, possibilitando seu desenvolvimento cognitivo de forma ampla, e toda a comunidade escolar deve estar ciente desse outro caminho a ser percorrido durante o processo de ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva, a inclusão escolar só ganhou relevância no cenário mundial após a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) que alargou o termo NEE que constava no relatório “Warnock”, que constitui um passo importante na área da educação especial. Esse documento propõe que as escolas regulares devem incluir as crianças

com NEE, numa pedagogia centrada na criança, a fim de atender as suas necessidades sem distinção, independentemente das diferenças e das dificuldades que cada um possa apresentar. Na Declaração, o princípio básico de inclusão escolar compreende que as escolas devem reconhecer e responder às diversas necessidades dos alunos e garantir-lhes a integração nas turmas de ensino regular e educação de qualidade, que proporcione aprendizagem, utilizando todas as estratégias mais adequadas disponíveis no espaço escolar.

A promoção da inclusão social vem sendo abordada, desde o século XX, após a assinatura da Declaração dos Direitos Humanos (1948), e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) expressa a sua opção por uma escola inclusiva, em que as escolas devem se ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras, proclamando ainda que:

As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro dessas necessidades; as escolas regulares, segundo as orientações inclusivas, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, constituindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos (UNESCO, 1994, p. 8).

Desta forma, pretende-se que a escola se adapte, criando as condições necessárias à especificidade de cada criança para melhor acolhê-la e atendê-la, condições essas na postura de atitudes e na mentalidade de todos que fazem parte da comunidade escolar, para aprender lidar com o heterogêneo e a conviver naturalmente com as diferenças. A Declaração de Salamanca deixa claro um dos seus objetivos, de que as crianças com NEE deixassem de ser alvo de exclusão nos espaços escolares, uma vez que podiam frequentar escolas de ensino regular, e que a escola se tornasse um espaço reformador e inclusivo, em uma sociedade com atitudes mais inclusivas, que proporcionasse uma educação de qualidade e adequada a todos.

A inclusão escolar da pessoa com NEE é um tema que se tornou bastante conhecido, seja no meio acadêmico, ou no sistema escolar, ou nos discursos oficiais, ou mesmo no senso comum, e é de grande relevância, uma vez que promove, segundo Ferreira (2007), a participação das minorias sociais em ambientes antes reservados

apenas àqueles que se enquadravam nos ideários preestabelecidos e perversos de força, beleza, riqueza, juventude, produtividade e perfeição. Podemos observar que as escolas vêm evoluindo no processo de inclusão, se ajustando a todas as crianças, pois todos podem aprender juntos, independentemente do perfil de funcionalidade que cada um pode mostrar.

Costa, Lima e Leite (2015) complementam, afirmando que a mudança de um sistema educacional, que se caracterizou durante muitos anos como tradicional por ser excludente e preconceituoso, para um sistema educacional que se comprometa efetivamente a incluir todos no âmbito escolar, com qualidade e eficiência, às necessidades educacionais de todos, inclusive às dos alunos que apresentam NEE, exige um processo complexo de formatação tanto do pensar da equipe educacional, como da prática cotidiana do ensino por parte do professor e dos demais.

A partir disso, tem-se observado uma evolução na sociedade, pois esta vem aceitando as diferenças e conseguindo viver momentos contrários ao preconceito e à discriminação daqueles que apresentam diferenças no espaço educacional e fora dele, assim contribuindo com que cresça a demanda por uma sociedade mais inclusiva, que possibilite as crianças com NEE a permanecer na escola, sentindo-se seguras e aptas para iniciar a aprendizagem e ter momentos de convívio social com os colegas.

O tema inclusão envolve também as intenções das práticas pedagógicas. Ferreira (2007) diz que a proposta de educação atual vigente ainda não oferece nem garante condições satisfatórias para que a inclusão aconteça efetivamente. Apesar disso, a autora constatou que a inclusão de todos na escola, independente de seu talento ou deficiência, traz benefícios para todos, pois o contato das crianças entre si reforça atitudes positivas, ajudando-as a aprender a serem sensíveis, a compreender, a respeitar e a crescer, convivendo com as diferenças e as semelhanças individuais entre seus pares.

Embora os espaços escolares não tenham as condições necessárias totalmente adequadas, já deram um grande passo em direção à educação inclusiva, e a cada dia vêm buscando se aperfeiçoar para melhor atender a todos os alunos com NEE. Como ressalta a Constituição Federal de 1988, no art. 206, ainda falta muito caminho a ser trilhado para atender os princípios de preparo e acolhimento desses alunos.

Portanto, ressaltamos, de forma resumida, as principais leis que enfatizam a inclusão dos alunos com NEE nos espaços educacionais. O artigo 3º, inciso IV, da Constituição Federal (1988), como também o artigo 205, deixa claro que a educação é um direito de todos, estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um princípio e, por fim, garante que esses alunos podem participar do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que deve acontecer no turno inverso da escolarização, que é diferente do ensino escolar, é prático e visa à formação do aluno com a utilização de recursos de tecnologia assistiva.

Nesse sentido, a lei nº 13.146 – Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (LBI) também aborda, no Capítulo IV, que o ensino deve ser inclusivo e de qualidade na educação em todos os níveis, se preocupando em atender à diversidade na escola e oferecer aos alunos condições de acesso, participação, aprendizagem, e outros.

O parecer CNE/CP nº 9 estabelece que a educação básica deve ser inclusiva para atender a política de integração dos alunos com NEE nas classes comum dos sistemas de ensino. Como referência internacional, a Declaração de Salamanca que já foi comentada em alguns parágrafos anteriores.

Embora saibamos das necessidades de ajustes do sistema educacional às condições das pessoas com NEE, os benefícios sociais desse processo inclusivo trazem resultados positivos, pois, desde que bem instrumentalizado, ajuda na construção do respeito às particularidades desses alunos e na conquista de ocupação do seu espaço na sociedade. Contudo, a inclusão dos alunos com NEE na educação é reconhecida como uma ação política, cultural, social e pedagógica em favor do reconhecimento do direito de todos a uma educação de qualidade e a um sistema educacional organizado e inclusivo.

AS COMPETÊNCIAS DA GESTÃO NA CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A definição de gestão é ampla, pois parte da ideia de agir, de chamar para si, de participar, analisar situações, tomar decisões e agir sobre elas, sempre no coletivo, com os demais que fazem parte do funcionamento da escola.

Segundo Luck (2002), a gestão, dentro do campo educacional, sofre mudança no conceito, passando a ser caracterizada pelo reconhecimento da participação dos indivíduos nas decisões, com a democratização do fazer pedagógico, objetivando resultados educacionais positivos, efetivos e significativos, para atender as diversidades dentro de suas singularidades, buscando a formação integral do indivíduo e, principalmente, a formação do cidadão, apto para efetivar seu papel na sociedade a todo o momento. Somente a partir das atitudes de cidadania constantes no espaço escolar e, sobretudo, em sala de aula, é que se terá uma geração de cidadãos participativos, envolvidos com o próprio bem-estar, assim como dos que estão ao seu redor, tendo atitudes de respeito ao próximo, independentemente das características apresentadas.

Nesse contexto, a gestão escolar tem grande importância, pois se depara, a cada dia, com muitas situações variadas, não somente educativas, mas também políticas e sociais, tais como: alunos com deficiência, com problemas familiares, psicológicos, com dificuldades de aprendizagem. Neste ambiente, a gestão é desafiada a atender com qualidade e dar respostas às necessidades de cada aluno. Toda essa heterogeneidade exige, da gestão escolar, muita organização, e uma atuação baseada na diversidade, com características inclusivas, para atender a todos considerando as atuais exigências sociais com qualidade e competência.

De acordo com Sage (1999, p. 135), “ao analisar a relação entre o gestor escolar e a educação inclusiva, reconhece que a prática dessa educação requer alterações importantes nos sistemas de ensino e nas escolas”. Para o autor, os gestores escolares são fundamentais nesse processo, pois têm uma participação importante, juntamente com a equipe e comunidade, para conseguir manter a estabilidade do sistema. As mudanças apontadas para a construção da escola inclusiva envolvem vários níveis do sistema administrativo, entre eles secretarias de educação, organização das escolas e procedimentos didáticos.

Diante dessa realidade, sabe-se que é fundamental o papel do gestor na mediação dos mecanismos para a promoção da educação inclusiva, dos procedimentos didáticos em sala de aula, e na organização da escola na busca da qualidade e transparência na gestão. Sabemos que o gestor escolar, que se propõe a atuar em uma prática inclusiva, envolve-se na organização das reuniões

pedagógicas, desenvolve ações relacionadas à acessibilidade universal, identifica e realiza as adequações curriculares, tomando providências administrativas necessárias para fazer acontecer a educação inclusiva de forma efetiva.

Para a realização da inclusão, Carvalho (2007, p. 153) aponta “alguns caminhos para a construção da escola inclusiva, valorização profissional dos professores, aperfeiçoamento das escolas e formação continuada para os professores e trabalho em equipe”. É importante destacar que as escolas inclusivas são para todos, e que é dever de todos em reconhecer, respeitar e atender as diferenças de cada um aluno que ingressa nos espaços escolares, de acordo com suas necessidades, independente de suas dificuldades apresentadas.

Para a inclusão ser efetivada, a gestão tem um papel primordial na acolhida dos alunos com NEE, mas, para que o atendimento seja eficiente, é necessário que a inclusão garanta a todas as crianças o acesso à aprendizagem por meio de todas as possibilidades de desenvolvimento que a escolarização oferece. Algumas mudanças são imprescindíveis, dentre elas a acessibilidade da infraestrutura, a introdução de recursos, de tecnologias assistivas e a oferta de profissionais capacitados na área da educação inclusiva para atender às diversidades no contexto escolar. Ainda nessa reflexão, ressalta-se que é fundamental, para a melhoria da escola, a valorização do trabalho desses professores pela sociedade, pois muita coisa boa que acontece nas salas de aula é por iniciativa deles, que têm compromisso e criatividade de encarar as adversidades, e colocam o seu papel de ensinar e o aprendizado dos alunos acima de tudo.

Outra contribuição da gestão para a inclusão é a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP), que deve ser construído com a participação de todos que fazem parte da comunidade escolar, pois ele orienta as atividades escolares, revelando a concepção da escola e as intenções da equipe escolar, visando também melhorar a qualidade do ensino oferecido pela escola, como a organização do trabalho pedagógico em sua totalidade.

De acordo com Veiga (1998, p. 11):

A escola e o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos. A palavra projeto traz a ideia de futuro, de vir-a-

ser, que tem como ponto de partida o presente daí a expressão “projetar o futuro”.

O gestor tem, no PPP, uma ação orientada pela intencionalidade, pois este tem um sentido explícito, de um compromisso e responsabilidade, e, no caso da escola, de um acordo coletivamente firmado, e, especificamente neste caso, um objetivo a ser inserido no PPP é a questão do trabalho com a inclusão dos alunos com NEE em todos os sentidos.

Sendo assim, Veiga (1998, p. 14) afirma:

O projeto político pedagógico está ligado à organização do trabalho em dois níveis: organização da escola como um todo e como organização da sala de aula (...) ressalta, ainda que o projeto político pedagógico busque a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade.

Compreende-se que o Projeto político Pedagógico – PPP não visa apenas à organização formal, mas a uma qualidade de todo o processo vivido e, para isto, o gestor precisa seguir os princípios norteadores deste PPP que são, segundo o autor: garantir a igualdade de condições e permanência de todos os alunos na escola; ensino de qualidade para todos; gestão democrática que abrange as dimensões pedagógica administrativa e financeira; liberdade que está associada à autonomia; e o de valorização do magistério. Todos eles, que fazem parte da discussão do PPP, possibilitam o pleno desenvolvimento dos alunos com necessidades Educacionais Especiais – NEE.

Nessa perspectiva, o papel da gestão é de importância vital em cada nível, e diferentes níveis de pessoas estão envolvidos, e tem sido um grande desafio escolar para provocar as mudanças necessárias, e desenvolver um papel de facilitação para, junto à comunidade, encorajar as experiências de novos comportamentos e reforçar as tentativas para fazer acontecer, realmente, a inclusão.

Sage (1999, p. 129) ainda acrescenta que, para que a inclusão ocorra na escola, é fundamental que o gestor abra espaços para promover o compartilhamento de experiências importantes, desenvolvendo uma gestão democrática e participativa, dentro de suas possibilidades, e de acordo com o contexto em que atua na comunidade, favorecendo a formação e a consolidação do grupo de trabalho.

A autora analisa que o compartilhamento de experiências entre os profissionais é imprescindível à melhoria da qualidade educacional, pois a ação pedagógica refletida, individual ou coletivamente, possibilita a articulação e construção de uma nova prática nos espaços escolares e, conseqüentemente, surte um avanço na inclusão quanto às práticas desenvolvidas para atender a demanda escolar.

Compreendemos que, para a consolidação de uma proposta de educação inclusiva, é necessário o envolvimento de todos que compõem a gestão no planejamento dos programas a serem implementados, como também ajudar na execução das ações, para conseguir resultados positivos.

Santana (2005, p. 228) afirma caber aos gestores escolares tomar as providências de caráter administrativo necessário à implementação do projeto de educação inclusiva. Acrescentamos, a essa ideia, que as providências pedagógicas também envolvam o trabalho do gestor escolar, uma vez que sua prática articula os aspectos administrativos e pedagógicos.

Portanto, concluímos que a atuação do gestor no ambiente escolar em uma gestão participativa e democrática tem grande valia na tarefa de construir uma escola para todos, amparada pela opção política de construção de um sistema de educação inclusiva. A educação inclusiva exige adaptações que priorizem a formação dos recursos humanos, materiais e financeiros, juntamente com uma prática voltada para o pedagógico, para atender às necessidades dos alunos com NEE.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A formação de professores é uma temática essencial para o desenvolvimento de práticas na busca de aprendizagens significativas e inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) no âmbito educacional. Nesse sentido, as instituições de ensino, com a responsabilidade de formar profissionais mais preparados para atender a diversidade humana no espaço escolar, e para melhor prepará-los para os desafios da sociedade, vêm avançando no nível de melhoria com mudanças na sua organização curricular, principalmente no que se refere à inclusão de alunos com NEE (BAÚ, 2014).

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) destaca a importância da preparação adequada dos professores como pré-

requisito para a inclusão, determinando que os sistemas de ensino devam garantir professores capacitados e especializados para a integração e adaptação dos educandos com NEE no ensino regular.

A respeito dos professores que lecionam no ensino regular, o documento (BRASIL, 2001, p. 5), no parágrafo primeiro do Art. 18, define:

São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial [...].

A formação continuada para os profissionais da educação é fundamental, mas muitos concluem o curso superior e logo ingressam no mercado de trabalho, no qual enfrentam dificuldades em desenvolver seu trabalho devido não ter tido acesso, em sua formação inicial, aos conceitos básicos de educação inclusiva. Assim, muitos professores têm uma preparação insuficiente e insegura para incluir e escolarizar o público com NEE no espaço escolar.

Oliveira (2015) menciona que as dificuldades vão ocorrer independentemente de o professor estar preparado ou não, a diferença é que o preparado vai ter mais habilidade com a área que envolve o público da educação especial, mas o importante é que toda a comunidade escolar esteja envolvida na busca de alternativa para superar tais desafios.

A formação de professores de educação especial é elevada do nível médio ao superior, a partir dos anos 70, quando os cursos de Pedagogia passam a oferecer a Habilitação em Educação Especial. Neste período, são ofertados os primeiros cursos de especialização, como alternativa para a formação de professores de educação especial (BAÚ, 2014).

Assim, é consenso a importância de que os cursos de graduação, inclusive a formação de professores, incluam disciplinas sobre educação especial em seus currículos, mas só isso não garante a qualidade profissional dos futuros professores, e não é suficiente para o sucesso da inclusão escolar de alunos com NEE. Para que a educação inclusiva seja realmente efetivada com sucesso, o professor deve estar preparado e seguro para trabalhar com o aluno com NEE.

A formação implica em um processo contínuo que vai além da presença de professores em cursos eventuais e formações. Para adquirir novos conhecimentos e habilidades para as práticas educativas, é necessário recorrer aos programas de capacitação que estejam de acordo com as demandas próprias do ensino escolarizado, com todas as suas características, e precisa da supervisão da gestão e do próprio professor em estar avaliando se é necessário mudar sua ação no processo ensino-aprendizagem.

Vale ressaltar que a noção de escola inclusiva, cunhada a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, na Tailândia, em 1990, e a Declaração da Salamanca, na Espanha, em 1994, assim como a Convenção de Guatemala, em 2001, serviram para dar início à execução de políticas educativas no mundo inteiro, entrando em discussão as habilidades e competência que os educadores deveriam dominar para a inclusão de alunos com NEE. Entre elas, destacam-se a capacidade de se adaptar aos conteúdos de estudos, de recorrer à ajuda da tecnologia, de trabalhar em conjunto com especialistas, de avaliar as necessidades educativas, de concretizar ações que levam em conta a diversidade do aluno, sua capacidade intelectual, seus interesses e suas motivações (TORRES, 2001).

Nessa perspectiva, os estudos apontam que o sistema educacional brasileiro passou por grandes mudanças nos últimos anos, e vem conseguindo, cada vez mais, respeitar a diversidade humana, garantindo o acesso, a convivência e a aprendizagem de todos os alunos incluídos no ensino regular.

Em documentos legais e de outra natureza vêm sendo incluídas diretrizes que estabelecem que a formação inicial de todos os professores precisa capacitá-los para atenderem as demandas específicas dos alunos com NEE, bem como ter conhecimentos sobre alunos com necessidades especiais, não sendo mais um tema para as tradicionais habilitações em educação especial (MANTOAN, 2006).

O processo de escolarização dos alunos com NEE é um desafio, mas vem melhorando devido às capacitações, que permitem aos professores aumentarem seus conhecimentos necessários para trabalhar com esse público, mas ainda está bem distante do que determinam as legislações voltadas para o atendimento dos alunos com NEE. Por isso, é importante a formação contínua de professores para atuar na inclusão e que eles tenham consciência e compromisso do seu papel e da importância da reflexão sobre o desenvolvimento do seu trabalho.

Portanto, a formação continuada de professores se apresenta como mais uma ferramenta para que o professor adquira uma participação mais efetiva no âmbito escolar, pois a inclusão se aplica a todos, e o professor tem uma função fundamental na escola, posto que tem, como desafio, construir e pôr em prática uma pedagogia capaz de atender e incluir os alunos com suas individualidades e realidade existenciais. Diante disso, a aprendizagem necessita de uma pedagogia diferenciada, com estratégias e metodologias voltadas para o atendimento de todos no espaço escolar.

Vale ressaltar que é importante que o professor reconheça que não está sozinho no enfrentamento dos desafios surgidos no espaço escolar sobre as diversidades, pois ele faz parte de uma comunidade escolar na qual todos devem estar engajados na busca por melhorias no que se refere à inclusão de NEE.

METODOLOGIA

O presente tópico descreve o trajeto metodológico da pesquisa, que teve início com uma pesquisa bibliográfica na qual buscamos compreender, no primeiro momento, os fundamentos teóricos da temática abordada neste estudo.

Com relação aos objetivos metodológicos da pesquisa, trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa, para Richardson (2007, p. 90), “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”. Dessa forma, diferencia-se nitidamente da pesquisa quantitativa.

Quanto aos procedimentos técnicos de coleta de dados, foi utilizada a pesquisa de campo, por apresentar aos pesquisadores uma oportunidade de realizar a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador extrair informações diretamente do objeto de estudo, sendo também uma experiência direta com a situação.

Em seguida, utilizou-se, para a coleta de dados, o questionário com perguntas abertas a um grupo de sujeitos composto por três profissionais – Diretor, Coordenador Pedagógico e Professor – que trabalham no sistema público de ensino na Escola Municipal

Monsenhor Deusdeth Craveiro de Melo – CAIC de Educação Básica, localizada à R. Filomeno Melo S/N- Cidade Nova, na cidade de José de Freitas / PI, CEP: 64110-000. Os sujeitos relatam suas concepções sobre o papel da gestão escolar na construção da escola inclusiva.

As informações coletadas foram colhidas no mês de agosto de 2018, por meio de um questionário contendo uma parte inicial referente aos dados de identificação do participante, e a outra parte correspondente a seis perguntas subjetivas. Segundo Marconi e Lakatos (1999, p. 100) o questionário é tão somente um instrumento desenvolvido cientificamente, com o objetivo de coletar dados, composto de um conjunto de perguntas abertas ou fechadas, ordenadas de acordo com um critério predeterminado, que deve ser respondido por um grupo de respondentes, sem a presença do entrevistador.

É importante destacar que esse estudo obedecerá à resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que diz respeito à devida proteção aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos, ao engajamento ético que é inerente ao desenvolvimento científico e tecnológico, à percepção da vida com reflexos nos hábitos, cultura e comportamento do ser humano nos meios reais e virtuais, ao progresso da ciência e da tecnologia na implicação de benefícios atuais e potenciais para o ser humano, respeitando a dignidade, a liberdade e a autonomia (BRASIL, 2012). Foram assegurados o sigilo e o anonimato das informações dos participantes. É válido ressaltar que a coleta dos dados só ocorreu após a assinatura do TCLE pelo participante.

O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA: RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, os sujeitos relataram suas concepções sobre o papel da gestão escolar na construção da escola inclusiva em uma escola da rede pública de ensino regular, a partir das respostas coletadas.

A pesquisa contou com a participação de três pessoas, uma professora, um diretor e um coordenador que se disponibilizaram a colaborar com esse estudo. Para a preservação do anonimato, os participantes foram nomeados de Lua, Sol e Estrela.

O papel do gestor escolar frente à inclusão de estudantes NEE nas escolas de ensino regular, em turmas regulares, é assunto

importante, uma vez que a educação especial está garantida como dever do Estado, e sua realização deve ser assegurada, preferencialmente, na rede regular de ensino, e por meio de atendimento educacional especializado, previsto no artigo 4, inciso III, da Lei nº 9.394/96, quando não houver possibilidade ao atendimento em classe comum, escolas ou serviços especializados para atendimento dos estudantes com NEE. Desse modo, o primeiro questionamento foi acerca da compreensão do papel da gestão frente à inclusão, e suas respostas foram:

| 1. Qual o papel da gestão escolar diante a educação inclusiva? | |
|---|---|
| Lua | A gestão escolar é de fundamental importância na superação dessas barreiras previsíveis e pode fazer através de palavras e ações adequadas que reforçam o apoio aos profissionais, incentivando e dando ideias. Ainda destaco a oferta do AEE na escola, pois é essencial para as NEE dos alunos. |
| Sol | De forma democrática, inserindo esses alunos no ensino regular. Prover ações que busquem interagir a gestão escolar juntamente com os professores para que os alunos com NEE possam ter uma educação inclusiva. |
| Estrela | É de aproximação e facilitar a inserção do aluno buscando a garantia da lei quanto à igualdade do ser. Viabilizando a aceitação e respeito a todos, onde se tenha diálogo, garantia dos direitos adquiridos. |

A professora Lua e o diretor Sol destacam que o papel da gestão é fundamental no processo de inclusão das crianças no espaço escolar, com ações de incentivo e apoio ao trabalho dos profissionais que compõe o quadro de funcionários da escola, pois contribui de forma significativa para o enfrentamento dos desafios. Sol ainda citou que a gestão deve ser democrática, para que as crianças com NEE sejam incluídas na escola. O coordenador Estrela complementou que acolher e facilitar a integração dessas crianças é um direito garantido por lei, na qual todos tem o direito à educação com igualdade.

Dutra e Griboski (2005, p. 13) afirmam que:

A gestão para inclusão pressupõe um trabalho competente, à luz de um paradigma dinâmico, mobilizador da sociedade e responsável pela transformação dos sistemas educacionais, contribuindo

para melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem e apontando respostas para aqueles grupos que têm sido mais excluídos do processo educacional.

Diante disso, o processo de inclusão depende de toda a comunidade escolar, na qual cada um deve cumprir com seu papel em busca do mesmo objetivo: uma educação de qualidade para todos que dela fazem parte. A gestão escolar deve assegurar o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, de modo a garantir o acesso com participação e permanência e aprendizagem no ensino comum. Nesse contexto, é importante ressaltar o que a professora Lua destacou: a oferta do atendimento educacional especializado no contraturno aos alunos que tem NEE, pois é um direito assegurado por Lei, que, de acordo com Brasil (2011) é por conta desse atendimento que o aluno consegue ter mais acesso, participação e aprendizagem.

Esse atendimento promove uma participação maior no processo educacional inclusivo entre o especialista do AEE, o aluno e o professor da sala de aula comum, permitindo compartilharem experiência em todo o contexto escolar, bem como a inserção na sociedade. Para compreender melhor, Mantoan (2003, p. 23) afirma que

O ‘preferencialmente’ refere-se a ‘atendimento educacional especializado’, ou seja: o que é necessariamente diferente no ensino para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência, abrangendo principalmente instrumentos necessários à eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência naturalmente têm para relacionar-se com o ambiente externo, como, por exemplo: ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), do código braile, uso de recursos de informática, e outras ferramentas e linguagens que precisam estar disponíveis nas escolas ditas regulares.

Conforme a fala de Lua, é possível constatar que existe um atendimento especializado ao estudante com NEE na escola, pois o aluno tem direito à Educação regular em seu turno e ao AEE no contraturno, responsabilidade que não compete ao professor de sala de aula regular e sim à gestão escolar, em buscar informações que contribuam para melhor atender esse aluno na sala do AEE, sejam recursos materiais ou humanos.

Portanto, o papel da gestão é fundamental para que a inclusão desse público venha a ocorrer, e que seja adequada ao contexto escolar, pois deve-se colocar em frente e defender a igualdade como direito de todos à educação e a convivência com a diversidade.

Para finalizar, destaco a fala de Sol, na qual ele discorre que a gestão deve ser democrática, a inclusão é uma conquista democrática e está expresso na Constituição Federal de 1988, como um direito de todos à Educação. Assim como a gestão democrática, a proposta de educação inclusiva requer a participação de todos os profissionais da escola em benefício da inclusão efetiva dos alunos.

| 2. A escola de sua atuação possui espaço físico adequado e acessível às necessidades apresentadas pelos alunos? (banheiros, rampas, professor etc.) | |
|--|---|
| Lua | Infelizmente não, é preciso reconhecer que muita coisa deve ser feita para que a escola de fato adote a inclusão em suas dependências como, por exemplo, não tem parque, tem uma quadra que se encontra inadequado para todas as crianças por não apresentar bom estado de conservação, além de necessitar de adaptações. |
| Sol | Não, precisa ter mais acessibilidade, rampas, palco, professores especialistas na área pra atender esses alunos e outros. |
| Estrela | De forma razoável, temos o básico para acolher a todos, na escola faltar algumas coisas, banheiros adaptados, faltam materiais pedagógicos, portas, bebedouro e corrimão. |

Todos os entrevistados relataram que a escola não está adaptada adequadamente, pois necessitam de adequações para constituir um espaço escolar acessível. O diretor Sol ressalta a falta de professores capacitados na área. Portanto, ainda há muitos fatores para se desenvolver, a começar pela infraestrutura física da escola, como descreveram os entrevistados.

Nesse sentido, é fundamental, para o processo de ensino-aprendizagem do aluno, que os espaços da escola estejam com as adaptações estruturais adequadas, pois, de acordo com Schwartzman (1994, p. 12),

Essas condições devem proporcionar um ambiente inclusivo, eficaz para as crianças, simpático e acolhedor, saudável e protetor. Em que o desenvolvimento desse ambiente amigável de aprendizagem faça parte essencial dos esforços de todos os países de mundo para melhorar a qualidade e desenvolver o acesso as suas escolas.

Sendo assim, pensar um espaço físico acessível e inclusivo é pensar em um espaço sem barreiras, visto que a acessibilidade é um dos primeiros requisitos para que a inclusão ocorra, pois possibilita o acesso dos alunos com NEE a chegar aos espaços escolares e as suas dependências, circular e participar de todas as atividades escolares com mais segurança e independência, de acordo com suas habilidades e limitações apresentadas, em todos os espaços, inclusive na sala de aula. Mediante tudo isso, pode-se concluir que o meio escolar ainda necessita melhorar as condições físicas para atender e incluir adequadamente as diferentes características e necessidades de todos os alunos. São necessários banheiros e bebedouros adaptados, remoção de degraus, dentre outras adaptações. São passos a serem dados por todos que fazem parte do funcionamento da escola.

| 3. Quais estratégias pedagógicas são usadas para atender as necessidades dos alunos com NEE? | |
|---|--|
| Lua | Os profissionais procuram mecanismo para facilitar a absorção da matéria pelos alunos como exemplo os jogos pedagógicos, tarefas associando imagens aos nomes, recorte e colagem. Eles utilizam recursos que promovem a acessibilidade dos estudantes com NEE, e facilitam a aprendizagem dos alunos, assim como a expressão de todos através da fala. |
| Sol | As estratégias utilizadas são atendimento individualizado para atender cada singularidade do aluno que está presente em sala de aula. |
| Estrela | Trabalhos com jogos, slides, brincadeiras, músicas, vídeos, confecções de objetos conforme suas possibilidades, embora a escola não ofereça muitos recursos para tais estratégias. Não temos alunos com problemas tão sérios. |

Os entrevistados destacam utilizar recursos pedagógicos que auxiliam na aquisição de conhecimento como estratégias de ensino, tais como jogos pedagógicos, brincadeiras, músicas, vídeos, slides e atividades de associação e outros. O diretor Sol ressalta o atendimento individualizado como estratégia pedagógica. O coordenador Estrela também aponta a falta de recursos dentro da própria escola para colocar em prática tais estratégias. Diante disso, podemos observar que os profissionais entrevistados se referiram à pouca utilização de estratégias pedagógicas diferenciadas.

Aranha e Silva (2005, p. 377) apontam que

[...] Pensar na Educação Inclusiva como uma possibilidade de construção de uma sala de aula melhor na qual os alunos e professores sintam-se motivados a aprender juntos e respeitados nas suas individualidades, parece que realmente pode vir a ser um progresso na história da educação brasileira.

A partir da análise desse pensamento, é importante salientar que os profissionais da escola devem procurar desempenhar competências que são fundamentais no desenvolvimento das atividades de alunos com NEE ao longo do processo de ensino-aprendizagem, pois a utilização de estratégias pedagógicas diferenciadas envolve métodos, técnicas e práticas exploradas como meio para chegar, produzir e expressar o conhecimento do aluno, o que é essencial na construção do seu conhecimento. Porém, para que os professores possam utilizá-las, é preciso que reconheçam, em todos os seus alunos, os gostos e interesse de cada um para contextualizar as atividades, assim favorecendo a construção de uma educação de qualidade para todos os envolvidos. Contradizendo o que o Diretor Sol afirmou, as estratégias devem ser não apenas individuais, mas também em grupo.

Vygotsky (2001) discorre que a postura adotada pelo professor em sala de aula irá determinar ou não a aprendizagem do aluno e o seu desenvolvimento, e essa postura deve proporcionar o estabelecimento de trocas interativas entre os seus personagens. Ao professor, cabe construir formas de o aluno adentrar no universo dos saberes sistematizados.

Nesse contexto, Lua considera as estratégias pedagógicas como importantes no auxílio da aprendizagem do aluno. Indo de encontro ao pensamento de Vygotsky, a organização do trabalho dos envolvidos nesse processo de inclusão deve desenvolver as habilidades dos seus alunos, mediando e orientando as atividades pautadas no lúdico, pois contribuem de forma significativa na iniciação aos conhecimentos do aluno, favorecendo o desenvolvimento das funções mentais, possibilitando a interação do aluno com os demais alunos, e promovendo alguns benefícios do ponto de vista físico, intelectual e social.

| 4. Quais desafios que a gestão escolar enfrenta no contexto escolar para atender os alunos com necessidade educacionais especiais? | |
|---|---|
| Lua | As dificuldades em lidar com a grande quantidade de alunos com NEE, nas salas de aula, a escola sem material para trabalhar com os alunos, e a falta de profissionais qualificados na área. A lei assegura esses alunos, mas o sistema não dar suporte para nossa escola, falta um olhar humano pra esses alunos. |
| Sol | Em não ser apoiado pela gestão de forma concreta para alavancarmos no desenvolvimento desses alunos que a cada dia aumenta a demanda, e os investimentos poucos. |
| Estrela | Pessoa qualificada para trabalhar com tamanho desafio. |

Conforme as respostas emitidas pelos entrevistados, todos encontram desafios ao realizarem o trabalho de ensino aprendizagem com os alunos com NEE, principalmente em relação à falta de preparo/formação continuada, que ajudaria a solucionar esses desafios pedagógicos, pois não se sentem preparados adequadamente para acolher esses alunos. Sol ainda destacou a falta de apoio da gestão e, como já mencionado por Lua, a falta de investimentos em recursos materiais também interfere nesse processo.

Mantoan, Pietro e Arantes (2006, p. 62) pontuam que é preciso “Assegurar a inclusão no projeto pedagógico das unidades escolares, do atendimento às necessidades educativas especiais de seus alunos, definindo recursos disponíveis e oferecendo formação em serviços aos professores em exercício”. Nesse contexto, é possível ressaltar a importância da formação continuada dos profissionais da Educação, principalmente os professores que estão em sala de aula que precisam de capacitação para incluir esses alunos de forma adequada. Atender os alunos com NEE é desafiador para muitos profissionais, pois, para que eles tenham acesso ao conhecimento, dependem também dos recursos materiais, estratégias e metodologias diferenciadas e adaptadas, direcionada ao atendimento das especificidades de cada aluno. Assim, os entrevistados precisam se manter sempre atualizados, inovando e aprimorando as práticas pedagógicas por meio da formação continuada para atender os novos desafios que estão sempre surgindo no âmbito das escolas.

| 5. O que você entende por educação inclusiva. | |
|--|---|
| Lua | Diante de um longo tempo que trabalho com alunos com NEE, educação inclusiva é aquela em que esses alunos tem algum tipo de deficiência, como interagir com outras crianças. Mais é a realidade, a lei está pra ser cumprida, só que nossos alunos com NEE, estão muitas vezes só inseridos na sala de aula regular, o próprio professor só inclui. Eles são inseridos e não inclusos e a maioria das vezes, encontram poucos educadores que fazem a diferença. |
| Sol | É algo que deve ser muito discutido, por que a inclusão é posta, mas ainda falta muito para ela de fato seja colocada em prática. Ela é uma Educação que ainda precisa ser feito muito para realmente ser inclusiva. |
| Estrela | É o mais digno de todos os acertos do homem, aprender a viver com as diferenças, ver que não há limites para a inclusão de qualquer pessoa e sim um ajudar o outro em seus desafios para conseguir uma educação de qualidade para todos. |

Sobre a definição de educação inclusiva, a resposta da professora Lua mostra que ela associa apenas a alunos com NEE, ressaltando que os mesmos não são incluídos, são somente inseridos no espaço educacional. Já Sol apresentou que esse tema deve ser mais discutido para de fato a educação ser inclusiva, mais também teve ausência de clareza sobre o conceito. Entretanto, Estrela apresentou a resposta com maior clareza, pois destacou que a educação inclusiva é abranger a diversidade, que é preciso aprender a conviver com as diferenças de cada um apresenta.

Dessa forma, acreditamos na proposta de educação inclusiva, como ressalta Tezani (2010), que esclarece o valor real da inclusão:

O valor principal que norteia a ideia da inclusão está calcado no princípio da igualdade e da diversidade, concomitante com as propostas de sociedade democrática e justa. Fundamenta-se na concepção de educação de qualidade para todos, respeitando a diversidade dos alunos e realizando o atendimento às suas necessidades educativas. (TEZANI, 2010, p. 1).

Levando em consideração o que afirma Tezani, tal proposta destaca que todos os alunos devem ser aceitos, reconhecidos e respeitados, independentemente das suas características individuais,

sejam elas diversificadas por raça, religião, sejam por necessidades especiais. Educação inclusiva é uma educação de qualidade para todos os alunos, incluindo aqueles que possuem desvantagens severas, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos.

Nessa perspectiva, a educação inclusiva requer uma mudança de concepção educacional, porque é bem mais ampla que a adaptação, e não atinge somente os alunos com deficiência, mas a todos os demais, para que os alunos obtenham sucesso na vida escolar e como cidadãos.

Portanto, em relação à concepção de educação inclusiva, a professora Lua e o Diretor Sol precisam conhecer mais em relação ao conceito, realizar discussões aprofundadas sobre essa temática, pois a escola é para todos, e deve acolher a diversidade e assegurar a participação e ao mesmo tempo compreender as diferenças de cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos de extrema relevância pesquisas que apresentam o papel da gestão frente ao processo de inclusão do aluno com NEE no espaço escolar, pois esta é considerada o agente determinante da transformação da escola, que deve promover o sucesso de todos os alunos, sem nenhuma exceção. A partir da análise e reflexão dos estudos realizados, ficou claro que a LDB garante a inclusão do aluno especial como um direito, e todos que fazem a gestão escolar devem contribuir de forma efetiva com a lei e com a normalização em relação ao acesso dos alunos com NEE no ensino regular.

De acordo com as análises, a tarefa de incluir a criança com NEE no espaço escolar não é fácil, é considerado um desafio, pois, como vimos, exige das pessoas encarregadas pela gestão educacional conhecimento por parte da legislação vigente, formação, qualificação, compromisso e aceitação, para que a inclusão dessas crianças venha a acontecer de forma efetiva.

Os entrevistados relataram a falta de formação profissional específica na área, capacitação, recursos materiais, de estrutura organizacional adequada, de apoio especializado, de preparo para a utilização de estratégias com metodologias diferenciadas de ensino, entre outros aspectos, que constituem dificuldades a serem superadas

pela gestão e, principalmente, pelos professores, que têm um papel fundamental nesse processo. Diante dessa realidade, é essencial a formação continuada para os profissionais da educação, com foco na construção de diferentes estratégias a serem utilizadas no processo ensino-aprendizagem para a promoção de ações que aprimorem o desenvolvimento de todos os alunos, e que seja um trabalho comprometido com a formação destes, e que favoreça a qualidade na educação diante da diversidade apresentadas por cada aluno presente nos espaços escolares.

Os resultados evidenciam que a responsabilidade pelo desenvolvimento de uma Educação Inclusiva é imprescindível, sendo possível por meio de um conjunto de ações da gestão escolar, entre elas, a realização de seu trabalho pautado em uma gestão democrática, na qual todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem realizem um trabalho integrado, objetivando a transformação da educação com qualidade para todos.

Por fim, nesse sentido, a formação trará à gestão, e principalmente ao professor, os subsídios necessários para a preparação da comunidade escolar e para a realização de um trabalho mais eficaz no que concerne à inclusão. Contribuirá, também, para minimizar os vários desafios que permeiam a atividade docente quando se fala em inclusão escolar e em promover a participação de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S.; SILVA, S. C. Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 11, n. 3, p. 373-394, 2005.

BAÚ, M. A. Formação de Professores e a Educação Inclusiva. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia**, v. 5, n. 10, p. 49-57, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 05 out. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 466/12. **Trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a resolução 196**. [Internet]. Diário Oficial da União; 12 dez. 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 04 set. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 10 out. 2018.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2007.

COSTA, E. A. S.; LIMA, M. S. L.; LEITE, M. C. S. R. A construção da profissionalidade do gestor escolar: concepções e práticas. **Revista RBPAE**, v. 31, n.1, p. 65-84, 2015.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e Proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em: 05 out. 2018.

DUTRA, C. P.; GRIBOSKI, C. M. Gestão para Inclusão. **Revista de Educação Especial, Santa Maria**, n. 26, p. 9-17, 2005.

FÉLIX, A. A tolerância como elemento essencial para o professor atuar na escola inclusiva. In. ALVAREZ, M. L. O.; SILVA, K. A. (org.). **Linguística Aplicada: Múltiplos Olhares**. Brasília: Pontes, 2007.

FERREIRA, M. E. C. O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas.

Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 33, p. 543 -560, 2007.

LUCK, H. **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. São Paulo: Cortez, 2002.

MANTOAN, M. T. E. *et al.* **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. Entre pontos e contrapontos. Parte III. *In*: MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. (org.). **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, F. M. A formação de professores e a educação inclusiva. **Revista Alpha**, n. 16, p. 322-338, 2015.

RICHARDSON, R. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAGE, D. D. Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo. *In*: STAINBACK, S.; STAINBACK, W. (org.). **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p.129-14.1

SANTANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, 2005.

SCHWARTZMAN, J. S. **Autismo Infantil**. Brasília, CORDE, 1994.

TEZANI, T. C. R. Gestão escolar: a prática pedagógica administrativa na política de educação inclusiva. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 35, n. 2, p. 287-302, maio/ago. 2010.

TORRES, R. M. **Educação para todos**: a tarefa por fazer. Porto Alegre: Artmed, 2001.

VEIGA, I. P. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In*: VEIGA, I. P. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p. 11-35.

VIGOTSKY, L. S. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L. S. The Fundamentals of Defectology (Abnormal Psychology and Learning Disabilities) *In*: RIEBER, R. W.; CARTON, A. S. (ed.). **The Collected Works of L. S. Vygotsky**. New York: Plenum Press, 1993.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais**. Lisboa: IIE, 1994.

WARNOCK, H. M. **Report of the committee of enquiry into the education of handicapped children and young people**. London: Her Majesty's Stationery Office, 1978.

TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA E TEORIA SUBSTANTIVA COMO REGENTES DE UMA NOVA GESTÃO PÚBLICA

*COMMUNICATIVE ACTION THEORY AND SUBSTANTIVS
THEORY AS REGENTS OF A NEW PUBLIC MANAGEMENT*

Dália Rayssa da Costa Carneiro²⁶
Emerson Ferreira Silva²⁷

RESUMO

Este artigo objetiva relacionar a Abordagem Substantiva e a teoria da Ação Comunicativa, como alternativas contundentes para uma gestão pública eficaz, pautada em uma real democracia deliberativa. Serão abordadas as peculiaridades de cada teoria, assim como sua representação na Gestão Pública. Metodologicamente, este ensaio teórico pautou-se em pesquisa bibliográfica, com ênfase na discussão teórica e argumentativa. É perceptível a literal aplicação destas teorias no processo de redirecionamento da teoria organizacional na busca da emancipação das organizações e no relacionamento humano baseado no respeito mútuo. A Gestão Pública avançaria consideravelmente seus aspectos gerenciais com a participação consciente da população, pois é imprescindível o envolvimento dos cidadãos brasileiros em qualquer concepção evolutiva da Gestão Pública.

Palavras-chave: Teoria da Ação Comunicativa. Racionalidade Substantiva. Gestão Pública. Nova Gestão Pública. Gestão Participativa.

ABSTRACT

This article purpose to relate the Substantive Approach and the theory of Communicative Action as compelling alternatives for effective

²⁶ Bacharel em Administração pela Faculdade do Vale do Itapecuru. Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenadora do curso de Administração e Professora na Faculdade de Educação São Francisco. E-mail: drcc@faesf.com.br.

²⁷ Bacharel em Administração pela Faculdade do Vale do Itapecuru. Pós-graduação em Pedagogia Empresarial e Gestão de pessoas pelo Centro Universitário Facema. Coordenador de Marketing Faculdade de Educação São Francisco-FAESF. E-mail: emersonxferreira@gmail.com.

public management based on a true deliberative democracy. The peculiarities of each theory will be addressed, as well as their representation in Public Management. Methodologically, this theoretical essay was marked in bibliographic search, with an emphasis on theoretical and argumentative discussion. It is noticeable the actual application of these theories in the redirection process of organizational theory, in search of emancipation in organizations and human relationships based on respect. The Public Management would considerably advance its managerial aspects with the conscious participation of the population, as the involvement of Brazilian citizens in any evolutionary concept of Public Management is essential.

Keywords: Theory of Communicative Action. Substantive Rationality. Public Management. New Public Management. Participative Management.

INTRODUÇÃO

Considerando os aspectos atuais de propulsão do capitalismo, da predominância da racionalidade instrumental e do distanciamento entre as relações interpessoais, o papel das Ciências Sociais Aplicadas é apresentar visões diferenciadas e contribuir para a evolução social. No entanto, a sociedade moderna tem apresentado distanciamentos humanos, que nos faz crer que o respeito mútuo está em declínio, tanto nas relações profissionais como nas interpessoais. A Gestão Pública brasileira vem sofrendo mudanças comportamentais desde os primórdios da colonização. Atualmente, é perceptível que um país tão rico e plural como o Brasil esteja passando pelos mais variados escândalos de corrupção e encontra-se em um momento delicado, fruto de gestões errôneas e irresponsáveis, que sucumbiram as receitas públicas e exauriram seu povo.

No que tange à Gestão Pública, é comum deparar-se com a Burocracia e o marasmo dos serviços públicos prestados. A New Public Management, cujo foco é adotar os modelos de gestão privada como base de reformas para a melhoria da Gestão Pública, visa o capitalismo moderno e a predominância da racionalidade instrumental dentro das organizações, mas sem estudos dos efeitos sobre a sociedade. Vista a evolução da Gestão Pública desde o patrimonialismo até essa forma atual de gestão, percebe-se a falta de

uma gestão transparente e participativa, que realmente foque no fazer público em toda extensão da palavra.

A sociedade moderna desenvolveu-se baseada em critérios da racionalidade instrumental, recheada de racionalidade econômica e de economia formal. Ela e suas organizações, respaldadas nessas racionalidades, fazem mudanças radicais no âmbito do trabalho, focando nas vantagens competitivas, e possui uma confiança cega nas benfeitorias da tecnologia, da economia e nos péssimos gestores, contribuindo para o empobrecimento da coletividade, o aumento das tensões sociais, a criação de um clima de desencantamento e o aumento do sentimento de precariedade (SERVA, 1997).

Busca-se, portanto, associar a Teoria da Ação Comunicativa e a Racionalidade Substantiva como regentes de uma gestão pública, que ouve os sujeitos no processo deliberativo e que encontre um consenso entre os interlocutores atuantes do sistema e da comunidade.

Este estudo propõe um quadro analítico para o exame da Gestão Pública atual, a partir de um constructo fundado na complementaridade entre a abordagem substantiva das organizações, elaborada por Guerreiro Ramos, e a teoria da ação comunicativa, estabelecida por Habermas. Tenciona-se fornecer uma contribuição ao tema da racionalidade, abrindo vias para que seja analisado nitidamente por ângulos variados, bem como enfatizar um novo olhar social, que enxergue os indivíduos como seres atuantes e críticos da sociedade contemporânea, que permita entender que as individualidades contribuem para o crescimento, desde que os sujeitos sejam tratados de forma igualitária e que tenham voz e vez.

O New Public Management surge como uma alternativa para os modelos tradicionais de gestão, e objetiva unir dimensões políticas e administrativas no mesmo espaço de decisões e ações públicas, ultrapassando problemas de ineficiência de gestão. A gestão pública carrega princípios e práticas centrais de ordem, uniformidade e equidade, além de objetivar consenso e apoio político (MOTTA, 2013).

Dissociar a Administração pública da política é praticamente impossível e democraticamente indesejável. Dessa forma, qualquer instrumento gerencial inspirada na área privada esbarra nos limites políticos, limitando a utilização da nova gestão pública na sociedade brasileira (MOTTA, 2013).

Os movimentos de melhoria do New Public Management continuam tendo os modelos de gestão privada como base de suas reformas, que passam por ajustes, e que resultaram em maior complexidade e turbulência, o que isso ratifica a extrema burocracia existente, mas também conhece os limites da inserção de mecanismos privados na gestão pública.

Mesmo limitado, o ideal gerencialista ainda persiste. O foco deveria ser no serviço público baseado menos no direcionamento político e mais na prestação de serviços, para aumentar a cooperação entre órgãos e entidades. As ideias sobre a nova governança pública trazem propostas de maior formalidade no estilo weberiano e uma justificativa mais acentuada sobre eficiência, um estilo mais direcionador e fiscalizador, que procura ter repercussões significativas para a gestão pública.

Todavia, trabalhar princípios gerencialista dentro da esfera pública pode levar a sociedade ao colapso, na busca incessante de resultados com práticas mercadológicas, que promoverá mais distanciamento social e, conseqüentemente, exclusões.

A Teoria da Ação Comunicativa desenvolvida por Habermas, da escola de Frankfurt, surgiu, na comunidade acadêmica filosófica, como uma das mais significativas correntes filosóficas do mundo contemporâneo.

Essa teoria apresenta três pressupostos inter-relacionados: (i) desenvolver um conceito de racionalidade que não esteja preso nem limitado pelas premissas subjetivistas e individualistas da filosofia e da teoria social moderna; (ii) construir um conceito de sociedade, em dois níveis, que integre os paradigmas do “sistema” e do “mundo da vida”; e (iii) buscar, sobre esse pano de fundo, uma teoria crítica da modernidade que a analise e reconheça suas patologias, de tal maneira que contribua mais para sua retificação do que para o abandono do projeto da ilustração (BRITO; SILVA; ZWICK, 2014).

A Teoria da Ação Comunicativa procura desenvolver conceitos de racionalidade que sejam emancipados do modernismo, sem limitações filosóficas; que permita uma comunicação entre o sistema social vigente e os sujeitos da massa; que aproxima o relacionamento nas diferentes esferas sociais em que reina o respeito sem coerção. Ela busca analisar as patologias da sociedade moderna, propondo um enfoque novo e direcionador para uma nova concepção e um novo contexto social.

Dessa forma, a Teoria da Ação Comunicativa busca desenvolver novos conceitos para a racionalidade, fugindo dos paradigmas da sociedade moderna, tendo por base a comunicação entre a razão e o caráter processual da verdade. Buscando uma relação saudável entre o sistema social existente com o estado filosófico comunicativo, ela reconhece que a sociedade moderna possui patologias, oriundas do desenvolvimento e pautadas no instrumentalismo. Essa teoria acredita que razão e verdade não são valores absolutos universais, pois são resultantes da interação do indivíduo com o mundo dos objetos, das pessoas e da vida interior. Assim, a razão e a verdade só podem decorrer da organização social dos atores, interagindo em situações dialógicas. O conceito de razão só faz sentido como razão dialógica, que, em um contexto no qual os autores são instruídos de competência linguística satisfatória, é aceita por todos (VIZEU, 2005).

Habermas se dedica às condições e possibilidades da atividade social comunicativa, em que o entendimento é um conceito central e complexo, utilizado por ele para explicitar a racionalidade e o agir comunicativo, sendo empregado em dois sentidos principais: (i) como compreensão dos significados dos atos de fala; e (ii) como produção do entendimento, isto é, a realização do conteúdo entre os participantes da comunicação acerca dos fatos, objetivos, avaliações, normas sociais e experiências vivenciais subjetivas.

Deveria haver, segundo Habermas, uma troca pacífica de opiniões entre os sujeitos, esta troca seria o consenso. O consenso comunicativo pressupõe regras entre os sujeitos que são a própria condição para o consenso do agir comunicativo. Deve haver uma comunicação ética que respeite a individualidade de cada um.

Para que aconteça o consenso não deve existir nenhum elemento de coação e sim a existência do melhor argumento. É o que ele chama de “situação ideal de fala”. Essa situação pode ser tomada como critério da argumentação discursiva, porque implica uma distribuição sistemática, de chances de escolha e de realização dos atos de fala:

[...] Chamo ideal a uma situação de fala em que as comunicações não somente não vêm impedidas por influxos externos contingentes, nem tampouco pelas coações que se seguem da própria estrutura da comunicação. A situação ideal de fala exclui as distorções sistemáticas da comunicação [...]. As

situações ideais de fala têm que cumprir, primeiro, duas condições triviais: 1) todos os participantes potenciais em um discurso têm que ter a mesma oportunidade de empregar atos de fala comunicativos, de sorte que em todo momento tenham a oportunidade tanto de abrir um discurso como de perpetuá-lo mediante intervenções e réplicas, perguntas e respostas; 2) todos os participantes no discurso têm que ter igual oportunidade de fazer interpretações, afirmações, recomendações, dar explicações e justificações e de problematizar, julgar ou refutar as pretensões de validade delas, de sorte que no fim das contas nenhum preconceito permaneça isento da tematização e da crítica. (HABERMAS, 2001, p. 153)

O modelo comunicativo busca interpretar como a esfera pública está constituída, além de abordar a concepção dual de sociedade formada pelo sistema e pelo mundo da vida. Para Habermas, o sistema é um ambiente de interação humana, que possui direção não comunicativa. Essa esfera pode ser a economia ou o estado administrativo, que agem de forma instrumental (BEHR; MARGOTO; PAULA, 2010).

O mundo da vida, por sua vez, harmoniza-se com o agir comunicativo, pois permite a expressão de diferentes dimensões da racionalidade prática, sendo importante que permaneça independente dos efeitos niveladores dos sistemas sociais. Quando o sistema passa por cima do mundo da vida, acontece sua colonização, e isso prejudica de forma significativa o contexto social.

Nesse sentido, a teoria de Habermas, como propulsora da emancipação, surge como uma alternativa à racionalidade instrumental, promovendo o discurso e contribuindo para uma comunicação saudável e consensual, onde não há coação e nem sobreposição de uma fala em relação às demais. Existe uma igualdade entre os sujeitos e foco na argumentação.

Ela permite desenvolver a capacidade de organização das pessoas, na qual os indivíduos não serão colonizados pelo sistema atuante e dominante, seja ele qual for. Isso porque, ao estar embasada no agir comunicativo, ela é distinta do agir estratégico, pelo fato de que todos os participantes perseguem um consenso ético e uma discussão igualitária, baseada na argumentação.

A Teoria da Ação Comunicativa foca na relação intersubjetiva entre os sujeitos, oferecendo uma consistente base explicativa do comportamento gerencial, especialmente no que tange à descrição de deficiências da teoria administrativa tradicional e às explicações mais

recorrentes do fenômeno das organizações. Por isso tem sido utilizada para fornecer bases teóricas para a construção de formas contrárias ao modelo tradicional de gerência, que sejam mais capazes de dar conta da emancipação nas organizações, além de realizar uma crítica à racionalidade instrumental.

Essa teoria se baseia na competência específica da espécie humana de poder falar uma linguagem que permite aos homens atingir a maioria intelectual. Ao envolver a comunicação, a teoria está diretamente relacionada à compreensão, o que é possível quando os seres humanos são iguais em alguns aspectos.

Neste contexto teórico, surge a democracia deliberativa, entendida como a institucionalização dos processos discursivos de formação da opinião e da vontade. Ao estudar a gestão pública no Brasil e analisar as perspectivas de desenvolvimento desde a gestão patrimonialista até a nova gestão pública, com conceito privados, percebe-se que a realidade brasileira é ainda marcada por um distanciamento entre o Estado e a sociedade civil, com o predomínio de relações autoritárias e conservadoras.

Um modelo de gestão participativa pressupõe um processo democrático de cooperação e reflexão, cuja população possui consciência do seu papel político-deliberativo, para assim decidir da melhor maneira o que deve ser executado dentro da sociedade. Para que isso aconteça, é necessário que se tenha o envolvimento dos afetados pelas decisões, que assim se tornam compartilhadas, pois essa gestão está pautada no agir comunicativo e necessita de interação entre os sujeitos. Diferente da democracia eleitoral, inspirada no agir instrumental, o modelo de democracia deliberativa propõe a participação efetiva dos envolvidos na própria formulação das alternativas, a partir de suas necessidades e preferências. Os resultados alcançados dessa forma não se reduzem a uma simples agregação de preferências, mas seriam sustentados de forma legítima por uma troca pública de razões, e as opiniões distintas serão trabalhadas para se chegar a um consenso, como foi relatado anteriormente (HABERMAS, 2002).

Segundo Habermas, normas e leis adquirem validade ao passarem pelo crivo discursivo, processo de argumentação em que os envolvidos, livres de constrangimentos e com chances iguais de proferirem suas considerações, sentimentos, desejos, recomendações, buscam o consenso sobre o que deve ser feito. A institucionalização

de tais processos discursivos de formação da opinião e da vontade constitui-se como princípio fundamental da democracia deliberativa. Em outras palavras, os procedimentos é que são os responsáveis pela legitimação das normas e leis (AVRITZER, 1993).

A democracia deliberativa vem sendo reconhecida como processo útil para propósitos críticos, especialmente pela possibilidade de interação entre os autores e sujeitos atuante na sociedade, como conselhos gestores e audiências públicas e outros arranjos institucionais, revelando uma crescente preocupação com pesquisas relacionadas à prática deliberativa (AGUIAR; HELLER; MELO, 2012).

Em um mundo pluralista, a Teoria da Ação Comunicativa afirma a necessidade de encontrar critérios éticos que considerem a questão humana acima de preocupações unicamente ligadas ao conceito de comunidade. Pressupõe a existência da diversidade cultural e da legitimidade de todas elas. Essa teoria contribui para uma gestão pública plural e ética, por considerar um debate que pode levar a um acordo que seria símbolo de certo tipo de universalidade de direitos e interesses.

O caráter universal do consenso é conquistado por intermédio do confronto de ideias. Assim, a importância do discurso como base ética, contra a violência, poderia ser traduzida como o reconhecimento da negociação, parte essencial da democracia deliberativa. Sociedade ética e evoluída pressupõe a existência de formas de pensamentos diferentes, debates concisos que nascem a partir de uma interação igualitária entre os atores sociais (PESQUEUX; VASCONCELOS, 2013).

Guerreiro Ramos formulou a Teoria Substantiva da vida Humana associada, destacando que reconhecia como significativa a teoria de Habermas, que se destinava ao esclarecimento existencial como uma qualidade coletiva do comportamento da massa. Para Guerreiro Ramos, Weber, ao distinguir a racionalidade instrumental (funcional) e a racionalidade de valor, sugere que tanto uma como a outra poderiam servir de referência teórica (FERNANDES; PONCHIROLI, 2011).

A racionalidade substantiva surge não só como categoria de análise ou como contraponto para a crítica da racionalidade instrumental, mas como critério de transformação social. Para Guerreiro Ramos, tanto a racionalidade instrumental (funcional) como

a racionalidade substantiva são categorias fundamentais de duas concepções distintas da vida humana.

A racionalidade substantiva não é uma racionalidade de valor, mas uma racionalidade política libertária, de emancipação do indivíduo. Na sociedade atual, o indivíduo dominado tornou-se incapaz de instigar e criticar o contexto existencial porque é esmagado pela vida racionalizada e pelos pressupostos econômicos. A razão substantiva é a razão do homem como ser político, um ser crítico e consciente do seu papel na sociedade, um ser emancipado com ações baseadas em uma forma ética de conduta. A concepção de uma racionalidade substantiva é o reconhecimento de que os elementos éticos, morais e estéticos – entre outros valores – são critérios ponderáveis e vão influenciar, dando sentido, qualificando, tipificando, peculiarizando ou alegoricamente configurando a ação social, transformando-a em ação sociopolítica consciente.

A racionalidade substantiva deve ser vista como a capacidade de ponderação de critérios não necessariamente instrumentais, valorativos, simbólicos e subjetivos, e não como racionalização funcional, porque sob os critérios da racionalidade substantiva, “os seres humanos são levados a agir, a tomar decisões e a fazer escolhas porque causas finais – e não apenas causas eficientes, influem no mundo em geral”. Portanto, a razão substantiva é aquela que capacita os seres humanos a compreenderem a história e a própria condição humana (MUZZIO, 2014).

A hierarquia rígida existente dentro da gestão pública, ao delimitar de maneira muito precisa e estreita a esfera de competências, direitos e deveres dos integrantes da estrutura burocrática, também limita a liberdade de ação dos indivíduos. Apresenta a alienação como um processo de empobrecimento do homem. Configura-se, na organização burocrática, uma situação em que os indivíduos deixam de se manifestar em seu nome, não controlam o seu próprio destino, não fazem parte das decisões sociais, mesmo estando em uma sociedade democrática estão nas mãos dos gestores públicos.

A gestão pública, em vista das leituras efetuadas anteriormente, não está tão preocupada com as necessidades e as perspectivas de bem-estar individual, mas ao contrário, consolida-se baseada em imperativos externos à própria natureza do homem, submisso a padrões, regras, normas e regulamentos estranhos a ele. Assume-se, assim, que o modo de pensar burocrático levaria à tendência de se deixar de lado aqueles valores que não sejam

absolutamente práticos, ou seja, ao predomínio da racionalidade instrumental sobre qualquer outra, conduzindo o homem ao vazio e à luta por pequenas posições na hierarquia social de prestígio ou de consumo. Nesse sentido, torna-se oportuna e essencial uma análise acerca da questão das racionalidades.

A busca de uma saída da burocracia para uma nova gestão pública pode desencadear problemas maiores que a burocracia atual. Utilizar ações privadas nas esferas públicas pode contribuir mais efetivamente para uma instrumentalização social em abundância.

Trabalhando a teoria de ação comunicativa e a racionalidade substantiva como alternativas para a racionalidade instrumental e para uma gestão pública realmente democrática e emancipatória, uma vez que ambas objetivam uma comunicação entre os interlocutores de todo o processo decisório, foca no sujeito como um indivíduo social, mas dotado de particularidades que o torna único.

As teorias apresentadas por Guerreiro Ramos e Habermas focam em duas dimensões: na dimensão individual, que se refere à auto realização, compreendida como concretização de potencialidades e satisfação; e na dimensão grupal, que se refere ao entendimento, nas direções das responsabilidades e satisfação sociais.

Os elementos constituídos da ação racional substantiva são: a) auto realização - processos de concretização do potencial inato do indivíduo, complementados pela satisfação; b) entendimento - ações pelas quais se estabelecem acordos e consensos racionais, mediadas pela comunicação livre e que coordenam atividades comuns sob a égide da responsabilidade e satisfação sociais; c) julgamento ético - deliberação baseada em juízos de valor (bom, mau, verdadeiro, falso, certo, errado etc.), que se processa através do debate racional sobre as pretensões de validade emitidas pelos indivíduos nas interações; d) autenticidade - integridade, honestidade e franqueza dos indivíduos nas interações; e) valores emancipatórios - aqui se destacam os valores de mudança e aperfeiçoamento do social nas direções do bem-estar coletivo, da solidariedade, do respeito à individualidade, da liberdade e do comprometimento presentes nos indivíduos e no contexto normativo do grupo; f) autonomia - condição plena dos indivíduos para poderem agir e expressarem-se livremente nas interações. (FERNANDES; SILVA, 2011)

O homem tem diferentes necessidades, que devem ser atendidas por múltiplos cenários sociais, e o sistema de mercado só satisfaz algumas dessas necessidades humanas, sendo esse cenário

social específico fortemente influenciado por critérios intencionais e instrumentais, condicionando a conduta humana a imperativos econômicos. As relações interpessoais existentes na sociedade também são uma forma de satisfação humana. No entanto, na sociedade contemporânea, elas têm perdido terreno. No contexto da gestão pública, cabe ressaltar que o papel social deve ser o mais impactante, e eleger os representantes sociais é apenas um passo para a jornada da democracia participativa. Focar no desenvolvimento humano, levando em consideração as necessidades internas de cada ser e uma comunicação respeitosa concretizada no consenso, é o que levará a sociedade moderna ao desenvolvimento esperado.

MATERIAIS E MÉTODOS

Quanto aos aspectos metodológicos e meios de investigação, o estudo é bibliográfico. A pesquisa bibliográfica, segundo (GODOY, 1995), é justificada pela importância do embasamento teórico do assunto tratado, bem como pela necessidade de se estar atualizado quanto aos recentes artigos científicos, dissertações, jurisprudência e normatização da atividade; além da consulta aos sítios especializados e pela busca de informações em periódicos que a temática abrange.

Este trabalho é apresentado como um ensaio teórico cuja característica libertadora permite transcender teorias e alinhá-las criticamente em busca de uma premissa única. Bertero (2011) ressalta que:

[...] se o pesquisador nada tiver de relevante, novo ou rejuvenescedor a dizer, falará sobre seus dados ou achados; assim, o trabalho será feito e todos caminham para um final feliz. Felizes ficarão o autor, o programa de pós-graduação, a agência reguladora e os periódicos que continuarão com longas filas de textos aguardando avaliação e publicação. Mas se encaramos o ensaio, as coisas se alterarão substancialmente. No ensaio temos apenas o ensaísta com suas ideias, sua bagagem de cultura e conhecimentos e a reflexão acumulada sobre o tema que escolheu abordar (BERTERO, 2011, p. 339).

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

A globalização e a complexidade do mundo contemporâneo têm acentuado as dificuldades dos governos atuais de resolverem

problemas de progresso. Órgãos públicos se veem em ambiente de risco e competitividade. Impossível planejar e agir, em qualquer área da Administração, sem a visão plenária, pois ela deve proteger não só a produção de bens e serviços, como o próprio interesse nacional. As decepções e as necessidades manifestas pela Administração Pública nos leva a crer que foi um caminho pouco trilhado apesar de recentes inovações.

A sociedade contemporânea encontra-se em colapso regido pelo capitalismo, em que a exclusão social, a diferenciação entre classes, o distanciamento entre os indivíduos que se apresentam cada vez mais individualistas e menos coletivos têm acentuado significativamente. Na busca por soluções que aprimorasse a gestão pública, tornando-a eficaz e eficiente, surgiu o New Public Management, modelo de gestão que introduz princípios privados que aperfeiçoam a gestão pública.

No entanto, a introdução de mecanismos privados na gestão pública pode acentuar a racionalidade instrumental e o distanciamento entre os atores da sociedade democrática. Assim, a Teoria da Ação Comunicativa, associada à racionalidade substantiva, apresenta-se como uma ferramenta contundente para o desenvolvimento de uma gestão pública justa e que realmente enseja o princípio democrático.

As abordagens de Guerreiro Ramos e de Habermas, além de terem como ponto de partida emancipar o ser humano dos constrangimentos impostos pela sociedade contemporânea, constituem um caso de complementaridade, especialmente para os estudos organizacionais. (SERVA, 1997)

A abordagem substantiva proposta por Guerreiro Ramos e a teoria da ação comunicativa, estudadas de forma complementar, revelaram-se fundamentais para uma nova concepção de gestão, não embasada na racionalidade instrumental. Através dessa complementaridade, tem-se uma estrutura conceitual de base teórica que, estudadas empiricamente, se mostraram condizentes com seus objetivos e perspectivas.

A complementaridade entre os estudos de Guerreiro Ramos e de Habermas é extremamente positiva para a gestão pública. A abordagem substantiva da organização e a teoria da ação comunicativa, dispostas em um mesmo prisma, permitem demonstrar que a lacuna da aplicabilidade da racionalidade substantiva pode ser concretamente efetivada, dando uma modesta contribuição ao desenvolvimento desse tema no Brasil. Além de um exercício intelectual, considerar a aplicabilidade efetiva da

racionalidade nas organizações é um ato factível para emancipação do homem no espaço social, auxiliando-o no estado da arte da gestão pública, possibilitando seu reposicionamento, face aos reais desafios contemporâneos, contribuindo para uma mudança significativa da sociedade atual, sem necessariamente estagná-la.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. M. de; HELLER, L.; MELO, E. M. de M. Ação comunicativa na gestão de um serviço privatizado de água e esgotos: uma avaliação em Cachoeiro de Itapemirim (ES). **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, p.1505-1527, 2012.

AVRITZER, L. Além da dicotomia Estado/mercado: Habermas, Cohen e Arato. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 36, p. 195-212, 1993.

BEHR, R. R.; MARGOTO, J. B.; PAULA, A. P. P. de. Eu me demito! Evidências da racionalidade Substantiva nas decisões de desligamento em Organizações. **Revista O&S**, Salvador, v.17, p. 115-135, 2010.

BERTERO, C.O. Réplica 2 - o que é um ensaio teórico? Réplica a Francis Kanashiro Meneghetti. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 338-342.

BRITO, M. J. de; SILVA, I. C. da; ZWICK, E. Estratégia como prática social e teoria da ação comunicativa: possíveis aproximações teóricas. **Cadernos EBAPE. BR – FGV/EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 12, 2014.

FERNANDES, V.; PONCHIROLLI, O. Contribuições da racionalidade comunicativa, racionalidade substantiva e ambiental para os estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE. BR – FGV/EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 605-626, 2011.

FERNANDES, A. S.; SILVA, M. S. de O. Racionalidade substantiva no processo decisório: um estudo em instituições que lidam com o tratamento oncológico infantojuvenil na cidade de Natal (RN). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, p.1327-1361, 2011.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**: complementos y estudios previos. Madrid: Cátedra, 2001.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HABERMAS, J. **Racionalidade e comunicação**. Lisboa: Edições 70, 2002.

MOTTA, P. R. de M. O Estado da Arte da Gestão Pública. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 53, p. 82-90, 2013.

MUZZIO, H. A Condição Paradoxal da Administração de Recursos Humanos: Entre a Racionalidade Instrumental e a Racionalidade Substantiva. **Cadernos EBAPE. BR-FGV/EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 706-718, 2014.

PESQUEUX, Y.; VASCONCELOS, I. F. F. G. de. Teoria da Ação Comunicativa e responsabilidade social empresarial: uma proposta de pesquisa. **Cadernos EBAPE. BR-FGV/EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 30-40, 2013.

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.37, p.18-30, 1997.

SERVA, M. Abordagem substantiva e ação comunicativa: uma complementaridade proveitosa para a teoria das organizações. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.31, p.108-134, 1997.

VIZEU, F. Ação comunicativa e estudos Organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, 2005.



*Coordenação de Pós-Graduação,
Pesquisa e Extensão.*

REBAI



Faculdade de Educação
São Francisco

Coordenação de Pós-Graduação,
Pesquisa e Extensão.

Ensino • Pesquisa • Extensão

